

T/ISOP
S111a

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA APLICADA
INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ASPECTOS PSICOLÓGICOS
DO CONTROLE SOCIAL

FEV
200
PRETO

CELSO PEREIRA DE SÁ

. FGV/ISOP/CPGPA
Praia de Botafogo, 190 sala 1108
Rio de Janeiro - Brasil

T/ISOP
S111a

1/2000
5111a

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA APLICADA
INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A S P E C T O S P S I C O L Ó G I C O S
D O C O N T R O L E S O C I A L

Por

CELSO PEREIRA DE SÁ

Dissertação submetida como requisito parcial para a
obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA APLICADA

Rio de Janeiro, dezembro de 1978

A meus pais,

minha mulher

e meus filhos,

... meus mais generosos controladores

e meus mais sensíveis controlados

Í N D I C E

Agradecimentos	iv
Sumário	v
Summary	vii
1. Introdução	1
2. O Controle Social nas Instituições Totais	19
3. O Controle Social em "1984" e em "Walden II"	36
4. O Controle Social na Vida Cotidiana	60
5. A Identificação de Controladores e Controlados	88
6. O Controle para a Mudança Social	110
7. Conclusão	149
Bibliografia	166

A G R A D E C I M E N T O S

Declaro minha grande dívida de gratidão para com o Professor Eliezer Schneider, meu orientador na elaboração do presente trabalho, pela assistência sábia e amiga que me proporcionou.

Agradeço igualmente, por suas valiosas sugestões bibliográficas, aos meus amigos e colegas da FAHUPE, professores Mario Henrique Hecksher, Roberto Araujo Bello, Jorge Coelho Soares e Jorge da Silva Raymundo.

Pela inestimável ajuda na datilografia urgente dos manuscritos, reitero também minha gratidão e amizade a Rosemary Woitech Hecksher.

S U M Á R I O

O presente trabalho constitui uma tentativa de exploração dos aspectos psicológicos inerentes ao processo de controle social, segundo a perspectiva da "análise experimental do comportamento" de B. F. Skinner. Diversas proposições sociológicas correntes sobre algumas dimensões do problema geral são levantadas e criticamente articuladas com a abordagem comportamental skinneriana.

No primeiro capítulo — "O Controle Social nas Instituições Totais" — é feita uma introdução conceitual ao condicionamento operante, aproveitando-se para isso a descrição sociológica realizada por Goffman da vida naquelas instituições. São também aí discutidas algumas das interpretações errôneas das proposições skinnerianas e seus maus usos nas organizações fechadas.

Desenvolve-se, no segundo capítulo, um exame comparativo das ficções literárias de "1984" e "Walden II", com o propósito de, pela focalização de suas técnicas características de controle social, suscitar já, de modo informal, diversos pontos críticos do problema, que vêm a receber tratamento mais pormenorizado nos três capítulos seguintes.

Em "Controle Social na Vida Cotidiana", discute-se a natureza difusa que o controle assume nesse contexto mais amplo, ressaltando-se o emprego que se faz, para esse fim, de artifícios motivacionais e ideológicos. Para a articulação com o pensamento skinneriano, é privilegiada a abordagem da Sociologia do Conhecimento proposta por Berger e Luckmann.

No quarto capítulo, que trata da "Identificação de Controladores e Controlados", procede-se a uma reinterpretação comportamentista dos constructos cognitivistas de "intenção" e "percepção", com que comumente se descreve as iniciativas de controle por parte dos atores sociais. A análise de Becker dos mecanismos de criação e imposição de regras é utilizada para apoiar a estratégia de reinterpretação.

O capítulo final explora uma dimensão menos tradicional do problema — "O Controle para a Mudança Social". As proposições específicas de dois autores — Popper e Mannheim — são aqui articuladas com as de Skinner. Caracterizado o estado da sociedade contemporânea como de incessante mudança desordenada, discute-se as condições necessárias para uma mudança planejada e suas implicações psicossociais.

Na conclusão do trabalho, busca-se ampliar a perspectiva histórica do problema do controle social, por meio de uma análise retrospectiva proporcionada por Schneider e uma especulação prospectiva envolvendo a apreciação sócio-política do controle gradualista e democrático da mudança social. Defende-se, durante essa apreciação, a tese de que a engenharia comportamental de Skinner é gradualista e democrática em seu todo.

S U M M A R Y

The present work is an attempt to explore the psychological aspects inherent to the process of social control, according to the perspective of B. F. Skinner's "experimental analysis of behavior". Several current sociological propositions on some dimensions of the general issue are raised and critically articulated with the skinnerian behavioral approach.

On the first chapter — "Social Control in the Total Institutions" — a conceptual introduction to the operant conditioning is done, utilizing for this Goffman's sociological description of life inside those institutions. It is also discussed there some of the misinterpretations of skinnerian propositions and its misusages in closed organizations.

On the second chapter, a comparative examination of the literary fictions "1984" and "Walden II" is developed, with the purpose of, by focalizing their characteristical techniques of social control, raising already, in an informal way, several critical points of the issue, which come to receive a more detailed treatment on the three following chapters.

On "Social Control in the Quotidian Life" it is discussed the diffuse nature the control assumes in that larger context, emphasizing the use that is made, for that end, of motivational and ideological devices. The approach to Sociology of Knowledge proposed by Berger and Luckmann is privileged in the articulation with skinnerian thought.

On the fourth chapter, which deals with the "Identifica

tion of Controllers and Controllees", it is proceeded to a behaviorist reinterpretation of the cognitivist constructs of "intention" and "perception", with which are usually described the control initiatives on the part of the social actors. Becker's analysis of the mechanisms of rule creation and imposition is utilized to support the strategy of reinterpretation.

The final chapter explores a less traditional dimension of the issue — "Control for Social Change". The specific propositions from two authors — Popper and Mannheim — are here articulated with those from Skinner. Once characterized the situation of the contemporaneous society as one in incessant disordered change, the necessary conditions for a planned change and its psycho-social implications are discussed.

On the conclusion of the work, it is tried to enhance the historical perspective of the social control issue, through a retrospective analysis ~~made~~ available by Schneider and a prospective speculation involving a social-political evaluation of the piecemeal and democratical control of social change. It is held, during that evaluation, the thesis that Skinner's behavioral engineering is piecemeal and democratic in its whole.

"Meu coração está com as eternas minorias, sempre perdedoras".

B. F. Skinner,

pela boca de Frazier

I N T R O D U Ç Ã O

A escolha do tema da presente dissertação foi ditada por duas razões principais. A primeira, de caráter mais geral, pode ser caracterizada como o desejo de escrever algo que respondesse ao apelo, frequentemente lançado aos estudiosos das ciências humanas, no sentido de que procurem diluir as fronteiras arbitrariamente levantadas entre as suas respectivas disciplinas (Gillin, 1954; Duchac, 1975; e outros). A segunda, mais específica, consistiu na necessidade, já há algum tempo pessoalmente experimentada, de testar o alcance das proposições psicológicas de cunho comportamentista no trato de assuntos humanos socialmente significativos e dramáticos. O tema "Controle Social" pareceu-me ajustar-se excepcionalmente bem a esses dois propósitos, porquanto ensejava a penetração no domínio da Sociologia, ao mesmo tempo que, por sua natureza, abria amplas possibilidades de articulação das formulações sociológicas com o pensamento psicológico comportamentista.

Desde o início, entretanto, reconheci que o núcleo principal do problema a ser estudado pertencia, de fato e de direito, ao campo da Sociologia. Por esse motivo, caracterizei o presente trabalho, já em seu título, como uma tentativa de exploração das dimensões psicológicas inerentes ao processo de controle social, abstendo-me de qualquer pretensão reducionista. Creio firmemente que os esforços mais produtivos para a diluição das fronteiras entre dois empreendimentos culturais como a Sociologia e a Psicologia, dados os seus "status" autônomos atuais, serão

aqueles que proporcionem uma familiarização e uma articulação compreensível de ambas as ordens de proposições teóricas, e não os que busquem assimilar uma à outra ou propor alguma síntese prematura. Ao intitular o trabalho de "Aspectos Psicológicos do Controle Social", e não de "Psicologia do Controle Social", penso também ter me eximido de uma supostamente possível obrigação de esboçar uma abordagem psicológica completa e suficiente da questão.

Ainda dentro de uma orientação geral de desenvolvimento da análise psicológica a partir da colocação sociológica corrente do problema, preferi manter presente a multiplicidade de acepções com que o termo "controle social" tem sido empregado pelos sociólogos, ao invés de eleger uma única definição particular como ponto de partida. Um tal quadro conceitual amplo nos é proporcionado pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (1974) , que, após realizar um extenso exame crítico dos sentidos atribuídos ao controle social por diferentes autores, conclui pela "obscuridade e equivocidade" (sic) de tal conceito. Alguns desses sentidos, diz Fernandes, são contraditórios ou mutuamente exclusivos. As quatro aplicações do conceito, identificadas por aquele autor, e abaixo transcritas, bem demonstram o controvertido estado teórico-conceitual da questão. Segundo ele, o termo "controle social" surge nas obras de lavra sociológica com os seguintes significados:

- a) como algo equivalente à organização social, à solidariedade social, à unidade social, etc;
- b) como algo que se opõe à mudança social, à vida social espontânea, à esfera irracional ou "in flux" da sociedade, etc;
- c) como algo vagamente distinto de organização social e de ordem social;

d) como algo de que depende a emergência ou a seleção de atitudes inovadoras e de novos valores sociais — isto é, em outras palavras, como a base organizada da sociedade, enquanto determinante e fundamento da mudança social.

Tais aplicações gerais do conceito de controle social podem ser ilustradas pelas definições particulares propostas em diversos trabalhos de introdução ao pensamento sociológico. Bottomore (1975), por exemplo, diz que "a expressão 'controle social' é geralmente usada pelos sociólogos para denominar esse (...) tipo de controle, onde o recurso a valores e normas resolve ou minora as tensões e conflitos entre os indivíduos e grupos, a fim de manter a solidariedade de algum grupo mais inclusivo" (p. 199). Em Berger e Luckmann (1974) pode-se igualmente perceber essa assimilação do conceito de controle social ao de organização social: "As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. É importante acentuar que este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal, anterior a quaisquer mecanismos de sanções especificamente estabelecidos para apoiar uma instituição ou independente desses mecanismos" (p. 80).

Um outro sentido do termo é ilustrado pela tradição do "realismo sociológico", iniciada por Durkheim, segundo a qual "o controle social abrange os mecanismos coercitivos, através dos quais a sociedade impõe a seus membros as maneiras coletivas de ser, de pensar e de agir" (Fernandes, op. cit., p. 178). O que parece distinguir essa formulação da anterior é, segundo Fernandes, a sua implicação de que "o caráter suprapessoal dos ajus-

tamentos sociais não é um mero resultado da repetição dos mesmos atos pelos indivíduos que integram uma camada ou grupo social ; por derivarem da natureza mesma da sociedade, eles são irredutíveis aos estados pessoais de consciência" (p. 179). A explicação do comportamento desviante por Durkheim como decorrente dos "desejos inatos do homem, tais como a ambição de lograr objetivos inalcançáveis" (Clinard, s/d) caracteriza indiretamente sua concepção do controle social como algo que se opõe à vida social espontânea dos indivíduos.

Segundo Mannheim (1962a), "o controle social é o conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter uma determinada ordem" (p. 189). Em Berger (1976) encontra-se uma passagem que parece uma continuação natural dessa definição: "Nenhuma sociedade pode existir sem controle social. Até mesmo um pequeno grupo de pessoas que se encontrem apenas ocasionalmente terá de criar seus mecanismos de controle para que o grupo não se desfaça em muito pouco tempo" (p. 77). A focalização sobre os meios (métodos, mecanismos, etc) de controle, embora se mantenha explícita sua relação funcional com a ordem social, leva a uma possibilidade de distinção micro-analítica entre os dois conceitos — de controle e de ordem. Para a identificação e caracterização de aspectos psicológicos do controle social, sem propósitos reducionistas, tal distinção mostrar-se-á, como veremos, bastante proveitosa.

Transcrevo, finalmente, trechos em que Lemert (s/d) dá conta do sentido de controle social como a base organizada da sociedade, enquanto determinante e fundamento da mudança social:

Em um primeiro esforço para desenvolver uma idéia moderna de controle social, o autor do presente estudo impugnou concepções de controle social adotadas por Sumner em seus escri-

tos, em especial as noções de que os usos, os costumes e as leis são meios predominantes de controle social. Seguindo idéias anteriores de L. M. Bristol, propus que tal controle se chame "passivo" em oposição ao controle social "ativo". Esta distinção, que é central para nossos fins, converte o controle passivo em um aspecto da conformidade com as normas tradicionais; o controle social ativo, por outro lado, é um processo de colocação em vigor de metas e valores. O primeiro se refere à conservação da ordem social, o segundo a integrações sociais emergentes. Expressado com mais exatidão, o controle social ativo é um processo contínuo pelo qual se examina conscientemente os valores, toma-se decisões sobre quais devam ser dominantes e se põe em marcha ações coletivas para alcançar esse fim. Se bem que possua aspectos individuais, é mais tipicamente uma função de interação grupal. (p. 92)

A notoriedade do controle social ativo na sociedade moderna deve ser compreendida como resultado de mudanças maiores na natureza dos processos de inovação. Diretamente contrárias à concepção de Merton da inovação como resposta desviada ou não conformista de indivíduos estruturalmente desprivilegiados, são as evidências que se notam em toda parte segundo as quais a inovação chegou a ser um elemento organizado ou institucionalizado em nossa sociedade. (p. 92)

A verdadeira fonte do desvio nesses campos não é necessariamente uma mudança na conduta dos objetos de regulamentação, mas poderá sim ser a imposição de novas regras que agora definam como desviadas condutas [até então] existentes ou condutas compatíveis com normas anteriores. O propósito ao definir assim a conduta é o de produzir mudanças, não de reprimí-las. (p. 94)

Tendo optado por não restringir o conceito de controle social a apenas um ou alguns dos sentidos com que o termo tem sido correntemente empregado pelos sociólogos, e, pretendendo mesmo explorar as quatro aplicações descritas por Fernandes, julguei, entretanto, necessário selecionar determinados critérios de abordagem do problema e excluir de maior consideração algumas dimensões por demais evidentes do processo. Sem tal providência, essa dissertação não teria sido completada em tempo hábil. Procuro justificar em seguida as limitações cons

cientemente assumidas.

Como foi observado anteriormente, o conceito de controle social é com frequência assimilado à própria idéia mais geral de ordem ou organização social. Um tratamento completo da questão, nesse caso, exigiria a apresentação sistemática e uma comparação crítica das principais filosofias político-sociais, de Platão e Aristóteles a Marx e Nietzsche. Essas filosofias podem ser consideradas, como o faz Schilling (1974), como consubstanciações de respostas da própria vida humana, em termos de sua organização, às situações problemáticas com que se tem defrontado. Obviamente, no bojo de tais idéias sociais encontramos as formulações clássicas do problema do controle social, das quais derivam (ou pelo menos, com as quais se assemelham) as formulações modernas das ciências sociais constituídas. Tomemos como ilustração dessa assertiva o discurso filosófico de Thomas Hobbes, no qual a questão do controle social é salientada em duas proposições básicas: a da necessidade do controle e a da exclusiva viabilidade do controle centralizado e absoluto. Simplificadamente, a argumentação é a de que o controle racional deve ser imposto aos indivíduos em sociedade, porque o estado natural do homem consiste na guerra de todos contra todos pela disputa dos bens do mundo capazes de satisfazer as necessidades de cada um. A natureza humana deve ser suplantada pela razão, para que a paz social exista. Não se pode, entretanto, confiar em que todos os homens, simultânea e concertadamente, se disponham a desistir da luta e distribuam as riquezas espontaneamente; mesmo que muitos tentem fazer isso, seguindo assim os preceitos da moral cristã, outros tantos não o farão e prontamente aniquilarão os primeiros. Ao Leviatã, o "deus mortalis", cumpre portanto a tarefa de realizar o "reino de Deus" já na terra; ou seja, o Estado soberano, absolutista, deve autocrati

camente instaurar a paz e a segurança social, condições em si para o desenvolvimento posterior das virtudes e da bondade humanas. Zigler e Child (1969), analisando as implicações das abordagens positiva e negativa da natureza humana na compreensão do processo de socialização, registram o seguinte:

A posição negativa tem sido familiar nas discussões sobre socialização desde pelo menos a época de Hobbes, que, com efeito, colocou a questão de que como poderia a socialização ser de algum modo possível face à natureza animal negativa básica do homem. Tanto Wrong (1961) quanto Parsons (1937) sugeriram que a questão hobbesiana constitui o principal problema da socialização. Parsons se referiu ao nascimento de novas gerações como uma "periódica invasão de bárbaros" (citado em R. Brown, 1965).

Na tradição hobbesiana, Freud acreditava que a sociedade existisse primariamente para proteger os homens uns dos outros e que a cultura teria sido estabelecida para ajudar a impedir a eclosão de primitivas necessidades egoístas ou destrutivas.

A Teoria do Comportamento ... tendeu a atribuir importância primordial a impulsos que podem ser melhor descritos como estritamente fisiológicos e a considerar o comportamento como sendo desencadeado somente sob circunstâncias negativas, ou seja, quando o organismo se encontra privado de algum sustento essencial. Essa perspectiva leva a ver a socialização como um empreendimento muito difícil pelo qual a sociedade procura moldar um organismo recalcitrante. (p. 471)

O ponto a que se quer chegar, com a exposição resumida da posição original de Hobbes e de algumas posições sociológicas e psicológicas semelhantes, é o de que, para os propósitos menos ambiciosos do presente trabalho, a discussão crítica no âmbito das proposições modernas específicas parece suficiente. Esse argumento é estendido às demais teorias políticas, com entretanto algumas eventuais exceções, ditadas por um critério de relevância absoluta para o melhor esclarecimento da questão que esteja sendo abordada. Por exemplo, ao fazer alusão ao "maquiavelismo", termo a-

tualmente empregado para designar determinados artifícios de manipulação ou controle interpessoal, não se pode deixar de evidenciar seu paralelismo com os conselhos formulados originalmente por Maquiavel a Lorenzo de Medici no século XVI.

Outra medida de limitação do trabalho consistiu em excluir de consideração o controle social pelo uso da força. Embora sejam verdadeiras as afirmações de Berger (1976) de que "o meio supremo e, sem dúvida, o mais antigo, de controle social é a violência física" e que "... até mesmo nas polidas sociedades das modernas democracias, o argumento final é a violência" (p. 78), a psicologia dos indivíduos controlados dessa maneira parece bastante simples e auto-evidente, quando comparada com a sutil dinâmica psicológica desencadeada por mecanismos culturalmente mais sofisticados de controle. Duas ilustrações podem ser evocadas a guisa de justificação dessa focalização seletiva em uma instância apenas do problema. A primeira é fornecida pelo episódio histórico da chamada "Revolta da Chibata", ocorrida em 1910, durante a qual os marinheiros liderados pelo "Almirante Negro" João Cândido se apossaram dos mais poderosos vasos de guerra da Esquadra Brasileira e sitiaram durante cinco dias a cidade do Rio de Janeiro. Em uma de suas proclamações ao Ministro da Marinha, disseram os marinheiros revoltados que "... de há tempos já andávamos prevenidos para demonstrar que na Marinha atual não eram precisos a chibata e nem os castigos violentos de que temos sido vítimas, para sermos bons marinheiros...." (Morel, 1963; p. 58). Outras formas de controle se mostravam, ao que parece, mais desejáveis, e talvez até mesmo motivo de orgulho para os marinheiros cômicos de seu papel social. A segunda ilustração consiste na vigorosa ficção profética de Orwell, "1984". Embora fundada em grande parte sobre o medo, a sociedade orwelliana mantém a maioria

de seus membros controlada por outros tipos de intervenção social, dentre as quais se destacam: a redução das possibilidades de expressão verbal pela imposição da "Novilíngua", a adulteração sistemática da memória coletiva, o treinamento dos indivíduos nas técnicas do "duplipensar" e do "crimedeter". Os dissidentes, quando descobertos pela "Polícia do Pensamento", são certamente submetidos a terríveis torturas no "Ministério do Amor", mas isso constitui apenas um estágio para a obtenção de uma reversão mais cabal no domínio do pensamento e do sentimento. Winston, o herói vencido de "1984", termina por acreditar na propaganda oficial e efetivamente amar o "Grande Irmão" (a forma que o "Partido" controlador escolhera para se representar diante da sociedade controlada).

A terceira limitação que devo impor ao presente trabalho me é bastante difícil de justificar, talvez porque a faça muito contra a vontade. Trata-se de descartar as possíveis contri**bu**ições relevantes da Etologia Comparada ao estudo do controle social. Tomo, assim, para início da minha argumentação duas afirmações genéricas extraídas de uma das obras do principal representante daquela disciplina (Lorenz, 1975), com as quais, também genericamente, concordo:

Ainda que se vangloriem de serem muitos os psicólogos e os sociólogos, levados por especulações puramente intelectuais, cuja sensibilidade se recusa ainda a tirar conclusões que se inspirem na realidade incontestada da hereditariedade e a tratar com a consideração que elas merecem as propriedades do homem condicionadas pela história e pela filogênese, a verdade é que já se pode, no atual estado de investigações biológicas pela indução, predizer que lhes será realmente necessário, num futuro próximo, familiarizarem-se com esses processos de pensamento. (p. 190)

Insisto mais uma vez no fato de que em nenhum caso os juízos estéticos e éticos de valor se baseiam inteiramente num mecanismo

inato de desencadeamento estritamente antropomórfico. Afirmando apenas a existência de tais mecanismos e a sua importância no comportamento social humano, como matéria relativamente independente da totalidade. Desprezar esses mecanismos pode simplesmente conduzir a pesquisa sociológica a conclusões grosseiramente erradas. (p. 158)

Transcrevo, em seguida, uma breve passagem da introdução a uma coletânea de artigos (Montagu, 1970) de diversos cientistas do comportamento, dirigidos em parte contra o pensamento etológico de Lorenz como exposto em outra obra (1973):

É patentemente falso que o hereditário tome parte em toda a conduta humana, mas não se pode duvidar que o hereditário desempenhe um papel em uma fração da conduta humana; isto é algo muito diferente do que dizer que toda a conduta humana esteja determinada pela herança. (p. 16)

Parece, assim, que Lorenz e Montagu concordam quanto a um ponto básico da questão: a hereditariedade não constitui um determinante exclusivo da conduta humana. Discordam, entretanto, quanto a um outro ponto: o grau de importância que deva ser conferido aos mecanismos inatos na explicação do comportamento social humano. Para o grupo de autores aqui representado por Montagu, o raciocínio de Lorenz, por seu caráter indutivo e analógico, não demonstra de forma inequívoca aquela importância; e parece, por essa razão, fortalecer-se neles a convicção oposta, o que se evidencia em afirmações peremptórias, como a de que "o notável com respeito à conduta humana é que ela é aprendida; tudo o que um ser humano realiza como tal teve que aprendê-lo com outros seres humanos" (Montagu, op. cit., p. 15). O que eles querem dizer é que a constituição genética pode estabelecer os limites, mas de forma alguma os conteúdos da ação humana. Reagem dessa forma ao vaticínio de Lorenz de que deverão necessariamente, em um futuro próximo, familiarizar-se com as hipóteses etológicas. A e-

ventual radicalização de tal reação terá certamente o efeito de adiar aquele futuro.

Entre os psicólogos, com exceção dos chamados "culturalistas", a Etologia encontrou aparentemente maior aceitação. Hebb (1971), referindo-se evidentemente a apenas um tipo de Psicologia, avalia assim o estado da questão: "O etologista é, portanto, um cientista comportamental com treinamento em zoologia, nem sempre tão bem informado sobre a aprendizagem nos mamíferos como poderia ser — ou o psicólogo de animais é um etólogo que não sabe sempre tanto sobre pássaros e abelhas, e sobre ciência biológica em geral como deveria. Mas há mais coisas a conhecer neste campo do que um homem possa dominar, e hoje em dia há uma colaboração feliz entre essas duas ciências, uma complementando o trabalho da outra" (p. 7). Mas, mesmo no âmbito dessa psicologia, que Hebb chama de "objetiva", encontram-se sutis resistências a uma tal integração, provocadas talvez até por um receio de perda da identidade pública (para a qual a ênfase na experimentação contribui decisivamente) do tipo de conhecimento científico que pretende representar. Em uma obra que apresenta o Behaviorismo como a filosofia da ciência do comportamento humano (Skinner, 1975 b), encontramos a seguinte passagem, a meu ver, bastante significativa:

Sem dúvida é verdade que os primeiros behavioristas se entusiasmaram indevidamente com os processos de aprendizagem que descobriram, e se descuidaram do papel da genética do comportamento, mas também as reações à posição behaviorista foram demasiado exageradas. Já não há necessidade de controvérsia, embora estejamos ainda longe de entender todas as interações entre as contingências de sobrevivência [para a espécie] e as contingências de reforço [para o indivíduo] .

Em um sentido, todo o comportamento é herdado, pois o organismo que se comporta é o produto da seleção natural. O condicionamento

operante faz parte da dotação genética tanto quanto a ingestão e a gestação. A pergunta correta não é a de se a espécie humana tem uma dotação genética, e sim como se deve analisar esta. A espécie humana começa como e continua sendo um sistema biológico, e a posição behaviorista afirma que ela não é nada mais do que isso.

Fora dos detalhes do comportamento resultante, existem boas razões para distinguir entre as duas classes de contingências. Elas diferem enormemente em sua relação com a pergunta com que iniciam: Por que as pessoas se comportam como o fazem? As contingências de reforço se dirigem à predição e ao controle. As condições sob as quais uma pessoa adquire um comportamento são relativamente acessíveis, e com frequência podem ser manipuladas; as condições sob as quais uma espécie adquire um comportamento estão quase fora de nosso alcance. Uma infeliz consequência disso é a de que as fontes genéticas algumas vezes se convertem em uma espécie de plataforma: qualquer aspecto do comportamento que escape no momento à análise em termos de contingências de reforço será provavelmente atribuído à dotação genética, e é possível que aceitemos essa explicação porque estamos muito habituídos a não ir além de estados do organismo. (p. 47-48)

Minha justificativa, portanto, para excluir de consideração a abordagem etológica é a de que demandaria um excessivo esforço de compatibilização de posições artificialmente polarizadas. Seria certamente muito aborrecido ter que, a todo momento, repetir argumentos que demonstrassem não estar a Etologia Comparada, como eu a vejo, engajada em uma invasão reducionista do domínio legítimo das ciências sociais constituídas, a fim de neutralizar as radicalizações defensivas destas últimas. Por uma questão de coerência, optei também por tratar do psicológico, ou seja, dos aspectos psicológicos presentes no controle social, apenas ao seu nível próprio, sem as assimilações etológicas recentes, furtando-me, assim, a uma possível acusação de ter indistintamente favorecido aquela "invasão".

Uma vez justificadas as limitações conscientemente as

sumidas para o presente trabalho, julgo indispensável explicitar agora o quadro de referência teórico eleito para a análise dos processos psicológicos envolvidos no controle social, bem como a estratégia adotada para assegurar maior clareza na discussão do psicológico a partir do sociológico.

A principal abordagem psicológica privilegiada nesta dissertação consiste na "Análise Experimental do Comportamento" proposta por B. F. Skinner. Os limites do laboratório de psicologia animal, onde foram inicialmente desenvolvidas as formulações skinnerianas, e ao qual ficaram estas definitivamente associadas por seus críticos, serão, aqui, obviamente transpostos. As justificativas quanto à validade de uma tal transposição são fornecidas pelos princípios do "Behaviorismo Radical", que Skinner (1975 b) apresenta como constituindo a filosofia subjacente ao seu sistema de análise psicológica. Os processos psicológicos internos do ser humano, por exemplo, que não podem deixar de ser abordados em um estudo psicológico da vida social, recebem o seguinte tratamento comportamentista:

O behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico puseram os fatos privados fora de consideração porque não podia haver acordo público quanto à sua validade.(...) O mentalismo desviou a atenção dos fatos antecedentes externos que podiam ter explicado o comportamento, e pareceu oferecer uma explicação alternativa. O behaviorismo metodológico fez exatamente o contrário: ao interessar-se exclusivamente pelos fatos antecedentes externos afastou a atenção da auto-observação e do auto-conhecimento. O behaviorismo radical estabelece uma espécie de equilíbrio.(...) A posição [do comportamentismo radical] pode ser caracterizada da seguinte maneira: o que se sente ou se observa introspectivamente não é um mundo de natureza não-física da consciência, mente ou vida mental, e sim o próprio corpo do observador.(...) No momento devemos nos contentar, como insiste o behaviorista metodológico, com as histórias genética e ambiental da pessoa. O

que se observa introspectivamente são certos produtos colaterais dessas histórias. (...) O nosso conhecimento crescente do controle exercido pelo ambiente torna possível examinar seu efeito sobre o mundo de dentro da pele e a natureza do auto-conhecimento. Também torna possível a interpretação de uma ampla gama de expressões mentalistas. (p. 24-26)

Skinner contesta, em outra parte, a acusação de reducionismo com que seus críticos buscam caracterizar a argumentação precedente. Diz ele que o comportamentismo não maneja uma classe de fatos como se fosse outra classe, como faz a psicologia fisiológica; não passa de um sistema dimensional a outro, e sim, simplesmente, apresenta uma explicação alternativa para os mesmos fatos. A seguinte passagem ilustra bem a radicalidade de suas interpretações:

[O Comportamentismo] não reduz os sentimentos a estados corporais; simplesmente afirma que o que se sente são e sempre foram estados corporais. Não reduz a comportamento os processos de pensamento; simplesmente analisa o comportamento que antes se explicava com a invenção de processos de pensamento. Não reduz a moralidade a certos traços do ambiente social; simplesmente insiste em que esses traços sempre foram os responsáveis pelo comportamento moral. (Skinner, 1975 b, p. 216)

Foi precisamente desta radicalidade objetiva que pretendi beneficiar a presente análise dos aspectos psicológicos do controle social. Isto não deve ser tomado como uma adesão estrita e total ao programa skinneriano; mas sim como um exercício crítico de testagem da aplicabilidade desse programa à questão em estudo, mantida apenas a convicção de que a inteira viabilidade de tal aplicação, se demonstrada, resultaria proveitosa ao trato das questões sociais humanas.

Quanto à estratégia de relacionamento da dimensão psicológica à dimensão sociológica do problema, optei pela seguinte sequência de tratamento: seleção de dados gerais relevantes, de

natureza empírica ou teórica, extraídos da literatura sociológica, antropológica, psicossociológica ou leiga inteligente; breve caracterização da problemática particular levantada por cada um desses dados ou por um conjunto deles; identificação dos aspectos dessa problemática que comportam uma exploração mais extensa dentro do quadro de referência psicológico aqui eleito; desenvolvimento dessa exploração, acrescentando-se também, quando oportuna, uma discussão de interpretações psicológicas alternativas; e, finalmente, uma tentativa de avaliação dos possíveis acréscimos proporcionados por essa exploração ao conhecimento dos problemas levantados. Em sua forma definitiva, o trabalho foi estruturado em cinco capítulos, cada um deles abordando uma instância significativa do problema, e sequenciados em termos de uma complexidade interpretativa e/ou implicativa crescente. Na redação final foram omitidas as explicitações dos passos de tratamento acima descritos e recombinadas as argumentações parciais, de modo a se obter um encadeamento mais ágil das idéias.

Desejo, finalmente, concluir esta introdução com uma palavra de definição político-social. O tema escolhido — Controle Social — pode ser encaminhado segundo uma orientação "progressista" ou uma orientação "conservadora"; provavelmente nunca segundo uma orientação "neutra". O presente trabalho corre o risco de ser aprioristicamente caracterizado, por algumas pessoas, como de tendência "conservadora". Isto, em parte, porque foi escolhido um quadro de referência teórico comportamentista, que, dizem certos epistemólogos, representa na psicologia a influência do pensamento filosófico positivista; e este, desdobra-se normalmente a argumentação, está sempre e inevitavelmente a serviço de ideologias conservadoras (ou constitui ele próprio essa ideologia). Por outro lado, a ausência de jargões libertá -

rios, bem como a constatação do emprego de técnicas de controle interpessoal no terreno da chamada vida social espontânea, e a exposição de medidas de planejamento cultural, poderão atrair uma precipitada denúncia de proposta de intensificação do controle social espúrio. Transcrevo, então, passagens escolhidas de alguns autores, não para esclarecer essas questões (que para mim, e creio muitos outros, permanecem obscuras, equívocas, preñes de julgamentos dúbios), mas para propositalmente confundir aqueles que as vêem na cristalina clareza das resumidas linhas anteriores. Jacoby (1977), ao opor a teoria crítica da Escola de Frankfurt às psicologias contemporâneas, a seu ver positivistas e conformistas, concede, no entanto, um relativo crédito ao diagnóstico social skinneriano:

O comportamentismo à moda do Skinner de "Beyond Freedom and Dignity" excluiria a liberdade e o individualismo como não-científicos, em benefício de uma nova e aperfeiçoada modificação de comportamento. Aqui a nota progressista é o tom materialista. Skinner desdenha os espiritualismos e as abstrações, matéria prima dos humanistas. O que ele escreve sobre a alienação poderia ser da lavra de um socialista: "O fato de os jovens deixarem a escola, de se recusarem a empregar-se (...) não advém de sentimentos de alienação e sim de ambientes sociais deficientes". E, no entanto, o materialismo progressista e confiante degenera-se nas contradições insolúveis do positivismo. (p. 84)

Mannheim (1974), examinando a natureza da problemática da Sociologia do Conhecimento, rejeita a identificação categorizadora estatística do positivismo com o conservadorismo político-social:

Como vimos acima, não se pode estabelecer, de uma vez por todas, de que posições filosóficas faz uso o pensamento conservador e o progressista, respectivamente — estas correlações também são dinâmicas por natureza. É preciso investigar-se histórica e sociologicamente há quanto tempo, e até que ponto, o positivismo é um meio caracteristicamente "burguês" de pensamento; que nuança

de positivismo vem a ser uma base para o pensamento proletário; em que o positivismo de uma burguesia prosperamente consolidada difere do positivismo e do materialismo revolucionários; de quanto do pensamento "dinâmico" se irão apropriar os grupos respectivamente revolucionário e conservador, e assim por diante. (p. 31)

Popper (s/d), em sua defesa de Sócrates e da sociedade aberta, adverte contra a rotulação ingênua como anti-democrático de qualquer discurso que denuncie as mazelas políticas da democracia:

Mas um homem que critica a democracia e as instituições democráticas não precisa ser, forçosamente, seu inimigo; se bem que tanto os democratas aos quais critica, quanto os totalitários que esperam tirar partido de qualquer desunião nas hostes democráticas tendam a rotulá-lo como tal. Sem embargo, há uma diferença fundamental entre a crítica democrática da democracia e a totalitária. (tomo I, p. 294)

Becker (1977), ao discutir a questão dos valores na pesquisa social, enfatiza o compromisso necessário entre os objetivos progressistas e a investigação científica das relações sociais:

Insistimos sobre o isomorfismo entre Sociologia radical e boa Sociologia para dissuadir aqueles que pensam que gritar slogans políticos pode substituir o conhecimento baseado em evidências adequadas e análise cuidadosa;... Boa Sociologia é o trabalho sociológico que produz descrições significativas de organizações e acontecimentos, explicações válidas de como elas surgem e persistem, e propostas realísticas para sua melhoria ou extinção. (p. 161)

A ciência não valida proposições somente porque elas parecem ser eticamente válidas; as proposições devem estar corretas no mundo real. Neste sentido, o radicalismo é uma condição necessária, mas não suficiente, para a boa Sociologia. A produção de análises factualmente corretas envolve um paradoxo. O que os sociólogos precisam saber sobre qualquer instituição ou organização para satisfazer a objetivos políticos radicais é geralmente semelhante ao que eles devem saber para satisfazer a objetivos conservadores também.

Uma análise adequada de como as coisas permanecem as mesmas é, assim, ao mesmo tempo, uma análise de como mudá-las. (p. 174)

Espero, enfim, que o presente trabalho não seja julgado, nem a priori nem a posteriori, como seguindo uma orientação conservadora. A atitude pessoal que presidiu a escolha e o encaminhamento do tema foi justamente a oposta — um decidido compromisso intelectual com o imperativo da mudança social progressista.

O CONTROLE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES TOTAIS

O termo "instituição total" foi cunhado por Goffman (1974) para designar "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (p. 11). Goffman reconhece que todas as instituições sociais apresentam uma tendência ao "fechamento", no sentido de que procuram absorver uma maior parte do tempo e do interesse dos seus participantes. Certamente, o grau de sucesso de uma determinada instituição em cumprir seus propósitos de fechamento depende de sua capacidade de competição com as demais instituições, que possuem as mesmas tendências. Alguns estabelecimentos, entretanto — aqueles a que Goffman chama de "instituições totais" — alcançam um nível extremamente alto de fechamento, através do levantamento de barreiras à relação social com o mundo externo, representadas por proibições formais ou mesmo limitações físicas, como portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. Asilos, sanatórios e manicômios, penitenciárias, campos de concentração, quartéis, navios, colégios internos, mosteiros e conventos são, assim, os principais exemplos de instituições totais.

Dadas essas características, podemos, já intuitivamente, pressupor que a questão do controle social se coloque diferentemente na vida das instituições totais e no funcionamento da sociedade mais ampla, onde múltiplas instituições menos fe-

chadas competem pela participação dos indivíduos. Chamemos, para fins de abreviação terminológica, a esse segundo contexto social, amplo e difuso, de "vida cotidiana". Distinguimos, assim, em termos de comportamento manifesto, entre a rotina que os membros das organizações fechadas são obrigados a cumprir e a vida cotidiana que os indivíduos que não se encontram confinados àquelas organizações são induzidos a levar. Para demonstrar a utilidade, pelo menos inicial, dessa distinção, vejamos apenas uma ilustração de comportamento rotinizado em uma instituição total, no caso, uma cadeia para jovens delinquentes, notando o quanto se distancia do que ocorre na vida cotidiana:

Às cinco e trinta da manhã éramos acordados e precisávamos sair da cama e ficar atentos. Quando o guarda gritava "Um" nós tirávamos o pijama; "Dois", dobrávamos o pijama; "Três", arrumávamos a cama (Apenas dois minutos para arrumar a cama, de maneira difícil e complicada). Durante esse tempo, três instrutores gritavam: "Depressa" e "Andem com isso!". Também nos vestíamos com números: camisas com "UM!", calças com "DOIS!", meias com "TRÊS!", sapatos com "QUATRO!" ... Qualquer ruído como, por exemplo, derrubar-se um sapato ou até esfregá-lo no chão seria suficiente para uma repreensão.

(...) Depois de descer, todos ficavam voltados para a parede, atentos, as mãos junto às pernas, os polegares nas costuras das calças, cabeça erguida, ombros para trás, barriga encolhida, calcanhares unidos, os olhos voltados para a frente, proibidos de se coçarem, de colocar as mãos no rosto ou na cabeça, ou de movimentar os dedos. (HASSLER, A. -Diary of a Self-Made Convict- Chicago: Regnery, 1954); (citado em Goffman, op. cit., p. 42)

Goffman interpreta tais providências minuciosas de controle social como orientadas para a supressão da identidade pessoal, que o indivíduo adquirira anteriormente através de suas interações sociais na vida cotidiana. A auto-imagem do internado é deliberadamente agredida; ele é despojado dos vários indicadores de seus papéis e vínculos sociais prévios, tais como o uso de

roupas próprias e pertences pessoais, contactos com familiares e amigos de fora e até a identificação pelo nome (que é, com frequência, substituído por um número). É interessante observar, como faz Goffman, que as instituições totais das nossas sociedades não procuram realmente obter uma vitória cultural sobre o indivíduo, quando lhe negam de forma sistemática confirmações ao seu "eu" anterior. Com esses expedientes, elas simplesmente "criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens" (p. 24); o propósito parece ser apenas o de mantê-los submissos, obedientes e conformados aos padrões sociais do seu novo ambiente, enquanto lá permanecerem.

As instituições totais constituem, assim, organizações dedicadas ao "controle pelo controle". Na verdade, suas equipes dirigentes desenvolvem uma intensa atividade intelectual no sentido de legitimar aquela realidade institucional. As técnicas de controle social que empregam são frequentemente apresentadas em uma linguagem que reflete os objetivos oficiais da instituição. Como observa Goffman, "a contradição entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente" (p. 70). Interessa-nos, entretanto, no momento, discutir apenas aquilo que as instituições totais fazem — o controle da vida diária dos seus membros — e como o fazem. As medidas de controle em tais organizações podem ser consubstanciadas no que Goffman chama de "sistema de privilégios", constituído de três elementos básicos:

Em primeiro lugar, existem as "regras da casa", um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que

expõe as principais exigências quanto à conduta do internado.

Em segundo lugar, em contraste com esse ambiente rígido, apresenta-se um pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência, em ação e espírito, à equipe dirigente.

O terceiro elemento do sistema de privilégios está ligado aos castigos; estes são definidos como consequência de desobediência às regras. Um conjunto de tais castigos é formado pela recusa temporária ou permanente de privilégios ou pela eliminação do direito de tentar consegui-los. (p. 50-51)

Feita essa breve caracterização das instituições totais, cumpre já agora introduzir o quadro de referência psicológico em função do qual poderemos interpretar uma quantidade de aspectos do controle social exercido em tais organizações fechadas.

De acordo com a abordagem da "Análise Experimental do Comportamento" desenvolvida por Skinner (1967), as causas dos comportamentos, para as finalidades científicas e práticas de sua predição e controle, devem ser buscadas fora do organismo, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental. Usando a terminologia do método experimental, que sustenta grande parte da argumentação de Skinner, essas causas podem ser descritas como "variáveis independentes", cuja manipulação pelo experimentador ou pelo agente controlador redonda em alterações observáveis no comportamento, o qual assim constitui a "variável dependente". Uma pequena fração do repertório total de comportamentos de um organismo humano adulto encontra-se sob o controle de estímulos ambientais antecedentes, que os eliciam de forma automática. O que nos interessa aqui é, entretanto, um outro tipo de comportamento, a que Skinner deu o nome de "operante", e que é representado pelas respostas espontaneamente (no sentido de que não são eliciadas por quaisquer estímulos identificáveis) emitidas pelo

organismo no seu ambiente. Tal comportamento encontra-se sob o controle das próprias consequências que ele produz no ambiente, já que essas consequências retroagem sobre o organismo, alterando a probabilidade de que ele emita aquele comportamento novamente. Em termos físicos, aos quais a análise skinneriana consistentemente adere, as referidas consequências consistem na apresentação ou na remoção de estímulos ambientais; a esses estímulos dá-se o designação técnica de "reforçadores". Os reforçadores são chamados de "positivos" ou "negativos": positivos são aqueles que, quando apresentados após a emissão de uma resposta, aumentam a sua probabilidade de ocorrência; negativos são os que produzem esse mesmo efeito quando removidos. O termo "reforço" é aplicado à operação de apresentação ou remoção de reforçadores.

Esse esboço resumido, e ainda incompleto, das proposições da Análise Experimental do Comportamento parece seguramente aplicável à interpretação de variadas situações, naturais ou artificiais, de vida dos organismos animais. A maioria das pessoas concorda, pelo menos, com a sua aplicabilidade ao caso de animais infra-humanos em situação de laboratório ou no ambiente social inter-específico de um circo. Para os nossos propósitos do momento, entretanto, o que interessa é investigar a sua capacidade de explicação do controle exercido por alguns animais humanos — a que chamaremos de "controladores" — sobre outros — a que chamaremos de "controlados" — no ambiente social particular das instituições totais. Continuemos, portanto, a expor os pontos principais daquela abordagem, mas referindo-os especificamente a esse contexto de relações humanas.

Um "operante" é definido, nesse caso, como uma propriedade do comportamento do controlado à qual um reforço é feito contingente. Nesse sentido, as "regras da casa" de Goffman consti

tuem uma relação dos operantes relevantes para os controladores , ou seja, os tipos de comportamentos que estes, através de suas operações de reforço, tornam mais prováveis ou frequentes no ambiente institucional dos controlados. O processo pelo qual os comportamentos dos internados são assim modificados e mantidos é conhecido como "condicionamento operante". Goffman o descreve parcialmente no segundo elemento básico do seu "sistema de privilégios": os controladores, membros da equipe dirigente, apresentam reforçadores positivos aos controlados quando estes e mitem os comportamentos desejados. Por outro lado, como previsto no terceiro elemento do sistema, os controladores punem os comportamentos que se afastam das regras, através da remoção daqueles reforçadores positivos, na expectativa de diminuir sua probabilidade de ocorrência. Certamente, muitas instituições totais em pregam, além desses, dois outros procedimentos de controle: a remoção de reforçadores negativos, como forma de aumentar a frequência dos comportamentos que a precedem; e a punição pela apresentação de reforçadores negativos.

É interessante assinalar já, embora tenhamos que voltar mais tarde a esse assunto, que, segundo a abordagem em questão, uma resposta punida (pela apresentação de um reforçador **negativo** ou pela remoção de um positivo) não é permanentemente enfraquecida, mas apenas temporariamente suprimida. Diz Skinner (1967): "Inquestionavelmente a punição severa tem um efeito imediato na redução da tendência para agir de uma dada maneira. Sem dúvida, este resultado é responsável pelo seu largo uso; (...) o efeito imediato do procedimento é suficientemente reforçador [para o controlador] para explicar a sua ocorrência. Todavia, a longo prazo a punição realmente não elimina o comportamento de um repertório e seus efeitos temporários são conseguidos com tremendo custo na

redução da eficiência e felicidade geral do grupo" (p. 113). No contexto social que estamos analisando, esse problema pode ser resumido em três considerações principais: 1º) a punição é amplamente empregada nas instituições totais porque é fácil fazê-lo, ou , dizendo de outra forma, porque produz os resultados facilmente previsíveis de imediata supressão dos comportamentos não desejados pela equipe dirigente; 2º) as instituições totais não estão normalmente preocupadas em obter modificações permanentes do comportamento do indivíduo, já que este não possui, para elas, um grau absoluto de permanência ou duração pessoal que ultrapasse os limites de sua permanência física na organização; 3º) a eficiência e felicidade geral do grupo não são coisas importantes para as instituições totais.

Uma outra questão crucial que merece ser aqui discutida refere-se às condições necessárias para que um determinado estímulo funcione como um reforçador positivo, ou seja, para que tenha o efeito de aumentar a frequência da classe de respostas que precede a sua apresentação. Uma das condições básicas, mas que comporta alternativas, é a de que o organismo se encontre em um determinado nível de privação daquele estímulo ou de estímulos semelhantes. Isso faz com que a possibilidade de controle sobre a resposta em si seja acrescentada uma possibilidade de controle sobre a privação (da qual depende em parte a primeira). A esse respeito observa Skinner (1975 b): "Se conhecemos o nível de privação ou de estimulação aversiva, podemos predizer com maior precisão em que grau poderá ser reforçador um determinado fato, e que probabilidade existe de que uma pessoa emita o comportamento pertinente. Esse conhecimento tem sido muito utilizado para fins de controle. Tem-se feito pessoas sentirem fome, de modo a que 'trabalhem para conseguir alimento', e de modo a que se possa re-

forçá-las com alimento, assim como se as tem tornado infelizes para que atuem de modo a reduzir sua infelicidade" (p. 54). Goffman, sustentando uma posição semelhante, comenta que "...os privilégios na instituição total não são iguais a prerrogativas, favores ou valores, mas apenas a ausência de privações que comumente a pessoa não espera sofrer" (p. 52); e explica sua relativa eficiência no controle social dos internados como decorrente do processo prévio de "mortificação do eu" ou supressão da identidade social anterior (da qual fazia parte a consciência de suas prerrogativas e de seus direitos supostamente inalienáveis). Diz ainda esse autor: "Toda instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto, em que aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes. Essa atividade pode ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu" (p. 66).

Em uma recente obra (Geiser, 1977), que busca analisar os êxitos relativos e principalmente as causas dos fracassos da aplicação dos princípios do condicionamento operante em escolas, hospitais e prisões, encontramos as seguintes passagens significativas sobre a técnica de modificação do comportamento conhecida como "economia de fichas":

Economias de fichas são programas de contingência contratual. Os comportamentos a serem reforçados são explicados ao sujeito, e é firmado com ele um contrato acerca daquelas contingências de reforço em particular. Se o paciente arruma a cama pela manhã, ganha três fichas. Lavar as mãos antes de uma refeição vale uma ficha, e assim por diante. O valor dos reforços é transmitido ao sujeito em termos do seu custo em fichas. Um tablete de chocolate custará duas fichas; um maço de cigarros, vinte fichas; uma oportunidade para assistir a um programa de televisão, dez fichas; etc. Os comportamentos exatos a serem recompensados, seu valor em fichas, os reforços usados e seu custo em fichas variam am-

plamente de programa a programa. (p. 46)

Há vezes em que toda a instituição é organizada em planos sucessivos, chamados passos ou escalas, e o avanço de um nível a outro encontra-se vinculado a uma economia de fichas. Os níveis proporcionam diferentes graduações de conforto e privilégios aos pacientes. O passo número um talvez seja morar num dormitório, com o colchão direto no assoalho. O passo seguinte permitiria a conquista de uma cama para o colchão. O seguinte seria dormir num quarto particular ou semi-particular. Outros confortos e privilégios são também distribuídos pelos diferentes níveis, tais como a qualidade do alimento, privilégios de visitas e passeios nos jardins, escolha de atividades recreativas, compromissos de trabalho mais fácil, etc. A alta do hospital dependerá ou não de se alcançar o nível mais alto. Em certos ambientes, até o necessário à subsistência custa fichas. Estas pagam tudo o que é normalmente fornecido e muitas vezes aceito com naturalidade (refeições, permissão para se deitar, artigos de toalete). (p. 47)

A prática da psicologia animal de privação do alimento para garantir a eficácia do reforço é traduzida na prática em certas economias de fichas: "(...) há outros meios de garantir a eficácia das recompensas. Um dos métodos é a privação do estímulo; um reforço em potencial é escasseado, sendo sublinhado o seu valor".

De um modo geral, as economias de fichas são técnicas de controle da administração, facilitando o cuidado dos pacientes e eliminando comportamentos bizarros, ilógicos, assustadores ou irritantes, aumentando a capacidade de cuidado pessoal, reduzindo a agressividade, os vitupérios, etc. Na maioria das instituições, as contingências são planejadas para o conforto e a conveniência do "staff", de preferência ao benefício dos internados. (p. 48)

Vemos, assim, que tanto os controladores tradicionais quanto aqueles que pretensamente se baseiam em uma ciência do comportamento fazem, na verdade, dentro das instituições totais, aquilo que é mais fácil ou conveniente fazer. Na investigação do comportamento operante em laboratório é importante tornar as coisas fáceis para o experimentador, como, aliás, observa Skinner (1975 a) nas seguintes passagens:

Ao estudar este comportamento devemos tomar certas decisões prévias. Começemos por eleger um organismo, que esperamos seja representativo, mas que simplesmente é, sobretudo, conveniente. Devemos também escolher um aspecto do seu comportamento, não pelo interesse intrínseco que possa ter, mas sim porque seja mais fácil de observar, afete o meio de forma que possa ser facilmente registrada e porque, (...), possa repetir-se muitas vezes sem cansaço. Em terceiro lugar, devemos seleccionar ou construir um espaço experimental que permita um bom controle". (p. 139)

(...) estudamos o efeito mais convenientemente dispondo uma consequência arbitrária claramente reforçadora. O alimento resulta ser reforçador para um pombo faminto (para o propósito do momento não é necessário analisar porque isso acontece)... (p. 141)

A aplicação dos resultados experimentais a situações da vida real de seres humanos deve, entretanto, ser orientada por preocupações bastante distintas daquelas. Essa distinção se tornará flagrante quando tratarmos das sugestões de Skinner para o planejamento sócio-cultural amplo. Por ora, é suficiente tecermos mais algumas considerações sobre privação e reforço, para finalizar a caracterização do controle social nas instituições totais como essencialmente aversivo.

Ao exercer o controle sobre a privação como uma forma de assegurar a eficácia do reforço positivo, o agente controlador está, na verdade, inflingindo uma punição ao controlado. A configuração ativa de privilégios que o indivíduo estava acostumado a receber, sem que para isso devesse se engajar em nenhum comportamento particular além da mera locomoção para perto (ou das respostas de apreensão) dos estímulos físicos que os constituem, não pode ser encarada senão como punição. A estimulação física proveniente do contacto direto com o chão é, para quem está acostumado a dormir em uma cama, nitidamente aversiva. Embora o controlador possa dizer em seu relatório que proporcionou ao controlado

um reforço positivo ao lhe fornecer uma cama, após este ter realizado uma quantidade de comportamentos julgados adequados, o que ocorreu na realidade foi a remoção de um reforçador negativo. Uma análise semelhante pode ser feita para quase qualquer outra relação privação-reforço empregada nas instituições totais. Nesse sentido, Geiser observa que existe uma "capacidade inerente ao sistema carcerário de tomar qualquer medida parcialmente terapêutica e transformá-la em punitiva" (p. 78).

Na verdade, o reforço positivo não exige necessariamente operações prévias de privação tão drásticas como as que vimos até agora. Diversas situações de estímulos podem ser reforçadoras para os indivíduos sem que a sua simples ausência implique em uma condição aversiva. Por exemplo, para uma pessoa que goste de ler, o recebimento de um romance recentemente publicado pode apresentar um efeito altamente reforçador sobre o comportamento que o tenha precedido. Acima do nível das chamadas necessidades básicas, coisas diferentes possuem propriedades reforçadoras diferentes para diferentes indivíduos. Essas coisas são chamadas de reforçadores secundários ou condicionados, e seu poder de reforçar atual é função da longa história de reforço particular de cada indivíduo. As agências controladoras possuem, assim, uma alternativa de emprego do condicionamento operante que prescinde das condenáveis medidas de privação. Geiser nota inclusive que em hospitais psiquiátricos já "foram feitos estudos nos quais os reforços eram individualizados, adaptados às idiossincrasias da pessoa"; mas adverte em seguida - "Qualquer abordagem que trate as pessoas como indivíduos, e não como parte integrante de um grupo similar [no sentido de homogêneo], é bem mais difícil de ser implementada. Dá muito mais trabalho ao modificador do comportamento e talvez seja mais dispendiosa em termos de tempo e

dinheiro" (p. 59). Conclui-se prontamente que não é então de se estranhar o fato de as instituições totais fazerem pouco uso dessas técnicas.

Há, ainda, a importante categoria dos "reforçadores generalizados", como o dinheiro, a atenção, os sinais de aprovação e de afeição, e outros. Tais estímulos foram normalmente, no decorrer da história de reforço dos indivíduos, associados a diversos reforços primários (provimento de alimentação, conforto, satisfação sexual; remoção de estimulação aversiva, etc), e chegaram assim a adquirir propriedades reforçadoras que independem das condições momentâneas e específicas de privação do organismo. A técnica de controle da "economia de fichas" procura justamente reproduzir, no âmbito de uma instituição fechada, um processo semelhante de estabelecimento de um reforçador generalizado, de modo a (para maior comodidade da equipe controladora) desvincular as operações de reforço das operações de privação. Skinner (1967) indica que "eventualmente os reforçadores generalizados continuam eficazes mesmo quando os reforçadores primários já de há muito não os acompanham" (p. 53). Isso é certamente verdadeiro para o caso dos reforços sociais da atenção, aprovação e afeição; pode ser verdadeiro também para o dinheiro, pelo menos em muitos casos individuais; mas, dificilmente será verdadeiro para as fichas das organizações fechadas. Propomos então, aqui, uma gradação dos reforçadores generalizados em termos de sua independência em relação aos reforçadores primários (e, conseqüentemente, em relação à privação) — reforçadores sociais - dinheiro - fichas — que achamos importante discutir.

Embora o termo "reforçador social" deva, a rigor, designar todos os estímulos reforçadores cuja apresentação ao organismo seja mediada por outro indivíduo da mesma espécie, costuma-se,

em uma acepção mais restrita, reservá-lo para os estímulos constituidos pelos próprios comportamentos desse outro indivíduo: a o-
 rientação do corpo e do rosto e a direção do olhar de quem presta
 atenção, o balançar da cabeça ou as verbalizações e sons convencio-
 nais emitidos por quem fornece aprovação; os sorrisos, gestos
 ou contactos físicos de quem dá afeição. Em um outro tipo de dis-
 curso interpretativo, são eles as manifestações espontâneas de a-
 fetividade às quais todos os seres humanos normais são naturalmen-
 te sensíveis. E é, por certo, exatamente assim: falar em afetivi-
 dade dos seres humanos implica em reconhecer que estes afetam-se
 (ou, se se preferir, controlam-se) mutuamente; os termos "esponta-
 neidade" (com que é exercida a influência ou controle) e "natura-
 lidade" (com que a influência é aceita) indicam que o poder refor-
 çador desses estímulos torna-se efetivamente independente de
 quaisquer privações básicas; a alusão exclusiva aos "normais" de-
 nota, já na linguagem comportamentista, que apenas são "sensí-
 veis" a (ou controláveis por) esses reforçadores aqueles que
 aprenderam a sê-lo. Um ambiente social em que se faça amplo empre-
 go desses tipos de reforçadores é comumente descrito como mais
 humanitário (e efetivamente o é) do que outro em que predomine o
 controle pela apresentação e negação de reforçadores primários.
 Cumpre observar que isso não significa que haja menos controle
 social no primeiro ambiente do que no segundo. Nesse sentido, in-
 forma-nos Geiser que "... certos modificadores comportamen-
 tais compreenderam que a interação humana é a coisa mais importan-
 te que ocorre nos ambientes institucionais. Os melhores pro-
 gramas afastaram-se da aplicação mecânica de reforços tangíveis,
 compreendendo que efeitos ainda mais potentes podem ser provoca-
 dos por reforços sociais" (p. 51). A maioria das instituições
 totais das nossas sociedades parece não ter optado por esse

procedimento, o que nos dá a impressão de que elas simplesmente preferem não ser humanitárias. Uma interpretação mais plausível pode ser, entretanto, a de que elas são inerentemente incapacitadas para o humanitarismo. O controle social pelo uso exclusivo de reforçadores positivos, de preferência condicionados, tanto idiossincrásicos quanto generalizados, e ainda com ênfase especial aos reforçadores sociais, só é exequível em um tipo de instituição ou sociedade que possa ter seus padrões de funcionamento indefinidamente ampliados no sentido de uma permanente garantia de felicidade pessoal para os seus membros. As instituições totais são limitadas por sua natureza e por seus objetivos oficiais, mesmo que frequentemente não os cumpram. Qualquer programa de reforço positivo a curto prazo que tentem empreender termina usualmente por conduzir, a médio ou longo prazo, a consequências aversivas. Um tipo de controle que se mostre aversivo ao final de uma série de intervenções humanitárias é apenas pseudo-humanitário e, em seu todo, é definitivamente aversivo.

O dinheiro é, certamente, um dos reforçadores generalizados mais poderosos que já foram culturalmente produzidos. Tecnicamente, e enquanto estímulo físico concreto, deve ser descrito como um reforçador positivo, já que a sua apresentação tem o efeito de aumentar a probabilidade de ocorrência da resposta que a tenha precedido. Sua eficácia, contudo, depende em grande parte do grau de privação de reforçadores primários a que estejam submetidos os indivíduos. Além disso, sua ausência ou remoção implica nitidamente no estabelecimento de uma condição aversiva, o que é decerto explicável, porquanto, durante o processo de sua constituição como reforçador generalizado, ele esteve frequentemente associado à remoção de reforçadores negativos. Seu superdimensionamento como reforço social (na acepção ampla), que equivale

a um subdimensionamento dos reforços alternativos, é tal, nas grandes sociedades humanas modernas, que o velho ditado popular de que "o dinheiro não traz felicidade" perdeu quase inteiramente sua credibilidade. O lema "O dinheiro é a felicidade!" soa muito mais verdadeiro, e denuncia dramaticamente o extenso papel que tal reforçador desempenha atualmente no controle social.

"Na realidade, a pesquisa relativa às economias de fichas sugeriram que elas não são uma simples questão de reforço. São, com frequência, sistemas econômicos em miniatura, que acompanham em grau notável o funcionamento do sistema econômico da nação" (Geiser, p. 51). A citação acima vem a significar que o sistema de fichas, concebido originalmente como um mecanismo ideal de controle nas instituições fechadas, termina por padecer de muitas das imperfeições que caracterizam o sistema monetário nas sociedades abertas. A confiança que os controladores depositavam em sua capacidade de administração de tal sistema foi, de várias maneiras, abalada quando de sua efetiva implementação. Membros da equipe dirigente em níveis mais baixos, que obviamente não são afetados pelas contingências de reforço programadas para os internados, e que não possuem a mesma motivação dos planejadores para que o sistema funcione, sabotam-no, ativa ou passivamente, conscientemente ou não. Por outro lado, os controlados puderam, com frequência, descobrir falhas no sistema, e assim se engajar em práticas do tipo "ajustamentos secundários" (Goffman, p. 54), que, sem desafiar diretamente a equipe dirigente, lhes permitem burlar os regulamentos em proveito imediato próprio; o roubo e a prostituição encontram-se entre tais práticas. Armazenamento de fichas e empréstimos levaram mesmo ao desenvolvimento de uma classe abastada e uma classe pobre dentro de algumas instituições totais. Mas a questão mais importante com relação à econo-

mia de fichas é a de que estas, à diferença do dinheiro, apresentam uma reduzida capacidade de generalização. Devem estar sempre referenciadas aos reforçadores específicos proporcionados pela instituição, como estabelecido no programa de contingência contratual firmado com os internados. Isso quer dizer que as economias de fichas se baseiam, quase sempre e explicitamente, sobre as condições de privação impostas inicialmente aos controlados. Essa tendência é bem demonstrada, segundo relato de Geiser, na resolução de um tribunal de Alabama, que, em 1972, tornou ilegal em hospitais psiquiátricos públicos da circunscrição o uso como reforços, em troca de fichas, do "direito à privacidade, às visitas, a vestir as próprias roupas, a ter objetos pessoais, a exercício físico regular, a ficar ao ar livre a intervalos regulares, ao culto religioso, a refeições nutritivas, ao mínimo de condições restritivas necessárias à realização das finalidades do tratamento, e assim por diante" (p. 56). Uma vez assegurados "gratuitamente" tais padrões mínimos de existência pessoal dentro de uma organização fechada, as fichas perdem substancialmente o seu valor. Podem ser empregadas apenas para a obtenção de reforços condicionados positivos idiossincrásicos, que atendem a privações menos dramáticas e urgentes. Deixam, assim, rapidamente, de possuir um poder de controle social comparável ao do dinheiro. Na verdade, o dinheiro também deixaria de ter o tremendo poder controlador que tem na sociedade mais ampla, se as condições mínimas de sobrevivência fossem gratuitamente asseguradas a todos os indivíduos.

Durante o exame que fizemos do processo de controle social nas instituições totais, uma característica foi especialmente enfatizada: o extenso controle que suas equipes dirigentes exercem sobre a privação, e isso com o propósito praticamente

exclusivo de tornar eficaz ao máximo o pequeno elenco de reforços positivos manipuláveis no âmbito de tais organizações fechadas. Essa parece constituir efetivamente a principal distinção entre o controle nas instituições totais e o controle na vida cotidiana, mesmo reconhecendo que no primeiro contexto há algum emprego de outras técnicas além daquela, e que na diversidade de técnicas que caracterizam a vida cotidiana está também incluído o controle da privação.

O CONTROLE SOCIAL EM "1984" E EM "WALDEN II"

Para passar agora de um contexto a outro — das "instituições totais" à "vida cotidiana" — utilizaremos um artifício possivelmente um tanto insólito: verificaremos como é tratada a questão do controle social em duas sociedades fictícias famosas — a "Oceania" de Orwell (em "1984") e a "Walden II" de Skinner — pretendendo obter, como resultado dessa incursão, alguns parâmetros relevantes para a análise do controle nas sociedades reais. Estaremos, assim, percorrendo o caminho inverso ao trilhado pelos autores dessas ficções; e acreditamos que essa possa ser uma estratégia proveitosa, pelo menos em termos de apropriação e exploração dos "insights" de dois inteligentes escritores. Cabem, ainda, outras justificativas para a escolha da "Oceania" e de "Walden II" como etapas de transição entre aqueles dois contextos sociais. Em primeiro lugar, ambas possuem alguns pontos em comum com as instituições totais: "Walden II" é um local de residência e trabalho para um grande número de indivíduos com situação semelhante, e na "Oceania" estão levantadas barreiras intransponíveis à relação social com o mundo externo; e, além disso, os habitantes de uma e outra levam uma vida formalmente administrada. Em segundo lugar, as práticas de controle social nessas comunidades diferem entre si e diferem também da prática característica das instituições totais: na "Oceania" é exercido controle sobre a privação, mas não unicamente como uma maneira de tornar eficazes os reforços positivos; em "Walden II" é evitado o controle sobre a privação, e isso justamente como uma maneira de

tornar eficazes os reforços positivos. A análise do controle social nas sociedades abertas reais deverá trazer implícita a coexistência das três diferentes práticas aqui tipificadas.

Essas distinções não são, na verdade, imediatamente óbvias; e existe sempre presente a tentação de reduzir os princípios de uma prática aos mesmos termos com que a outra é explicada, ou ainda englobar as duas em uma mesma categoria estabelecida segundo um terceiro sistema de pensamento. A seguinte passagem de Skinner (1975 a) ilustra bem esse último ponto:

Entristece-me muito ouvir Rogers dizer que a nível filosófico profundo o Walden Dois e o 1984 de Orwell lhe parecem indistinguíveis. Não poderiam ser mais distintos, seja qual for o nível em que se os julgue. O livro 1984 constitui um quadro de controle aversivo imediato com nefastos propósitos egoístas. O fundador de Walden Dois, diferentemente, formou uma comunidade onde nem ele nem ninguém exerce nenhum gênero de controle direto. (p. 42- 43)

Conscientes dessas dificuldades, examinemos, então, "1984" e "Walden II", um de cada vez, procurando acentuar suas características distintivas.

A sociedade orwelliana é uma sociedade de penúria. "O mundo de hoje [1984] é um planeta nu, faminto e dilapidado" (Orwell, op. cit., p. 177). E o é assim em função de um propósito conscientemente assumido por sua equipe dirigente, como esclarece o trecho abaixo:

O essencial da guerra é a destruição, não necessariamente de vidas humanas, mas dos produtos do trabalho humano. A guerra é um meio de despedaçar, ou de libertar na estratosfera, ou de afundar nas profundezas do mar, materiais que doutra forma teriam de ser usados para tornar as massas demasiado confortáveis e portanto, com o passar do tempo, inteligentes. (...) Em princípio, o esforço bélico é sempre planejado de maneira a consumir qualquer excesso que possa existir depois de satisfeitas as necessidades mínimas da população. Na prática, as necessidades da popula-

ção são sempre subestimadas, e o resultado é haver uma escassez crônica de metade dos essenciais, mas isto é considerado uma vantagem. É uma política consciente manter perto do sofrimento até os grupos favorecidos porquanto o estado geral de escassez aumenta a importância dos pequenos privilégios e assim amplia a distinção entre um grupo e outro. (p. 179 - 180)

À primeira vista, esse programa de controle da privação poderia parecer idêntico ao das instituições totais. Suas principais finalidades são, entretanto, nitidamente diferentes. Nas instituições totais, os privilégios são concedidos aos internados para levá-los a cumprir as "regras da casa", não estando os controladores sujeitos à influência de tal programa. Em "1984", o objetivo é o de constituir e manter uma hierarquia social, com base no pressuposto de que uma sociedade hierárquica em caráter permanente só é possível se fundada sobre a pobreza e a ignorância. Na sociedade orwelliana, os privilégios materiais não são tornados contingentes a determinados comportamentos emitidos pelos indivíduos controlados; eles são simplesmente concedidos aos membros da equipe dirigente - O "Partido Interno" - para distingui-los dos membros do "Partido Externo", que, por sua vez, recebem algumas migalhas, para que se diferenciem das "proles". Que os controladores não são eles próprios controlados pela obtenção de privilégios, como poderia sugerir uma interpretação alternativa, é demonstrado pelas seguintes passagens:

O Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder. Nem na riqueza, nem no luxo, nem em longa vida de prazeres: apenas no poder, poder puro. (p.244)

Sabemos que ninguém jamais toma o poder com a intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. (...) O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. (p. 244)

(...) O poder é coletivo. O indivíduo só tem poder na medida em que cessa de ser indivíduo. (...) Escravidão é liberdade. Sozinho, livre, o ser humano é sempre derrotado. Assim deve ser, porque todo ser humano está condenado a morrer, que é o maior dos fracassos. Mas se puder realizar uma submissão completa, total, se puder fugir à sua identidade, se puder fundir-se no Partido então ele é o Partido, e é onipotente e imortal. (p. 245)

O que importa não é quem maneja o poder, contanto que permaneça sempre a mesma estrutura hierárquica. (p. 196)

Essas afirmações são francamente desconcertantes, se considerarmos o quadro de referência que vimos até aqui empregando. O próprio Skinner se mostrou incapaz de dar conta do drama humano de "1984" quando o caracterizou como "um quadro de controle aversivo imediato com nefastos propósitos egoístas". A alusão a qualquer egoísmo individual por parte dos membros da equipe dirigente da "Oceania" afigura-se inteiramente incorreta. Egoismos à base de laços de sangue, familiares ou étnicos, são também colocados fora de cogitação (Orwell, op. cit., p. 195-196). Quanto ao controle aversivo, este, certamente, é praticado em grande escala na sociedade orwelliana, mas mostra-se insuficiente para explicar a gênese da psicologia do controlado em todas as suas manifestações. O treinamento dos indivíduos no "crimedeter", ou seja, "a faculdade de deter, de paralisar, como por instinto, no limiar, qualquer pensamento perigoso", pode ser adequadamente interpretado como um efeito esperável da punição ou ameaça de punição de comportamentos verbais: estímulos proprioceptivos condicionados eliciam um comportamento incompatível com o comportamento punido mal se inicia a cadeia de respostas encobertas (pensamento) em que este se convertera. Já a explicação do "duplipensar" exigiria tanto a consideração de reforços negativos quanto de reforços positivos e sociais na aprendizagem de discriminações extremamente

sutis. Basta a transcrição das duas passagens literárias em que o "duplipensar" é caracterizado, para intuirmos a extensão que atingiria um correspondente discurso comportamentista explicativo:

(...) mundo labiríntico do duplipensar . Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra "duplipensar" era necessário usar o duplipensar. (p. 36)

Duplipensar quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas lembranças devem ser alteradas; portanto sabe que está aplicando um truque na realidade: mas pelo exercício do duplipensar ele se convence também de que a realidade não está sendo violada. O processo tem que ser consciente, ou não seria realizado com precisão suficiente, mas também deve ser inconsciente, ou provocaria uma sensação de falsidade e, portanto, de culpa. (p. 200).

Devemos, entretanto, notar, criticamente, que a ficção orwelliana foi criada a partir de uma concepção tradicional do pensamento autônomo, e se caracteriza por jogar de forma hiperes-tesada com constructos essencialmente mentalistas. Não é, pois, de admirar que os seus próprios termos narrativos dificilmente possam ser transpostos para as dimensões do sistema skinneriano. Deixemos, portanto, de lado por algum tempo a terminologia da Análise Experimental do Comportamento, e prossigamos na descrição

do controle social na "Oceania", introduzindo eventualmente outros tipos de interpretação teórica.

A propósito mesmo do "duplipensar", é possível especular que talvez Orwell tenha se inspirado parcialmente nos conselhos históricos de Maquiavel:

Logo, um senhor prudente não pode nem de ve guardar sua palavra, quando isso seja prejudicial aos seus interesses e quando desapareceram as causas que o levaram a empenhá-la. (...) Jamais faltaram a um príncipe razões legítimas para justificar a sua quebra da palavra. (...) Mas é necessário saber bem disfarçar esta qualidade e ser grande simulador e dissimulador; tão simples são os homens e de tal forma cedem às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar. (p. 102)

O abundante emprego do "duplipensar" na sociedade orwelliana demonstra que nela os controladores preferem, nos termos de Maquiavel, agir também como "raposa" e não só como "leão", ou seja, preferem não basear o controle exclusivamente sobre a força.

O projeto de controle social de "1984" é, entretanto, infinitamente mais ambicioso do que o implícito nas proposições maquiavélicas. O'Brien, um de seus personagens controladores, assim o sintetiza: "A ordem dos antigos despotismos era 'tu não farás'. Os totalitários mudam para 'tu farás'. Nossa ordem é 'tu és'" (p. 237). Quais as providências práticas, e quais os pressupostos psicológicos em que se baseiam, capazes de assegurar a realização de tal projeto? A providência básica consiste no isolamento, a qual precisa apenas ser complementada por algumas outras medidas de caráter secundário. As três passagens seguintes podem proporcionar um esclarecimento inicial dessa assertiva:

Sem contacto com o mundo externo e com o passado, o cidadão da Oceania é como um homem no espaço interestelar, que não tem meios de saber que direção leva para baixo ou para cima. Os governantes desse estado são absolu

tos como os faraões e os césares não puderam ser.(p. 186)

A guerra é travada, pelos grupos dominantes contra os seus próprios súditos, e o seu objetivo não é conquistar territórios, nem impedir que os outros o façam; porém manter intacta a estrutura da sociedade. (...) Seria provavelmente correto dizer que a guerra deixou de existir ao se tornar contínua. (...) O efeito seria mais ou menos o mesmo se os três superestados [Oceania, Eurásia e Lestásia], ao invés de se guerrearem, concordassem em viver em paz perpétua, cada qual inviolado dentro das suas fronteiras. Pois nesse caso ainda seria um universo contido em si próprio, para sempre livre da influência moderada do perigo externo.(p. 187)

As massas nunca se revoltarão espontaneamente, e nunca se revoltarão apenas por ser oprimidas. Com efeito, se não lhes permite ter padrões de comparação nem ao menos se darão conta de que são oprimidas.(p. 194)

Os dirigentes da "Oceania" compreenderam, além disso, que não seria suficiente o isolamento físico, no espaço; era necessário também o isolamento no tempo, a ruptura com o passado.

Quem controla o passado, dizia o lema do Partido, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado.(p. 36)

A mutabilidade do passado é o dogma central do Ingsoc [a filosofia política do Partido]. Argue-se que os acontecimentos passados não têm existência objetiva, porém só sobrevivem em registros escritos e na memória humana. O passado é o que dizem os registros e as memórias. E como o Partido tem pleno controle de todos os registros, e igualmente do cérebro dos seus membros, segue-se que o passado é o que o Partido deseja que seja.(p. 200)

Em sua obra anterior, "A Revolução dos Bichos", Orwell já tratara da adulteração de registros — no caso, os "Sete Mandamentos do Animalismo" escritos na parede de um celeiro — como medida de controle social. Na "Oceania" o problema se mostra mais complexo, e se torna incumbência de um "Ministério da Verdade". De fato, o pressuposto de que a memória humana é controlável encontra algum apoio empírico na Psicologia Experimental e uma base teóri-

ca na Psicologia Coletiva.

A memória humana é menos fidedigna na tarefa de conservação do passado do que costumamos supor. Ela é, na verdade, melhor descrita como um processo de reconstrução do passado, pelo qual detalhes e circunstâncias originais já esquecidos são substituídos por outros, inventados para conferir coerência e racionalidade ao material recordado em seu todo. Experimentos sobre distorções da memória, conduzidos por Bartlett em 1932 (citado em Kintsch, 1970), demonstraram que a memória, mesmo para histórias muito simples, é extremamente falha; os sujeitos frequentemente não retêm mais do que uma vaga impressão ou idéia geral, mas tratam de construir uma história completa em torno dela quando solicitados a evocar aquele material. Alguns sujeitos desses experimentos não foram mesmo capazes de se lembrar senão de um detalhe isolado, e, não obstante, inventaram um tema plausível como racionalização para esse detalhe. Dada tal fragilidade inerente ao processo psicológico da memória, não deve nos surpreender que ela, via de regra, esteja sob o controle de referenciais sociais.

Blondel (1966) afirma mesmo que "a maioria das questões relativas à vida intelectual, afetiva e voluntária, comumente tratadas pela psicologia geral, depende, em sua totalidade ou em parte, da psicologia coletiva" (p. 9-10). No caso específico da memória, esse autor, baseando-se principalmente no trabalho de Halbwachs sobre "Os Quadros Sociais da Memória", desenvolve uma quantidade de argumentações relevantes como fundamentação teórica para a prática do controle social em "1984", das quais selecionamos as seguintes:

Não é, então, por nossa memória propriamente pessoal que o nosso passado tem a consistência, a continuidade, em uma palavra, a objetividade que o caracteriza a nossos pró-

prios olhos. (...) [Ele] deve tudo isso à intervenção de fatores sociais, à perpétua referência da nossa experiência individual à experiência comum a todos os membros do nosso grupo, à sua inserção em quadros coletivos aos quais se referem os acontecimentos à medida que são vividos,.... (p. 138)

Nestas condições se torna verossímil que, com efeito, como sustenta Halbwachs, nossas recordações propriamente ditas sejam, não reproduções da nossa vida passada, mas sim reconstituições ou reconstruções irrealizáveis fora da vida social. (...) nossa memória histórica se resolve, por assim dizer, em "saberes" que seríamos incapazes de alcançar e utilizar por nosso próprio esforço, porque são os marcos e noções, que a coletividade nos garante e impõe, que asseguram a sua firmeza e coerência e regulam constantemente para nós o seu emprego. (p. 156)

Uma vez concretizadas tais condições básicas de isolamento espacial e temporal, o poder dos dirigentes da "Oceania" sobre os seus cidadãos torna-se praticamente ilimitado. A convicção de O'Brien quanto a isso é total, quando diz: "Nós controlamos a vida, Winston, em todos os seus níveis. Imaginas que existe uma coisa às vezes chamada natureza humana, que se enfurece com o que fazemos e que se voltará contra nós. Mas nós criamos a natureza humana. Os homens são infinitamente maleáveis". (p. 250). Uma importante medida que contribui para assegurar esse impressionante grau de controle da sociedade sobre o indivíduo é a instituição de uma "Polícia do Pensamento". A rigor, nada é mais eficiente na "Oceania" do que a "Polícia do Pensamento", que, através de uma vigilância constante dos mínimos movimentos, gestos e expressões faciais dos cidadãos, através de ardís, de incentivo da denúncia e da utilização de uma sofisticada tecnologia de invasão da privacidade, é capaz de identificar qualquer desviante atual ou potencial, e, posteriormente, torná-lo uma "impessoa" (ou seja, matá-lo e eliminar todos os registros de sua existência pretérita). A propaganda oficial ininterrupta, associa

da à supressão de quaisquer outras alternativas de obtenção de informação, constitui outra medida de controle que caracteriza "1984". Na verdade, a principal função de todas as ciências em p^{ir}icas na "Oceania" consiste em aperfeiçoar tecnicamente tais medidas.

Um projeto de maior alcance, ainda não completado no ano de 1984 na "Oceania", e que deveria em um futuro mais distante tornar desnecessárias as demais medidas de controle, é o da elaboração e imposição de uma nova linguagem — a "Novilíngua". O depoimento de um de seus elaboradores demonstra o poder que poderia vir a representar:

— Não vês que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar a gama do pensamento? No fim, tornaremos a crimidéia literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado do subsidiário eliminado, esquecido. (...) Até a literatura do Partido mudará. Mudarão as palavras de ordem. Como será possível dizer "liberdade é escravidão", se for abolido o conceito de liberdade? Todo o mecanismo do pensamento será diferente. Com efeito, não haverá pensamento, como hoje o entendemos. Ortodoxia quer dizer não pensar.... não precisar pensar. Ortodoxia é inconsciência. (p. 52-53)

Enquanto não é ainda viável o controle automático pela supressão do pensamento, a sociedade orwelliana deve continuar fomentando a estratégia, mais trabalhosa porém igualmente eficaz, da confusão do pensamento — o "duplipensar". Explicam os controladores:

A ideologia oficial abunda em contradições mesmo onde não há para elas qualquer razão prática. Assim, o Partido rejeita e vilifica qualquer princípio originalmente defendido pelo movimento socialista, e no entanto o faz em nome do socialismo. (...) Essas contradições não são acidentais, nem resultam de hipocrisia ordinária: são exercícios conscientes de duplipensar. Pois é só reconciliando

contradições que se pode reter indefinidamente o poder. (...) Se é preciso impedir para sempre a igualdade humana — ... — então a condição mental deve ser a de insânia controlada. (p. 202)

A pergunta lógica que assalta o espírito de Winston, o herói vencido — "Por que se deve impedir a igualdade humana? Qual é o motivo desse vasto e bem calculado esforço para congelar a história num determinado instante?" — não encontra nenhuma resposta igualmente lógica na boca de qualquer dos personagens de "1984". Orwell não soube colocá-la, porque, em suas próprias experiências na vida cotidiana, jamais a terá ouvido da parte dos controladores totais reais. O que deles possa ter ouvido Orwell colocou na boca de O'Brien: "Mas sempre... não te esqueças Winston... sempre haverá a embriaguez do poder, constantemente crescendo e constantemente se tornando mais sutil. Sempre, a todo momento, haverá o gozo da vitória, a sensação de pisar um inimigo inerte. Se queres uma imagem do futuro, pensa numa bota pisando um rosto humano — para sempre" (p. 248).

"Não usamos a motivação de dominação, porque estamos sempre pensando no grupo todo. (...) Triunfo sobre a natureza e sobre si mesmo, sim. Mas sobre os outros, nunca" (Skinner, 1972 a, p. 114-115). Essas são palavras que Skinner colocou na boca de Frazier, o fundador da outra sociedade fictícia — "Walden II" — cujos mecanismos de controle social nos propuséramos a examinar no presente capítulo. Certamente, Skinner não as ouviu dos controladores totais com que teve contacto no decorrer de suas experiências pessoais na vida cotidiana. É mais provável que as tenha ouvido de alguns cidadãos comuns que experimentassem com íntima repulsa e vergonha as inevitáveis situações sociais em que exerciam algum tipo de poder sobre outros. Frazier representa-os, quando diz: "Eu nunca me senti feliz por ser ser-

vido" (op. cit., p. 59).

Se a origem do intenso esforço desenvolvido em "Walden II" para a obtenção de um controle social completo não deve ser atribuída a um motivo autônomo de poder, como explicitamente ocorre em "1984", o que poderia então explicá-la? Não é difícil adivinhar o propósito básico que move os dirigentes da sociedade skinneriana: não ter que exercer controle direto sobre os seus membros. Obviamente, isso não chega a distinguir "Walden II" da "Oceania", posto que nesta última, em um estágio "futuro" previsto, também deverá ser desnecessária a intervenção pessoal dos controladores no processo; tal propósito não distingue sequer essas duas ficções do estado burocrático idealizado por Max Weber, no qual é eliminada ou minimizada a possibilidade do arbítrio individual. Até aqui, o que está envolvido é apenas a questão da eficiência do sistema de controle social, que, embora constitua um elemento crucial do projeto skinneriano, não o caracteriza por inteiro. Um segundo elemento de consideração indispensável para a compreensão do controle social em "Walden II" é o humanitarismo.

Diferentemente do que foi feito em relação a "1984", a análise de "Walden II" deverá se cumprir inteiramente segundo o quadro de referência da Análise Experimental do Comportamento. O humanitarismo a que nos referimos pode ser traduzido, em termos skinnerianos, como o emprego exclusivo de reforços positivos, e isto sem quaisquer consequências aversivas para o indivíduo em tempo algum. Está aí implícito o reconhecimento de que os reforçadores positivos podem ser usados, e frequentemente o são, em outros tipos de sociedades, para condicionar comportamentos que, a médio ou longo prazo, produzem consequências aversivas para os

controlados, normalmente em proveito dos seus controladores. A grande tarefa humanitária, de que se incumbe a equipe dirigente em "Walden II", consiste em planejar cuidadosamente as contingências de reforço de modo a eliminar as possibilidades de ocorrência daquelas consequências indesejáveis.

Isto soa, em uma primeira impressão, como inteiramente distinto do "controle pelo controle", ou seja, da preocupação exclusiva com a eficiência dos mecanismos do controle. Por outro lado, entretanto, a eficiência do controle em "Walden II" repousa justamente sobre a sua capacidade de tornar impossíveis as contingências aversivas. Se não conseguir fazê-lo, "Walden II" desaparecerá, em virtude simplesmente da defecção de seus membros, já que não foram dispostas barreiras intransponíveis em relação ao mundo exterior, e, tendo renunciado ao emprego da força e da restrição física desde seu início, não possuirá mecanismos coercitivos para impedir a defecção. Comentando sobre os aspectos da "Boa Vida" que a sociedade skinneriana pretende assegurar aos seus participantes — saúde, possibilidade de escolha de trabalho, oportunidade para exercer talentos e habilidades, desenvolvimento de contactos pessoais íntimos e satisfatórios, condições de relaxamento e descanso, etc — diz Frazier : "Eu não posso reduzi-los a qualquer princípio do 'maior bem' nem dar-lhes uma justificação racional para qualquer ponto. Essa é a 'Boa Vida'. Nós sabemos disso. É um fato e não uma teoria. Tem uma justificação experimental, e não racional" (p. 164). É nesse sentido experimental que "Walden II" é também uma sociedade do "controle pelo controle". O humanitarismo da "Boa Vida" é experimental, e não ético; suas hipóteses partem de premissas ingênuas, e sua "verdade" é demonstrada tão somente pela permanência espontânea dos indivíduos em uma comunidade que emprega tal sistema de controle do comportamen

to.

Pode ser argumentado que, na verdade, o comportamento de ingressar e permanecer em "Walden II" implica na remoção dos reforçadores negativos presentes na sociedade mais ampla. Dizen- do de outra maneira, a vida em "Walden II" é satisfatória por - que a vida no mundo externo não o é. Assim, em última análise, a sociedade skinneriana estaria baseada no reforço negativo e não no reforço positivo, como pretenderia. Isso ocorreria não só com os membros que nela ingressassem já adultos, mas também com os ali nascidos, já que uma das práticas educacionais de "Walden II" consiste em levar aqueles últimos a testemunhar "in loco" as agruras e deficiências da "vida cotidiana". Enquanto na "Oceania" impede-se as comparações, em "Walden II" elas são es- timuladas, com o mesmo propósito de assegurar a eficiência do controle interno. Essa argumentação é correta, mas, na medida em que internamente em "Walden II" só são utilizados reforços posi- tivos, ela não faz mais do que demonstrar que tais reforços têm sua eficácia garantida a partir de um nível de privação caracte- rístico do mundo externo, e não artificialmente imposto como acon- tece nas instituições totais.

As questões que foram até aqui levantadas em relação ao poder em "Walden II" podem receber um esclarecimento adicional pela transcrição de um diálogo travado entre Frazier e Castle, o personagem filósofo que desempenha no livro o papel de "advoga- do do diabo":

- Mas esta não é, exatamente a fraqueza de sua atitude anti-democrática? - disse Castle. Vocês não perderam as suas garantias contra a usurpação do poder?

- Não há poder para ser usurpado, disse Frazier. Não há polícia, não há forças arma- das, não há armas ou bombas - de gás lacrimo- gêneo ou atômicas - para dar força aos pou -

cos. A revolta não é só fácil, é inevitável, em caso de real insatisfação.

E há pouca riqueza real para tentar qualquer um. Não é verdade que os Planejadores possam fugir com os fundos. Nossa riqueza é nossa felicidade. A instalação física da comunidade seria praticamente inútil sem os membros.

E lembrem-se, então, de que os Planejadores são parte de uma cultura não competitiva na qual a sede do poder é uma curiosidade. Não têm razão para tentar usurpar. A tradição vai contra isso. Qualquer gesto de dominação pessoal parece tão sério quanto o roubo de um boletim de bordo.

— Mas é humano dominar, disse Castle, em qualquer cultura.

— Essa é uma questão experimental, Sr. Castle. Você não pode respondê-la de sua poltrona. Mas vejamos a que chegaria uma usurpação do poder. Até onde os Planejadores governam, o fazem através do reforço positivo. Não usam ou ameaçam usar força. Não têm aparelhagem para isso. Para estender o seu poder, eles teriam que providenciar condições mais e mais satisfatórias. Um curioso tipo de despotismo, Sr. Castle. (p. 267-268)

(...) é um tipo limitado de despotismo, ... O déspota deve usar o seu poder para o bem de outros. Se ele der qualquer passo que reduza a soma total de felicidade humana, seu poder será um pouco reduzido. Que melhor controle você pediria contra um despotismo má-lévolo? (p. 261)

Quanto à observação de que as contingências de reforço dispostas em "Walden II" são eficazes porque comparadas com aquelas dispostas na sociedade mais ampla, podemos trazer como ilustração o depoimento do casal de personagens visitantes que decide permanecer na comunidade:

— Acho que o senhor não sabe o que isso [permanecer em "Walden II"] significa, disse Mary. O senhor sabe o que teríamos voltando à cidade?

— Faço idéia.

— Nós não poderíamos casar até que Steve arrumasse um emprego. E não seria "aquele" emprego. Alugaríamos dois quartos em algum subúrbio, nossos bebês nasceriam em casa e cresceriam como todas as crianças de lá — na rua,

a maior parte do tempo. E, na escola — tanto Steve quanto eu estivemos lá — as crianças apanham e brigam. Elas perseguem os judeus, os irlandeses ou os italianos. É horrível.

— Você e Steve poderiam escapar disso, disse eu.

— Queremos escapar e tentaríamos, mas não conseguiríamos. Steve e eu sabemos disso. Minha irmã tentou e não conseguiu. Ela era também muito inteligente. (p. 183)

Um tipo ainda de comparação, que não o baseado na privação material por experiência própria, é desenvolvido por um outro personagem — Rodge — que chega a perceber o quanto são pouco satisfatórios os privilégios mesmos de que se desfruta no mundo externo:

— Como alguém haveria de querer uma vida melhor? Por que é que todo mundo simplesmente não faz a mesma coisa?

— Não é uma vida que satisfaria a todo mundo, disse eu. De jeito nenhum. Eu tenho certeza de que Frazier pode manter a sua segunda geração na linha, mas muitas pessoas não tiveram a história adequada. (...)

— Algumas pessoas, continuou Rodge, nem mesmo enxergam porque alguém quereria fazer isto. (...) Eles não parecem perceber, ..., como quase qualquer outro tipo de vida significa infelicidade para qualquer [outra] pessoa em qualquer lugar. Enquanto forem felizes, não se preocupam. (...)

— É um processo longo e lento: dar a alguém uma consciência social. É difícil ver a nossa própria vida em relação ao mundo todo. Nós aprendemos sobre as duas coisas de maneiras diferentes.

— Eu devia saber isso, disse Rodge. Eu mesmo era um dos felizes há poucos anos atrás. Eu estava me encaminhando para uma vida satisfatória e não estava longe dela. Um lar, uma bonita esposa, crianças talvez, um carro, mais dinheiro do que a maioria das pessoas. Não é uma má vida. (p. 152-153)

Deixamos as pessoas falarem bastante (ou seja, fizemos transcrições extensas de suas falas), porque nos interessava a psicologia dos controlados em relação ao próprio controle — suas motivações e seus conflitos de motivos, suas dúvidas e suas apreensões. Na verdade, falaram apenas os controlados em potencial, os

que tentavam decidir sobre as vantagens de ingressar ou não na sociedade skinneriana. Não falaram os controlados reais de "Walden II"; e não falam mesmo muito durante todo o livro, ou, pelo menos, não falam sobre esse assunto — avaliação crítica do sistema de controle. Por que não falam? Não falam porque não podem, porque não devem ou porque não precisam? Por que Skinner não os fez falar? A discussão dessas questões intrigantes poderá lançar mais alguma luz sobre o problema do controle social em "Walden II".

A impressão que Skinner parece querer dar é a de que os controlados não falam sobre o controle porque não precisam fazê-lo. São felizes demais para se preocuparem com aquilo que é a própria fonte da sua felicidade; se o controle os tornasse infelizes, provocasse conflitos ou apreensões, falaria. Apenas os controladores precisam falar sobre o controle; ou melhor, precisam planejá-lo e administrá-lo — esta é a sua função na sociedade. Por exemplo, os "Planejadores" devem ajustar adequadamente os valores dos créditos-trabalho para as diferentes tarefas necessárias ao funcionamento da comunidade, de modo a torná-las todas igualmente desejáveis, e evitando assim que os controlados precisem falar sobre elas. Além disso, técnicos em engenharia comportamental (ou ergonomia) estão continuamente reduzindo as dificuldades específicas de cada tarefa, antecipando-se mesmo a possíveis reclamações por parte dos controlados. Ainda, uma divisão do trabalho em tarefas intelectuais e tarefas braçais alocadas diferencialmente aos membros da comunidade, que poderia suscitar comentários ou discussões por parte dos controlados, é submetida a uma regulamentação justa, como o atesta a seguinte passagem:

(...) o cérebro não deve negligenciar os braços, continuou Frazier. — Hoje em dia é o fulano sagaz, aquele que usa os músculos pe-

quenos, que se encontra na posição de governador. Em Walden II, ele faz planos, obtém materiais, descobre códigos, avalia tendências, conduz experimentos. Nesse tipo de trabalho, o administrador deve ficar de olho no dirigido, deve entender suas necessidades, deve experimentar o seu quinhão. É por isso que exigimos de nossos Planejadores, Administradores e Cientistas que obtenham alguns de seus créditos-trabalho em serviços subalternos. É a nossa garantia constitucional de que os problemas daqueles que usam os grandes músculos não serão esquecidos. (p. 60)

Em outros pontos do livro, entretanto, podemos observar que os controlados não falam porque não devem fazê-lo. Como diz Frazier: "Nós temos certas regras de conduta, o Código Walden, que são mudadas de tempos em tempos, de acordo com a experiência. (...) Cada membro concorda em cumprir o Código quando se torna membro da comunidade. É o que ele dá em troca da garantia constitucional de participação na riqueza e na vida da comunidade. O Código funciona como um lembrete até que o bom comportamento se torne habitual" (p. 165). Algumas dessas regras se referem à proibição do emprego de certos reforçadores sociais, tais como expressões de agradecimento, elogios verbais ou honrarias simbólicas, condenações ou desaprovações também, e até mesmo prestar atenção apenas por delicadeza. Argumenta-se que tais interdições permitem o desenvolvimento de relações interpessoais mais espontâneas, cooperativas, isentas de reciprocidade artificial; e compreende-se, assim, que as pessoas não só as cumpram, como ainda evitem falar sobre elas, pois sua simples objetivação poderia neutralizar o efeito natural que se espera que elas produzam. Sobre a proibição das honrarias e do agradecimento deliberado comenta Frazier:

Nossa decisão de eliminar engrandecimentos pessoais decorreu naturalmente do fato de pensarmos no grupo todo. Não pudemos ver como o grupo lucraria com a glória individual. (p. 171)

(...) nós somos todos extraordinariamente gratos. Transbordamos de gratidão — mas para ninguém em particular. Somos gratos a todos e a ninguém. Sentimos uma espécie de gratidão generalizada em relação a toda a comunidade.

(...) o que é gratidão, de qualquer modo? (...) — Não seria uma disposição de devolver favores? Pelo menos, este é o sentido segundo o qual somos todos gratos aqui. Não há nenhum de nós que não enfrentaria de bom grado a tarefa mais difícil se houvesse necessidade. Estamos prontos a fazer alguma coisa por todos em troca do que recebemos de todos. (p. 172)

Há, por outro lado, certas regras no Código Walden que dificilmente se justificariam por elas próprias, como as anteriores. Uma delas é "Não fale às pessoas de fora sobre assuntos da comunidade"; estando isentos de obedecê-la apenas os "Planejadores" e, eventualmente, determinados outros membros. Frazier tenta justificá-la:

Você pode ver o porque das regras. Nosso Administrador de Relações Públicas passaria maus momentos se um visitante fosse perturbado por observações que poderiam ser mal interpretadas. Nós não estamos tão seguros de nós mesmos aos olhos do mundo e devemos tomar precauções. (p. 166)

Uma segunda regra discutível refere-se à possibilidade de discordância em relação ao Código. Vejamos o que diz Frazier sobre isso:

Quanto à discordância, qualquer um pode examinar a experiência a partir da qual uma regra foi introduzida no Código. Pode argumentar contra a sua inclusão e pode apresentar as suas próprias provas. Se os Administradores recusam mudar a regra, pode apelar para os Planejadores, mas, em nenhum caso, deve discutir sobre o Código com os demais membros. (p. 167)

Tais regras não podem ser caracterizadas como "lembretes"; elas são efetivamente imposições. Frazier não nos informa explicitamente como é assegurado o cumprimento dessas regras, mas podemos su-

por que sejam empregados sutis procedimentos de reforço positivo, pelo menos em uma primeira instância. Em uma derradeira instância, no entanto, o infrator deverá ser lembrado de que, ao ingressar em "Walden II", ele concordara em cumprir o Código "em troca da garantia constitucional de participação na riqueza e na vida da comunidade"; e isso constitui certamente uma ameaça velada de punição: remoção dos reforçadores positivos inerentes à vida em "Walden II" ou apresentação dos reforçadores negativos característicos do mundo externo (para o qual o dissidente deverá possivelmente retornar). Além disso, aquelas regras podem ser interpretadas como imposições de isolamento — dos membros da comunidade em relação aos representantes da sociedade mais ampla, e dos membros individuais da comunidade entre si. Trata-se, ainda, de um isolamento de um tipo muito especial — restrição do comportamento verbal — que analisaremos com mais cuidado em outra parte do trabalho. De qualquer modo, acreditamos ter já configurado a noção de que a sociedade skinneriana induz seus participantes a um tipo de vida psicologicamente isolada, na qual a objetivação verbal dos seus próprios comportamentos é flagrantemente desencorajada. Os habitantes de "Walden II" não falam não só porque não precisam, mas também porque não devem.

Devemos, finalmente, acrescentar que eles não falam porque não podem fazê-lo. Estamos aqui nos referindo às práticas educacionais que resultam no autocontrole individual. O sucesso completo do controle social em "Walden II" é representado pelo comportamento de suas gerações nativas, aquelas que podem prescindir das medidas externas atuais de controle, aquelas que desenvolveram técnicas efetivas de autocontrole ao longo de suas histórias adequadas (à vida na comunidade) de reforço. Frazier coloca a questão da seguinte maneira:

As perguntas são bem simples: qual é a melhor conduta para o indivíduo em suas relações com o grupo? E como se pode induzir o indivíduo a se comportar dessa forma? Por que não explorar essas questões com espírito científico? Exatamente isso poderia ser feito em Walden II. Já havíamos elaborado um código de conduta, sujeito naturalmente a modificações em função dos resultados experimentais. O Código ajudaria o funcionamento sem atritos, contanto que todos vivessem de acordo com ele. Nosso trabalho consistiu em fazer com que todos o cumprissem. Mas não se pode esperar que as pessoas cumpram um código útil transformando-as em polichinelos de caixa-surpresa. Não se pode prever todas as circunstâncias futuras e não se pode especificar a conduta futura mais adequada. Desconhece-se o que será exigido. Ao invés disso, tem-se que estabelecer certos processos comportamentais que levarão o indivíduo a moldar seu próprio "bom" comportamento no momento próprio. A isso chamamos "autocontrole". Mas não confundam. O controle sempre repousa nas mãos da sociedade, em última análise. (p. 108)

Podemos ilustrar adequadamente o desenvolvimento do autocontrole focalizando o problema da tolerância à frustração. A partir dos três ou quatro anos, as crianças de "Walden II" recebem lições de autocontrole, durante as quais dificuldades e aborrecimentos são introduzidos e facilmente superados. As frustrações são gradualmente intensificadas à medida que a criança cresce, mas sempre mantidas em um nível que corresponda à sua efetiva capacidade de tolerá-las. Técnicas objetivas de autocontrole, tais como esconder um doce para não experimentar a tentação de prová-lo (pois isto resultaria na proibição de comê-lo posteriormente), são inicialmente sugeridas. Aos poucos, as crianças vão deixando de depender das ajudas do ambiente físico e social, até chegar a um ponto em que seus próprios recursos pessoais lhes bastarão para lidar com as dificuldades e aborrecimentos que porventura surjam. O principal resultado assim alcançado é o de uma tolerância generalizada à frustração, pela qual a pessoa provavelmente jamais se sentirá muito infeliz ao encontrar barrada a possibi-

lidade de um determinado curso de ação. Esclarece Skinner, em outra obra (1975 b): "Quando se aprendeu as técnicas de autocontrole, já não são necessárias as contingências instrucionais mantidas pela comunidade verbal. O comportamento resultante do bom autocontrole é mais eficaz e, portanto, recebe abundantes reforços de outras maneiras" (p. 165).

É neste sentido que os nativos de "Walden II" não podem falar sobre o tema controle. As proibições e prescrições do Código Walden, e mesmo as eventuais mudanças dessas regras, não desempenham um papel importante no controle do seu comportamento. Esses indivíduos são controlados pelos seus próprios repertórios comportamentais. Passando a uma linguagem mentalista, poderíamos dizer que eles simplesmente não têm consciência do controle.

Começamos nosso exame das obras de Orwell e de Skinner salientando as diferenças entre as práticas de controle social que caracterizam suas respectivas sociedades fictícias. Podemos, agora, assinalar algumas semelhanças significativas entre elas, sem, entretanto, invalidar as distinções iniciais. Aquelas se referiam basicamente ao controle da privação, como um critério de avaliação do grau de bem estar pessoal a partir do qual são montadas as demais técnicas de controle. As semelhanças que apreciaremos talvez constituam as verdadeiras condições para a existência de sociedades totalmente controladas, como o são a "Oceania" e "Walden II", independentemente de considerações sobre a felicidade ou infelicidade de seus membros.

Em primeiro lugar, ambas repudiam a doutrina da natureza humana, e alardeiam seu poder de modificar o homem. O O'Brien da "Oceania" diz: "Nós controlamos a vida, (...), nós criamos a natureza humana. Os homens são infinitamente maleáveis" (p. 250). O Frazier de "Walden II", por seu lado, afirma: "Não temos nada a

ver com filosofia da bondade inata — ou mesmo do mal, se vem ao caso. Mas temos fé no nosso poder de mudar o comportamento humano. Nós podemos construir o homem adequado para a vivência de grupo — para a satisfação de todo o mundo. Essa era a nossa crença, mas agora é um fato" (p. 199). É possível que, verdadeira ou não, essa crença seja um dos requisitos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade controlada. Pressupostos diferentes desses resultariam apenas em tentativas de controle, frequentemente mal sucedidas. Por exemplo, Le Bon (citado em Freud, 1973), sustentava que "... a multidão (...) respeita a força e não vê na bondade senão uma espécie de debilidade, que a impressiona muito pouco" e "O que a multidão exige de seus heróis é a força e inclusive a violência. Quer ser dominada, subjugada e temer seu amo..." (p. 2569). Aquele que buscar o controle, fundamentando-se nessa crença, estará, na verdade, controlado por aquilo que supõe seja a natureza humana, e restrito ao uso de uma única técnica de controle dentre as muitas disponíveis.

Em segundo lugar, o isolamento psicológico interpessoal parece ser uma preocupação presente nas duas sociedades, pelo menos em seus estágios iniciais de controle. Há, nos dois contextos, proibições explícitas quanto à discussão das normas vigentes pelos seus membros individuais. Qualquer descontentamento ou mal estar, vaga e difusamente experimentados por algum dos membros, em relação a certos aspectos do seu ambiente social não chegará, assim, nunca, a adquirir para o próprio indivíduo um caráter de objetividade, pelo qual possa representar uma efetiva oposição àquela ordem social.

A esse respeito, Gerth e Mills (1973) dizem que "os temas excluídos da conversação pública provavelmente farão parte do mundo privado do indivíduo e, se as proibições são fortes e

moralmente reforçadas pelos Outros Importantes, há uma forte tendência a se tornarem inconscientes" (p. 143). Para esses autores, inconsciente "se refere a tudo o que não é verbalizado, ou mesmo, que não pode ser verbalizado", o que permanece apenas como uma fala interior abreviada, condensada; e prosseguem — "A comunicação desta fala interior com as demais pessoas exige que a tradu^zamos numa forma discursiva, exterior, e é esta explicação aos outros que faz surgir objetividade" (p. 142). Parece que é justamente isso que os dirigentes da "Oceania" e de "Walden II" procuram evitar, em proveito da eficiência do controle.

Ao contrário, na democracia ateniense, pouco eficiente naquele sentido, Péricles (citado em Popper, s/d) sustentava a seguinte posição: "Não consideramos apenas inofensivos, mas também inúteis, aqueles que não se interessam pelo estado; e se bem que só uns poucos possam dar origem a uma política, todos nós outros somos capazes de julgá-la. Não consideramos a discussão como um obstáculo colocado no caminho da ação política, e sim como um requisito indispensável para atuar prudentemente" (p. 289-290). Mas, reconhece Frazier, em "Walden II" — "Você não achará muita 'simples democracia' aqui" (p. 167). Tal sugestão implícita de uma incompatibilidade entre democracia e controle social humanitário eficiente deverá merecer uma discussão mais cuidadosa em nossa Conclusão.

O CONTROLE SOCIAL NA "VIDA COTIDIANA"

Até este momento, tratamos principalmente das práticas ou mecanismos de controle social. Exploramos, portanto, esse conceito em apenas um dos sentidos com que é comumente empregado, qual seja, no dizer de Fernandes (1974), o de "algo vagamente distinto de organização social e de ordem social". Pudemos falar dos mecanismos de controle, sem dar maior atenção à organização da sociedade em geral, porque focalizamos exclusivamente os ambientes artificiais das "instituições totais" e os ambientes fictícios da "Oceania" e de "Walden II". O exame das práticas de controle em tais instâncias simplificadas de organização social nos permitiu chegar a algumas simplificações quanto ao nosso problema geral. A relevância dessas simplificações não se tornará evidente senão nos capítulos finais do presente trabalho. Por ora, seu principal papel, na medida em que persistam em nossas mentes, será o de acentuar a complexidade do problema do controle social como naturalmente (e não artificial ou ficticiamente) colocado em contextos sociais mais amplos. Eventuais denúncias de semelhanças, ao invés de diferenças, entre os processos de controle nas instâncias confessadamente simplificadas e nas instâncias reconhecidamente complexas, serão feitas ainda com o propósito de enfatizar o caráter de complexidade e abrangência inerentes ao problema geral. A insistência na dicotomização absoluta daquelas instâncias seria, a nosso ver, uma forma de simplificar o problema.

Voltando-nos, então, agora, para o contexto social complexo da "vida cotidiana", seremos levados a tomar o conceito de controle social em dois outros sentidos identificados por Fernandes: "como algo equivalente à organização social, à solidariedade social, à unidade social, etc"; e "como algo que se opõe à mudança social, à vida social espontânea, à esfera irracional ou "in flux" da sociedade, etc". Estamos, certamente, conscientes de que tais acepções refletem diferentes atitudes em relação à própria idéia de sociedade ou vida social, e que tendem a ser esposadas por duas correntes de pensamento sociológico absolutamente inconciliáveis, conhecidas respectivamente como "nominalismo" e "realismo". Na medida em que as formulações sociológicas devem, neste trabalho, funcionar apenas como pontos de partida para a posterior identificação dos aspectos psicológicos do problema, faremos uso de ambos os tipos de contribuições, e mesmo de outras que não se enquadrem rigorosamente em nenhuma daquelas duas abordagens teóricas. Tal diversificação intencional das nossas fontes de dados deve redundar no levantamento de um número mais significativo de questões psicológicas.

Um esquema bastante conveniente para a representação daquilo a que chamamos "vida cotidiana" é proporcionado pela articulação dos constructos de "status" e "papel". Deixando de lado as diferenças entre as várias formulações particulares da Teoria do Papel (Cooley e Mead, Merton, Goffman, e outros), podemos colocar a questão nos seguintes termos gerais, propostos por Deutsch e Krauss (1974):

Toda pessoa ocupa posições em vários "sistemas de status". Um sistema de status pode ser concebido como um mapa multidimensional que relaciona diferentes status entre si e mostra como estão interconectados. A posição ou status de uma pessoa é representada

pela sua localização nesse mapa. O status é um conceito relacional; caracteriza uma pessoa em função do grupo de direitos e obrigações que regulam sua interação com pessoas de outros status. (p. 164)

Dentro de uma cultura cada posição se encontra associada a um conjunto de normas ou expectativas. Estas expectativas especificam os comportamentos que o ocupante de uma posição pode adequadamente dirigir a um ocupante de outra posição e, de maneira recíproca, os comportamentos que um ocupante da outra posição pode adequadamente dirigir ao primeiro. O conceito de papel está relacionado com essas expectativas. (p. 165)

Uma das vantagens de tal representação da vida social, no que se refere ao controle, é a de que ela leva explicitamente em conta o fato de que, na "vida cotidiana", diferentes padrões comportamentais são exigidos de diferentes tipos de pessoas. A interação mais ou menos harmoniosa da multiplicidade e diversidade de padrões comportamentais requeridos para o funcionamento diário de uma dada sociedade é o produto mais notável do controle social. Berger (1976) ilustra isso vividamente na seguinte passagem:

Um papel, portanto, pode ser definido como uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada. A sociedade predefiniu a tipologia fundamental. Usando a linguagem do teatro, do qual se derivou o conceito de papel, podemos dizer que a sociedade proporciona o "script" para todas as personagens. Por conseguinte, tudo quanto os atores têm a fazer é assumir os papéis que lhes foram distribuídos antes de levantar o pano. Desde que desempenhem seus papéis como estabelecido no "script", o drama social pode ir adiante como planejado. (p. 103)

A montagem do plano geral de interação e o zelo pelo cumprimento continuado das expectativas de papel inter-relacionadas são, assim, as funções básicas do controle social. A primeira função compreende o delineamento dos sistemas de status da sociedade e a definição dos critérios de alocação dos indivíduos a diferentes posições nesses sistemas, bem como a especificação

dos papéis associados àquelas posições. Esta é a dimensão do controle do indivíduo pela sociedade, tomada como uma abstração; e constitui um campo de teorização sociológica sobre a ordem social. Não é nosso propósito discutir aqui as diversas interpretações sociológicas do "porque" e "como" esse sistema de controle chega a se constituir; interessa-nos apenas evidenciar um pressuposto comum a todas as teorias do papel, que pode ser sintetizado nas palavras de Linton (1976) — "Os seres humanos, felizmente, são tão mutáveis que quase todo indivíduo normal pode ser adestrado para o adequado desempenho de quase todo papel" (p. 130). Isso quer dizer que a maioria dos status pode ser mais ou menos livremente atribuída aos indivíduos, sem considerações quanto às suas características inatas. Um indivíduo ocupa, a um só tempo, posições em muitos dos sistemas de status da sua sociedade, e deve, por conseguinte, desempenhar muitos diferentes papéis em sua vida cotidiana. Além disso, sua posição em um determinado sistema de status pode sofrer alterações gradativas ou abruptas e arbitrárias no decorrer de sua existência. O pressuposto da maleabilidade humana dá perfeitamente conta desses fatos constatados, e erige o controle social em peça explicativa básica do funcionamento da sociedade.

A segunda função do controle social — zelar pelo cumprimento continuado das expectativas de papel inter-relacionadas — interessa-nos mais de perto, porquanto é nitidamente exercida por agentes psicológicos concretos: os outros indivíduos que ocupam posições relacionadas à da pessoa controlada. Isso se mostra flagrante quando consideramos a atuação de agentes formais de controle, como policiais, professores, psicoterapeutas, etc. Mas, em ampla medida, todos nós somos controladores além de controlados. É justamente para esses episódios tão difusos de contro

le social na "vida cotidiana" que dirigiremos nossa atenção agora.

Em virtude mesmo desse caráter difuso e pouco evidente do controle nas interações sociais do dia a dia, nossas comunidades verbais desenvolveram o conceito de "motivos pessoais", como forças que impelem os indivíduos a seguir determinados cursos de ação, de preferência a outros, em seu ambiente. Controlador e controlado parecem assim se fundir na mesma pessoa: sua ação foi ditada pelos "seus" motivos. Isso é, em um certo sentido, verdadeiro; mas exige, ainda, a consideração da gênese dos motivos, de como os motivos de uma pessoa se tornaram dela. A esse respeito, dizem Gerth e Mills (1973):

No decurso de nossa vida, nossos motivos nos são atribuídos por outros, antes que os declaremos. Tais vocabulários de motivos tornam-se, então, componentes de nosso Outro Generalizado [no sentido proposto por Mead]; são interiorizados pela pessoa e funcionam como mecanismo de controle social.

Paralelamente aos padrões de conduta adequados às diversas ocasiões, aprendemos os seus respectivos motivos, que usaremos em nosso relacionamento com os outros e conosco.

Em razão disso, quando adotamos novos papéis, talvez seja necessário modificar antigos motivos, ou aprender novos. Os novos motivos podem ser a condição para o desempenho de novos papéis. (p. 133)

Valores e motivos pessoais, e, se quisermos ir mais além, o próprio sentido de identidade, constituem, assim, produtos de um processo de controle, que costumamos particularizar sob a designação de "processo de socialização". Alterações desses produtos podem ser continuamente obtidas através das sucessivas experiências socializadoras pelas quais normalmente passa o indivíduo; em casos mais drásticos, podemos mesmo falar em "dessocialização" e em "ressocialização". Nesse sentido, Goffman, por exemplo, referin -

do-se às instituições totais, diz que elas são "estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu" (p. 22).

O controle exercido pelos demais indivíduos e pelos grupos sociais não se esgota na consideração dos processos históricos de socialização. O controle social na vida cotidiana comporta ainda uma dimensão de atualidade que, embora só possa existir sobre a base proporcionada pela socialização, merece por sua sutileza de funcionamento uma apreciação à parte. Muitos dos mais importantes cursos de ação que uma pessoa se disponha a desenvolver, em um momento presente qualquer da sua vida, se encontram sob o controle do vocabulário de motivos aceitáveis no contexto situacional específico em que deva ocorrer a ação, como esclarecem Gerth e Mills na seguinte passagem:

(...) a nossa declaração de motivos integra a conduta social, no sentido de que as razões que apresentamos para uma atitude estão entre as condições para o seu desempenho contínuo.

Para o desempenho de muitos papéis, é necessária a concordância dos outros e, se não lhes apresentarmos qualquer razão aceitável, tais atos serão relegados. Assim, a diplomacia na escolha dos motivos controla a conduta do agente diplomático. (p. 132)

Podemos, de fato, dizer que um grande elenco de motivos aceitáveis é aprendido durante o processo (ou processos) socialização, mas o seu emprego seletivo é ditado pela definição da situação social contemporânea. Obviamente, só os indivíduos dotados de maior grau de maquiavelismo são capazes de um emprego frio, distanciado, de um motivo que fora especialmente escolhido para a ocasião. A maioria das pessoas parece ficar real e sinceramente empolgada pelo motivo que selecionara através de uma operação bastante objetiva de discriminação. Essa adoção sincera de motivos

que desempenhem uma função basicamente instrumental contraria as expectativas do senso comum; e parece, assim, ser necessário ir além da simples constatação da sua ocorrência, em busca de uma explicação a nível psicológico.

Vejam os que a abordagem comportamentista do reforço teria a dizer sobre a questão. Em primeiro lugar, devemos lembrar que o indivíduo socializado (ou seja, já submetido a uma longa história de controle social) tornou-se capaz de discriminar de forma relativamente acurada os indícios ou estímulos (principalmente de natureza verbal) que distinguem uma situação social de outra; e, igualmente importante, é capaz de, orientado por tais estímulos discriminativos, iniciar uma sequência de respostas verbais adequadas à situação. A palavra "adequadas" tem aqui o sentido de que há uma alta probabilidade de tais respostas serem seguidas pela apresentação de reforçadores positivos ou pela remoção de reforçadores negativos. Os reforçadores imediatamente em jogo em uma situação social são principalmente os reforçadores sociais, aos quais já nos referimos anteriormente: atenção, aprovação, afeição, etc. Quando se fala, portanto, em motivos verbalizados por um indivíduo que são aceitos pelos demais participantes (e de finidores) da situação, podemos visualizar a cena da seguinte maneira: alguém emite determinadas respostas verbais e, em consequência delas, os outros dirigem àquela primeira pessoa respostas gestuais, verbais ou de alteração de suas expressões faciais, que indicam atenção, aprovação, etc. As respostas dos demais participantes constituem estímulos reforçadores do comportamento verbal do primeiro interator. O resultado esperável dessa operação de reforço positivo é o de que o nosso indivíduo tenda a continuar emitindo respostas verbais da mesma classe que as iniciais, e pos

sivelmente com maior frequência.

São conhecidas diversas demonstrações experimentais — Greenspoon, Centers, Adams e Hoffman, Hildum e Brown, Singer (relatadas em Zajonc, 1969) — do controle exercido pelos reforçadores sociais sobre variados aspectos do comportamento verbal, tais como: quantidade de verbalização, frequência de afirmações informativas e opinativas, número de auto-referências, conteúdo das expressões de opiniões e atitudes. Os motivos a que Gerth e Mills aludem "constituem justificativas para planos de conduta" (p. 131), e como tal incluem a expressão de crenças, valores, atitudes, opiniões do mesmo tipo das tratadas em alguns dos experimentos citados.

Para a Teoria da Auto-Percepção de Bem (1973), que acompanha de perto as proposições skinnerianas, "ao identificar seus próprios estados internos, o indivíduo se baseia parcialmente nos mesmos indícios externos que os outros usam para inferir seus [dele] estados internos" (p. 88). Isso quer dizer que o indivíduo não lê diretamente os seus estados internos, como é julgado pelo senso comum. Schachter e Singer, em um experimento famoso (relatado em Lindzey, Hall e Thompson, 1977), demonstraram que diferentes estados emocionais — euforia ou irritação — podiam ser induzidos em sujeitos fisiologicamente excitados (em um mesmo grau), através de sua simples exposição a uma situação socialmente caracterizada como divertida ou a uma situação definida como irritante; os sujeitos usavam, assim, os indícios proporcionados pela situação para fornecer um conteúdo específico à excitação que estavam experimentando. Bem, entretanto, pondera que a situação social não é a única fonte de indícios externos:

Para nós, observadores, os indícios mais importantes dos estados internos de um indivi

duo encontram-se no seu comportamento. Quando desejamos saber como uma pessoa se sente, olhamos para ver como ela age. Assim, minha teoria sobre as origens do conhecimento que um indivíduo tem de si mesmo prevê que ele pode também inferir seus próprios estados internos observando seu próprio comportamento. De fato, é o que ocorre. (p. 100)

Ao observar seu próprio comportamento verbal de declaração de determinados motivos, crenças, valores ou atitudes, e sem conseguir identificar quaisquer pressões externas concretas que pudessem estar sendo exercidas sobre ele nesse sentido, o indivíduo não pode deixar de concluir que aqueles são os seus reais motivos, crenças, valores e atitudes. Tudo se passa como se a pessoa desenvolvesse o seguinte raciocínio: eu estou dizendo isso; ora, se ninguém está me obrigando a dizê-lo, eu realmente sinto o que estou dizendo, realmente acredito nisso, ou, ainda, isso é efetivamente o motivo que me impela a me engajar em tal curso de ação. Certamente, ele não está sendo forçado (no sentido estritamente coercitivo do termo) a dizer, mas está sendo reforçado por dizê-lo, o que possui também um poder determinante do comportamento. A diferença é que os reforçadores sociais que os outros estão empregando são dificilmente identificáveis como constituindo uma pressão externa concreta; e é justamente daí que advém seu grande poder de controle na vida cotidiana.

Vemos, assim, que, em última instância, o controle social é exercido por indivíduos sobre indivíduos; é sempre alguma pessoa que opera os mecanismos de controle. Na dinâmica da vida cotidiana, no entanto, controladores e controlados parecem trocar de posições muito frequentemente: o controlado em uma situação vem a controlar em outra; mesmo aquele que controla na maioria dos episódios de interação de que participe, encontra-se também sob o controle de um terceiro. A impressão com que poderíamos, en

tão, ficar seria a de que todos são controlados, e de que o controle é exercido de forma impessoal pelos motivos, crenças e valores mais aceitos em uma dada sociedade. Os indivíduos concretos que apresentam ou negam reforçadores sociais uns aos outros, como uma forma de perpetuar os comportamentos que estejam em conformidade com aquelas crenças, não seriam eles próprios mais do que instrumentos de controle a serviço de tais motivos, crenças e valores.

Essa noção de que as idéias dominantes em uma sociedade possuem uma existência autônoma e um poder intrínseco de controle sobre os seus membros exerce, certamente, forte atração em muitos espíritos. A nós, parece mais correto dizer que as idéias são produzidas por grupos de pessoas como justificativas para seus comportamentos, e usadas como instrumentos para o controle dos de-mais grupos da sociedade. O processo de produção dessas idéias escapa a uma abordagem exclusivamente psicológica; o mesmo acontecendo com a identificação das pessoas que as manipulam. Devemos, portanto, por alguns instantes, abandonar a terminologia individual, em proveito de explicações processadas a um nível sociolôgico de abstração: motivos, crenças e valores, que são fenômenos psicológicos individuais, devem ceder lugar aos termos "idéias" ou "ideologia", que constituem um fenômeno psicossocial e coletivo; as próprias unidades de análise de "indivíduos" e "grupos" devem ser integradas na unidade "classe social", mais adequada à investigação do processo de produção e manipulação das ideologias. Voltaremos, mais tarde, ao enfoque estritamente psicológico para tentar descobrir como as crenças engendradas pelas ideologias chegam a ser pensadas pelos indivíduos.

Acompanhemos, então, inicialmente, Marx e Engels (1973):

As idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época; ou, dito em outros termos, a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe, com isso, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, o que faz com que se lhe submetam, nessa época, a meio termo, as idéias daqueles que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente. As idéias não são outra coisa senão a expressão ideal das relações materiais dominantes, as mesmas relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, as relações que fazem de uma determinada classe a classe dominante são também as que conferem o papel dominante às suas idéias. Os indivíduos que formam a classe dominante têm também, entre outras coisas, a consciência disso e pensam de acordo com isso [essa consciência]; assim, enquanto dominam como classe e enquanto determinam todo o âmbito de uma época histórica, lhe é próprio que o façam em toda sua extensão e, portanto, entre outras coisas, também como pensadores, como produtores de idéias, que regulem a produção e distribuição das idéias de seu tempo; e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (p. 50-51)

As idéias da classe dominante, na medida mesmo em que representam as relações de dominação sócio-econômica presentes em uma sociedade, cumprem a função de legitimar essas relações, que, assim, tendem à perpetuação. A tal processo de mascaramento intelectual da realidade social inteira, substituindo-a pela realidade da classe dominante, dá-se o nome de ideologia. Nesse sentido marxista, a ideologia constitui uma falsificação da consciência; o homem tornando-se incapaz de apreender da realidade nada mais do que uma versão distorcida e reificada das relações de interesses cristalizadas em um dado momento histórico.

O conceito de ideologia tem, entretanto, uma história mais longa, para antes e para depois de Marx, no decurso da qual variados sentidos lhe têm sido atribuídos. O desdobramento que nos interessa mais de perto é o que resultou na chamada "Sociolo-

gia do Conhecimento" e, no âmbito desta, as formulações específicas de Mannheim (1976) e de Berger e Luckmann (1974).

Para elaborar o seu sistema, Mannheim distingue inicialmente entre uma concepção particular e uma concepção total de ideologia:

A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota estarmos céticos das idéias e representações apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Sua particularidade se torna evidente quando é contrastada com a concepção total, mais inclusiva, de ideologia. Referimo-nos aqui à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo. (p. 81-82)

Mannheim considera que há um elemento comum a essas duas concepções, na medida em que ambas propõem que opiniões, declarações, proposições e sistemas de idéias não devam ser tomadas por seu valor aparente, mas sim interpretadas à luz da situação de vida de quem as expressa. O autor aponta, em seguida, algumas das diferenças relevantes entre elas:

(a) Enquanto a concepção particular de ideologia designa como ideologias apenas uma parte dos enunciados do opositor — e isto somente com referência ao seu conteúdo — a concepção total põe em questão a "Weltanschauung" total do opositor (inclusive seu aparato conceptual), tentando compreender estes conceitos como decorrentes da vida coletiva de que o opositor partilha.

(b) A concepção particular da ideologia realiza suas análises de idéias em um nível puramente psicológico. (...) Com a concepção total da ideologia (...) não nos estamos referindo a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes.

(c) Correspondendo a esta diferença, a con -

cepção particular da ideologia opera principalmente com uma psicologia de interesses, enquanto a concepção total utiliza uma análise funcional mais formal sem quaisquer referências a motivações, confinando-se a uma descrição objetiva das diferenças estruturais das mentes operando em contextos sociais diferentes.(p. 82-83)

Mannheim faz ainda uma distinção entre uma forma restrita e uma forma genérica da concepção total de ideologia. A formulação é chamada restrita quando se está interessado na análise sociológica apenas das idéias do opositor. A formulação genérica submete não só o ponto de vista do adversário, mas todos os pontos de vista, inclusive o do próprio analista, à análise ideológica; sua proposição básica é a de que "o pensamento de todas as partes em todas as épocas é de caráter ideológico" (p.103). Conclui Mannheim: "Com a emergência da formulação genérica da concepção total de ideologia, a teoria simples da ideologia evolui para a Sociologia do Conhecimento. O que anteriormente constituía o arsenal intelectual de uma das partes se transformou em um método de pesquisa da história intelectual e social em geral" (p. 103-104).

Como deve estar evidente, continuar a acompanhar Mannheim além desse ponto nos levaria para muito longe das nossas preocupações originais. Com efeito, parece-nos mais proveitoso seguir a direção da guinada empreendida por Berger e Luckmann (1974), que eles próprios justificam da seguinte maneira:

A sociologia do conhecimento deve ocupar-se com tudo aquilo que é considerado "conhecimento" na sociedade. Basta este enunciado para se compreender que a focalização sobre a história intelectual é mal escolhida, ou melhor, é mal escolhida quando se torna o foco central da sociologia do conhecimento. O pensamento teórico, as idéias, "Weltanschauungen" não são tão importantes assim na sociedade. Embora todas as sociedades contenham estes fenômenos, são apenas parte da soma total

daquilo que é considerado "conhecimento".

Exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um natural engano dos teorizadores. Isto torna por conseguinte ainda mais necessário corrigir esta incompreensão intelectualista. As formulações teóricas da realidade, quer sejam científicas ou filosóficas, quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é "real" para os membros de uma sociedade. Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens conhecem como "realidade" em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o "conhecimento" do senso comum, e não as "idéias", deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. (p. 29-30)

Os autores definem realidade como "uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição", e conhecimento como "a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas" (p. 11). Das essas definições obviamente circulares, podemos já retornar às nossas apreciações de natureza psicológica, pois há certamente um alto grau de correspondência conceitual entre tal abordagem sociológica do "conhecimento da realidade" e as abordagens psicológicas da "formação de crenças".

Dentre as várias esferas da realidade, através das quais a consciência é capaz de se mover, Berger e Luckmann privilegiam a realidade da vida cotidiana, ou, dizendo de outra maneira, as crenças e convicções necessariamente partilhadas pelos indivíduos em suas interações rotineiras dentro de um mesmo contexto social. Sintetizando o caráter maciço, urgente e intenso com que tal esfera da realidade se impõe à consciência, comentam aqueles autores: "A realidade da vida cotidiana é admitida como sendo A realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticida de evidente por si mesma e compulsória. Sei que é real" (p. 40-41). O controle social será, assim, antes de tudo, o controle des

sa realidade, o controle das crenças que a sustentam. Para dar conta desse controle, ou, como preferem dizer, da estabilidade da ordem humana empiricamente existente, Berger e Luckmann desenvolvem uma teoria da institucionalização da conduta. Dizem eles: "A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores" (p. 79), estando já implícito aí o estabelecimento do controle através da definição de padrões específicos de conduta para os interatores. Na medida em que tais interações perdurem durante um certo tempo, chegam a adquirir qualidades de historicidade e objetividade, que as transformam em instituições cristalizadas, "experimentadas como existindo por cima e além dos indivíduos que acontecem corporificá-las no momento" (p. 84). Essa é uma descrição do que acontece na hipotética primeira geração de uma sociedade; o mundo assim formado, através de interações que se tenham tornado habituais, verbalmente objetivadas, tipificadas, enfim, parece absolutamente compreensível e transparente para os seus primeiros participantes. A partir daí, entretanto, os problemas institucionais se fazem mais complexos, como observam os autores:

Tudo isto muda no processo de transmissão à nova geração. A objetividade do mundo institucional "espessa-se" e "endurece" não apenas para os filhos mas (por um efeito de espelho) para os pais também. O "Lá vamos nós de novo" torna-se agora "É assim que as coisas são feitas". Um mundo assim considerado alcança a firmeza na consciência. Torna-se real de maneira ainda mais maciça e não pode mais ser mudado com tanta facilidade. Para os filhos, especialmente na fase inicial de sua socialização, este mundo torna-se o mundo. Para os pais perde sua qualidade jocosa e passa a ser "sério". Para os filhos, o mundo transmitido pelos pais não é completamente transparente. Como não participaram da formação dele, aparece-lhes como uma realidade que é dada, a qual, tal como a natureza, é opaca, pelo menos em certos lugares. (p. 85)

Os autores referem-se, na citação acima, a uma qualidade jocosa ou lúdica do mundo institucional em suas primeiras fases de desenvolvimento; mas isso porque eles usaram, para ilustrar o processo de tipificação recíproca, dois indivíduos provenientes de diferentes culturas porém encontrando-se em uma situação potencialmente cooperativa. Nada impede que pensemos nessas interações iniciais como envolvendo disposições de dominação e, nesse caso, as tipificações se desenvolveriam de modo a resultar em um conjunto de relações dramáticas de poder institucionalmente cristalizadas. Exemplos históricos da segunda possibilidade são provavelmente mais numerosos do que os da primeira; para citar apenas um, basta lembrar que as instituições que canalizam a conduta nas sociedades colonizadas tiveram justamente uma origem como aquela.

O controle social na vida cotidiana inaugura-se, portanto, com a transmissão das instituições às gerações seguintes, após a fase épica da resistência, capitulação e resignação dos primeiros controlados em aceitar a tipificação imposta pelos primeiros controladores. À fase da luta política pelo poder e do predomínio final de um dos interatores segue-se a fase da manutenção institucional do controle. A definição institucional da realidade deve ter sua perpetuação assegurada; definições alternativas que desafiem as originais, mesmo depois do desaparecimento daqueles que as impuseram, não devem emergir. Como esse último risco sempre existe, o controle deve ser implacável e contínuo, mas não necessariamente violento; as funções de controle podem ser confiantemente atribuídas a todos, inclusive aos primeiros controlados para que as exerçam agora sobre seus próprios filhos. O trecho abaixo transcrito de uma poesia de Aimé Césaire, usado por Fanon (1968) para ilustrar e justificar a violência dos rebeldes argelinos contra o colonizador, pode ilustrar também, de modo

dramático, as tentativas de controle pelo instrumento do amor materno:

O REBELDE (áspero) - Meu nome: ofensivo; meu pre-nome: humilhado; meu estado: revoltado; minha idade: a idade da pedra.

A MÃE - Minha raça: a raça humana. Minha religião: a fraternidade...

O REBELDE - Minha raça: a raça abatida. Minha religião... mas não sois vós que a preparareis com vosso desarmamento... sou eu com minha revolta e meus pobres punhos cerrados e minha cabeça hirsuta. (Muito calmo) - Eu me recordo de um dia de novembro; ele não tinha seis meses e o patrão entrou na choça fuliginosa como uma lua de abril, apalpou-lhe os minúsculos membros musculosos, era um bom patrão, e passou com uma carícia os dedos grossos pelo rostinho cheio de covas. Os olhos azuis riam e a boca arreliava-o com dengues: vai ser uma boa bisca, disse ele fitando-me, e disse outras coisas amáveis, o patrão: que era preciso saber como proceder desde cedo, que vinte anos não era demais para fazer um bom cristão e um bom escravo, bom súdito bem devotado, um bom capataz, olho vivo e braço firme. E aquele homem via no berço de meu filho um berço de feitor. - Rastejamos peixeira em punho...

A MÃE - Ai de mim, tu morrerás.

O REBELDE - Matei... eu o matei com minhas próprias mãos... Sim: morte fecunda e abundante... era de noite. Rastejamos por entre as canas-de-açúcar. As peixeiras riam para as estrelas, mas nós zombávamos das estrelas. As canas marcavam-nos o rosto com regatos de lâminas verdes...

A MÃE - Eu tinha sonhado com um filho para fechar os olhos de sua mãe.

O REBELDE - Escolhi abrir para um outro sol os olhos de meu filho.

A MÃE - O meu filho... morte mãe e pernicioso

O REBELDE: Mãe, morte ardente e suntuosa

A MÃE - por ter odiado demais

O REBELDE - por ter amado demais

A MÃE - Poupa-me, eu sufoco com os teus grilhões. Sangro com tuas feridas

O REBELDE - O mundo não me poupa... Não há no mundo um pobre-diabo linchado, um pobre homem torturado, em que eu não seja assas

sinado e humilhado. (p. 67-68)

Parece ter ficado, assim, parcialmente demonstrado que não são os motivos ou as idéias em si que controlam todas as pessoas, e que também não são todas as pessoas que se controlam umas as outras na vida cotidiana. Há sempre os verdadeiros controladores, e identificáveis; as idéias e os demais indivíduos não são mais do que instrumentos, ao mesmo tempo que alvos, desse controle. Trataremos da distinção entre verdadeiros controladores e controlados em outra parte. Quanto às idéias, elas surgem como legitimação das relações de poder aos olhos das novas gerações de controladores e controlados. A esse respeito, Horkheimer e Adorno (1973) observam o seguinte: "Com efeito, a Ideologia é justificação. Ela pressupõe, portanto, quer a experiência de uma condição social que se tornou problemática e como tal reconhecida mas que deve ser defendida, quer, por outra parte, a idéia de justiça sem a qual essa necessidade apologética não subsistiria (...) Em rigor, quando [se] regem relações simples e imediatas de poder, não existem ideologias, num sentido estrito" (p. 191).

Devemos examinar agora alguns aspectos específicos do processo de construção social da realidade da vida cotidiana, procurando articulá-los com os processos psicológicos característicos dos indivíduos concretos que participam dessa realidade. Na medida, entretanto, em que optamos pelo quadro de referência psicológico da Análise Experimental do Comportamento, seremos inicialmente levados mais a uma reinterpretação dos mesmos dados do que a uma estrita demonstração de correspondências entre diferentes níveis de abordagem do problema. A questão da ideologia, como colocada acima por Horkheimer e Adorno, por exemplo, comporta uma reinterpretação nos termos skinnerianos do contra-controle. "Relações simples e imediatas de poder" são relações de controle uni

lateral, ou seja, aquelas nas quais o contra-controle ainda não se fez sentir ou foi suplantado pela força. "Uma condição social é experimentada pelos controladores como problemática" quando às suas práticas de controle são opostas táticas de contra-controle pelos controlados. A seguinte passagem em Skinner (1975 b) demonstra mesmo a existência, até este ponto, de um grau de concordância com o pensamento sociológico geral:

As instâncias ou instituições organiza - das, tais como governos, religiões e sistemas econômicos, e em maior grau os educadores e psicoterapeutas, exercem um controle poderoso e, em algumas ocasiões, penoso. Esse con - trole é exercido de maneiras que reforçam mu - to efetivamente aqueles que o exercem, e, in - felizmente, isto significa, em geral, prati - cas que são imediatamente aversivas para os controlados ou que, a longo prazo, os explo - ram.

Aqueles que se encontram controlados por essas práticas iniciam então sua ação. Escapam daqueles que os controlam - saindo de seu alcance se é um indivíduo, desertando de um governo, apostatando uma religião, renunciando ou não comparecendo à escola - ou podem atacar o poder que os controla com o fim de debilitá-lo ou destruí-lo, como é o caso em uma revolução, reforma, golpe militar ou protesto estudantil. Em outras palavras, opõem-se ao controle com o contra-controle. (p. 174)

Diz-se que uma ideologia defende e justifica uma determinada ordem social que se tornou problemática, erigindo em realidade social amplamente partilhada as representações criadas pelo grupo dominante, resultando disso a perpetuação do controle. Dimensões importantes de uma tal ideologia são os preceitos morais e éticos que ela institui, os valores que ela exalta. Uma ideologia surge, assim, como resposta dos controladores às iniciativas de contra-controle empreendidas pelos controlados, e pode ser caracterizada como um conjunto modificado de práticas de controle. As novas práticas de controle, que não implicam obrigato -

riamente na revogação de fato das antigas, consistem, via de regra, na formulação de consequências positivas a longo prazo para o comportamento adequado por parte dos controlados. Práticas de controle que possibilitem a permanência do grupo dominante no poder durante algum tempo adicional têm o efeito de aumentar o poder daquele grupo, de modo que a utilização dessas práticas pelos controladores é em si reforçada. É possível, então, que os controladores cheguem a renunciar ao uso extensivo do controle aversivo e procurem evitar uma excessiva exploração dos controlados, com seus iminentes riscos de contra-controle, em proveito de técnicas que produzem resultados menos imediatos em termos de obtenção de vantagens pela posse do poder. Dessa forma, os próprios conteúdos das proposições ideológicas de caráter normativo, com suas implicações positivas a longo prazo, podem afetar, mas por razões diferentes, tanto os controlados quanto os controladores. Vejamos como Skinner (1975 a) se expressa sobre esse ponto:

A cultura que se tenha feito sensível às consequências a longo prazo que possam ser reportadas às medidas por ela adotadas, geralmente se vê apoiada por uma literatura ou uma filosofia que abarca um conjunto de afirmações que expressam as relações entre as medidas e as consequências. Para quem programa a cultura, tais afirmações funcionam como preceitos para uma ação efetiva; para os membros do grupo, constituem importantes variáveis que incrementam um autogoverno [no sentido de autocontrole] efetivo. (A ambos, assim como ao observador neutro, às vezes se diz que "justificam" uma medida, embora talvez isto não signifique outra coisa senão consolidar a medida classificando-a com certos tipos de feitos que, caracteristicamente, tomam o nome de "bons" ou "retos"). Assim pois, um governo pode induzir seus súditos a se submeterem às penas e à tragédia da guerra pintando-lhes um futuro em que o mundo esteja preparado para a democracia ou livre do comunismo; ou a ceder a um programa de austeridade assinalando as mudanças econômicas que levarão finalmente a uma era de abundância para todos. Ao fazer assim, reforça certa conduta de seus

súditos que é essencial para seus fins, com o que o ganho em poder resultante reforça a preocupação do governo pelos efeitos retardados e seus esforços para formulá-los. (p. 52)

É, no entanto, bem sabido que quando as recompensas são retardadas, ou seja, quando decorre um longo intervalo de tempo entre a emissão da resposta e a apresentação do reforço, não se obtém efeitos intensos de condicionamento. Os reforços verbalmente invocados como consequências das medidas de controle de natureza ideológica possuem, inclusive, uma probabilidade de concretização bastante remota; não sendo lícito, portanto, supor que cheguem a se constituir efetivamente como reforços. Além do mais, as afirmações ideológicas são, por definição, idéias; idéias essas que tendem mesmo a adquirir um significado auto-contido, sem uma correspondência exatamente definida com os fenômenos interpessoais empíricos. Uma questão relevante a que podemos ser conduzidos, a partir das observações acima, é a seguinte: como articular o controle social pela ideologia com os processos psicológicos individuais dentro do quadro de referência da Análise Experimental do Comportamento? O Behaviorismo Radical de Skinner parece estar realmente aberto a tal possibilidade de articulação, como procuraremos demonstrar.

Em que pese a declaração de Freedman (1976) de que "Skinner é um dos poucos psicólogos que realmente têm tentado mostrar, em detalhes, como os princípios fundamentais da teoria da aprendizagem podem ser estendidos a comportamentos sociais e políticos complexos", o campo do controle social pela ideologia não recebeu dele uma atenção especial, possivelmente porque não atribua às idéias qualquer poder autônomo de controle sobre os homens. Teremos, então, que buscar os fundamentos para a nossa articulação nas proposições gerais de Skinner sobre a razão e o

conhecimento. A guisa de premissa expressa para o tipo de raciocínio que desenvolveremos, parece oportuno transcrever ainda um outro depoimento de Freedman:

Ainda que os cientistas sociais estabeleçam suas generalizações tendo os grupos como referência, Skinner acredita que as leis do comportamento social podem ser tratadas nos termos da teoria do reforço. Uma vez que o comportamento social é apenas (como ele o define) o comportamento de "duas ou mais pessoas em relação uma com a outra ou em conjunto em relação a um ambiente comum", não existe motivo por que o fenômeno social não possa ser explicado em termos do comportamento individual. Noções como "mente do grupo" ou "caráter nacional" não são necessárias, já que a análise de grupos maiores pode ser feita através da indicação das variáveis específicas que afetam o comportamento de cada pessoa no grupo. (p. 33)

Como foi observado anteriormente, muitas proposições ideológicas consistem na expressão de relações entre determinadas medidas sócio-culturais e suas consequências esperáveis, como, por exemplo, manutenção de austeridade econômica e posterior era de abundância para todos. Observamos também, nesse caso, que a prometida abundância final não poderia funcionar como reforço para o comportamento individual de frugalidade. Afirmações ideológicas desse tipo podem ser interpretadas, ao nível individual, como prescrições de comportamento na vida cotidiana, sob as designações de conselhos, advertências, instruções, ou mesmo leis do grupo. São, portanto, enunciados verbais que "descrevem o comportamento que se deve executar e enunciam ou implicam as consequências" (Skinner, 1975 b, p. 114); não provêem por eles próprios as operações efetivas de reforço. Em outras palavras, as prescrições codificam as contingências de reforço, mas são os ambientes sociais concretos que devem manter tais contingências e, inclusive, efetivar outras contingências que não as codificadas naquelas prescrições. De fato, Skinner distingue, em vários aspectos, o

comportamento governado por regras ou prescrições do comportamento modelado pelas contingências. Um critério crucial para a explicação dessa distinção é proporcionado pela caracterização skinneriana do comportamento verbal, como sintetizada na seguinte passagem:

(...) a diferença entre "língua" e "comportamento verbal". A língua tem o caráter de coisa, algo que a pessoa adquire e possui. (...) Um ponto de vista muito mais produtivo consiste em considerar que o comportamento verbal é comportamento. Só tem um caráter especial porque é reforçado pelos seus efeitos sobre as pessoas (inicialmente, outras pessoas, porém mais adiante a mesma pessoa que fala). Como resultado, encontra-se livre das relações espaciais, temporais e mecânicas que se dão entre o comportamento o perante e as consequências sociais. (...) Além de uma audiência pertinente ocasional, o comportamento verbal não requer [outro] apoio ambiental. (...) Como resultado, o comportamento verbal pode ocorrer quase em qualquer ocasião. (...) Outra consequência importante: a pessoa que fala se converte também em pessoa que escuta, e pode reforçar abundantemente seu próprio comportamento. (Skinner, 1975 b, p. 87-88)

O nosso próximo passo deve, agora, consistir na interpretação da gênese e do funcionamento atual das regras verbais segundo o Behaviorismo Radical de Skinner. Diz ele:

A chamada vida intelectual experimentou uma mudança importante com o aparecimento do comportamento verbal. O homem começou a falar sobre o que fazia e porque o fazia. Descrevia seu comportamento, no contexto em que ocorria, e as consequências do mesmo. Em outras palavras, além de se ver afetado pelas contingências de reforço, começou a analisá-las.

Uma das primeiras práticas verbais desta classe deve ter sido a de dar ordens ou diretrizes. "Mova-se" descreve um ato e implica uma consequência: aquele que escuta deve mover-se. Aquela que fala diz ao que escuta o que deve fazer e dispõe consequências aversivas sob as quais este aprende a fazê-lo e a repeti-lo de novo cada vez que se repita a ordem. A advertência difere comumente da ordem ou diretriz porque a pessoa que a utiliza

não prepara as consequências aversivas. "Cuidado" descreve um ato e implica uma consequência, tal como por-se fora do alcance de uma pedra que cai, porém esta última é o resultado natural do comportamento e não algo procurado pelo que fala. O conselho ("Vá para o Oeste, jovem") especifica um comportamento e implica consequências positivamente reforçadoras que tampouco foram preparadas pela pessoa que aconselha ("...e farás fortuna"). (1975 b, p. 113)

Skinner esclarece, ainda, nesse texto, que "a pessoa atende às advertências e segue os conselhos dependendo do que tenha ocorrido no passado em condições similares" de atendimento a advertências e de aceitação de conselhos. Não são, então, as contingências de reforço implicadas no conselho atual que explicam o comportamento governado por uma regra, e sim os reforços obtidos no passado por ter cumprido prescrições verbais desse tipo.

As consequências explícitas ou implícitas nos preceitos morais ou éticos (leia-se, ideológicos) são frequentemente invocadas, na terminologia mentalista, como "razões" para a realização do comportamento prescrito. A esse respeito, Skinner (1975 b) faz os seguintes comentários:

Sem embargo, uma razão que se encontra no futuro não é mais efetiva que qualquer outro fato futuro. Não se torna efetiva porque a pessoa a "tenha em mente" ou "conheça a probabilidade de sua ocorrência", pois esta classe de expressões simplesmente reflete um esforço para encontrar uma representação prévia de uma consequência futura.

As consequências descritas ou implicadas no conselho, na advertência, nas instruções e nas leis são as razões pelas quais uma pessoa acata conselhos, atende a advertências, segue instruções e obedece leis. Os estímulos que possuem a condição de advertências fazem parte de uma longa história de condicionamento. Antes que se possa induzir uma pessoa a se comportar dá-se-lhe razões para fazê-lo. Dar a um estudante as razões pelas quais algo merece ser aprendido é assinalar possíveis consequências reforçadoras, mas estas devem ser remotas no tempo, e o comportamento do estudante só mudará se o professor tiver feito

parte efetiva das contingências no passado.
(p. 121)

Evidencia-se, assim, que o controle social efetivo é exercido sempre por agentes sociais concretos, e não autonomamente por ideais de conduta, cuja própria origem tenha se perdido no tempo, e cujas consequências explícitas raramente se concretizam.

Para uma adequada compreensão do processo do controle social na vida cotidiana não são necessárias, segundo Skinner, nem a investigação histórica das origens das idéias dominantes em uma determinada sociedade, nem a discussão do caráter de verdade ou inverdade das supostas ou das prováveis decorrências das proposições ideológicas normativas face ao momento histórico-social daquela sociedade. Tais especulações podem ter um interesse intrínseco, mas nenhuma contribuição objetiva para o entendimento de como é assegurada a reprodução de um mesmo modo de vida dentro de qualquer grupo social. Berger e Luckmann reconhecem isto, quando declaram que as idéias teóricas não são assim tão importantes na sociedade, mas privilegiam, por outro lado, as chamadas idéias não teóricas ou pré-teóricas que constituem, segundo eles, a realidade socialmente construída pela qual os indivíduos concretos pautam suas condutas na vida cotidiana. Para esses autores, um importante processo determinante do cumprimento de tais pautas de conduta consiste na internalização cognitiva das normas e valores vigentes através da socialização primária e secundária a que são submetidos os indivíduos. Skinner vai um passo além e nega que seja necessário apelar para qualquer instância mentalista a fim de explicar a regularidade controlada da vida cotidiana. Acompanhem, mais uma vez, a sua própria argumentação:

Diz-se que "um determinante importante do comportamento moral e um componente principal do desenvolvimento do caráter" é "a vontade

de de seguir as normas", mas as pessoas "que rem" seguir uma norma devido às consequências preparadas por aqueles que estabelecem a regra e a fortalecem. A distinção entre o comportamento governado por regras e o comportamento modelado pelas contingências perde-se quando se diz que uma prova de "socialização avalia o grau em que uma pessoa tenha internalizado as normas, os valores e as convenções de sua sociedade". As pessoas se castigavam umas as outras muito antes de o comportamento ser chamado de mau ou errado, e antes de se formularem as normas, e as pessoas puderam "socializar-se" com estas contingências punitivas sem o benefício das normas.

As pessoas começam a chamar de bom, mau, correto ou errado o comportamento e a reforçá-lo ou castigá-lo em consequência, e eventualmente se estabelecem normas que ajudam as pessoas a se acomodar às práticas de sua comunidade e ajudar a comunidade a manter essas práticas. A pessoa que aprende estas normas e se comporta seguindo-as explicitamente não as internalizou, ainda quando tenha aprendido a controlar-se a si mesma e, portanto, a ajustar-se inclusive de modo mais efetivo às contingências mantidas pelo grupo. O comportamento social não requer que as contingências que o geram sejam formuladas como normas, nem, se é que já tenham sido formuladas, que a pessoa conheça tais normas. Sem embargo, é extraordinariamente importante que as práticas sociais sejam formuladas. (1975 b, p. 175-176)

Segundo Skinner, os pensamentos e sentimentos que acompanham o comportamento individual determinado pelas práticas de uma sociedade são em si comportamentos; encobertos, é certo, mas, de qualquer forma, comportamentos, aos quais não se pode validamente atribuir condições de primazia ou causação sobre o comportamento manifesto. À pergunta de se "uma pessoa é moral porque se comporta moralmente, ou comporta-se moralmente porque é moral? Skinner diz que se deve responder "nenhuma das duas coisas; [a pessoa] comporta-se moralmente e a chamamos de moral porque vive em uma classe particular de ambiente" (1975 b, p. 177).

Chegamos, assim, ao final de uma longa trajetória. Começamos com a caracterização marxista da ideologia como falsifica-

ção da realidade em função dos interesses da classe dominante em uma sociedade. Acompanhamos, em seguida, Mannheim até à sua formulação genérica da concepção total de ideologia, segundo a qual todo pensamento é de caráter ideológico. A partir daí tomamos a vertente da Sociologia do Conhecimento proposta por Berger e Luckmann, que desloca o foco de análise da história intelectual para o conhecimento da vida cotidiana; o controle social sendo aí concebido como o controle sobre a definição institucional da realidade, instilada por variados modos nas mentes dos controlados. Afastamo-nos, então, dessa abordagem cognitiva, em proveito da perspectiva comportamentista de Skinner, de acordo com a qual procuramos reinterpretar o efeito das proposições ideológicas da vida cotidiana em termos das operações efetivas de reforço que mantêm o chamado comportamento governado por regras. As idéias foram consideradas aqui como um sub-produto das práticas sociais de controle do comportamento manifesto, não lhes sendo atribuído um papel essencial nos esforços empreendidos pelos controladores com vistas à perpetuação dos modos de vida em uma sociedade.

Parece oportuna a realização, agora, de uma breve avaliação parcial do desenvolvimento do nosso problema geral. A análise do controle social como exercido nas instituições totais apresentou-se como uma tarefa relativamente fácil, e produziu resultados bastante claros, na medida em que as práticas sociais efetivas puderam ser tratadas isoladamente, sem alusão às idéias legitimadoras. Os exames dos sistemas fictícios de controle em "Walden II" e "1984" trouxeram ao foco principal, respectivamente, a manipulação do comportamento e a manipulação do pensamento, delineando-se já, porém, várias importantes implicações mútuas entre esses enfoques. O estudo do controle social na vida cotidiana, propositalmente conduzido a um nível de maior abstração

teórica, deve ter demonstrado a extrema complexidade e as possibilidades múltiplas de articulação entre, por um lado, uma abordagem sociológica e uma psicológica, e, por outro, entre uma perspectiva cognitivista e uma comportamentista. Essas articulações serão objeto de um maior desdobramento nos próximos dois capítulos, quando trataremos da identificação dos controladores e controlados e dos processos de controle para a mudança social.

A IDENTIFICAÇÃO DE CONTROLADORES E CONTROLADOS

Dissemos anteriormente que o controle social é, em última instância, exercido por indivíduos concretos sobre indivíduos concretos, e que deve ser sempre possível distinguir entre verdadeiros controladores e verdadeiros controlados. Essas duas afirmações poderão parecer, à primeira vista, contraditórias. Realmente, para justificar circunstanciadamente a primeira assertiva — de que o controle é exercido por indivíduos sobre indivíduos — somos obrigados a abandonar o nível de abstração sociológica, que é justamente o que melhor permite a distinção entre controladores e controlados, em termos das classes sociais e grupos de influência aos quais pertençam. Quando penetramos na trama íntima das relações interpessoais, vemos multiplicarem-se infinitamente os episódios de controle, e facilmente perdemos-nos em nossas tentativas de identificar quem controla o comportamento de quem. Controladores e controlados parecem, com muita frequência, se alternar no exercício das respectivas funções; e há, ainda, a questão dos controladores intermediários, possivelmente os mais comuns, que desempenham simultânea e repetidamente as funções de controlador e de controlado. Para a identificação dos verdadeiros controladores, seria, com toda a certeza, necessário estabelecer um critério de julgamento mais permanente, ou seja, que fôsse além da análise da mera influência episódica de um interator sobre outro. Mas isso simplesmente nos remeteria de volta à abordagem sociológica.

Eis, então, o nosso problema. Queremos tratar das rela-

ções de controle social ao nível inter-individual, mas não queremos neutralizar a dimensão político-social do fenômeno. Poderíamos, certamente, apelar para as formulações microsociológicas ou psicossociológicas do conceito de poder social, mas estaríamos com isso perdendo o caráter de radicalidade psicológica comportamentista (no sentido skinneriano) que pretendemos imprimir ao presente trabalho. Com efeito, classificações de bases do poder social, como a proposta por French e Raven (citada em Secord e Backman, 1964), são claramente fenotípicas. Interpretações articulativas dos comportamentos dos interatores, como a "teoria da troca" de Thibaut e Kelley (descrita em Deutsch e Krauss, 1974), são excessivamente esquemáticas e auto-contidas. Métodos de mensuração da distribuição do poder, como o elaborado por Dahl em "Who Governs?" (citado em Martin, 1978), têm sua aplicabilidade limitada a contextos sociais formalmente institucionalizados.

É possível, na verdade, que o nosso problema seja, "mutatis mutandis", o mesmo com que se defrontam todas as pessoas em seus esforços cotidianos por compreender e julgar criticamente a vida social. A psicologia ingênua, que usamos então para esse fim, opera com os conceitos algo vagos de "intencionalidade" e "percepção". Busca-se, por exemplo, avaliar o grau de intenção que subjaz a um determinado ato social de controle, ou a medida em que alguém se apercebe ou não do controle que outros exercem sobre ele próprio. Uma estratégia de análise psicológica indireta, como aliás já proposta anteriormente por Heider (1970), e que talvez resultasse proveitosa, consistiria, assim, na exploração dos episódios de controle interpessoal e inter-grupal aos quais a interpretação ingênua comumente aplique a dinâmica mentalista da "intenção" e "percepção". Possivelmente ficariam, desse modo, preservadas a abordagem do fenômeno ao nível inter-individual e a

focalização em sua dimensão político-social, como desejávamos. Acreditamos que valha a pena experimentá-la.

Resta, no entanto, saber se o quadro de referência skinneriano aqui eleito terá suficiente flexibilidade para, em sua radicalidade comportamentista, dar conta daqueles constructos cognitivistas. Skinner afirma categoricamente que sim, no que se refere à intenção:

Provavelmente a acusação que mais frequentemente se faz contra o comportamentismo é a de que não pode se referir ao propósito ou à intencionalidade. A fórmula estímulo - resposta não tem contestação, mas o comportamento operante é o campo mesmo do propósito e da intenção. (...) Por trás da afirmação "Os motivos e os propósitos estão no cérebro e no coração do homem, enquanto que as consequências estão no mundo dos fatos" há uma distinção válida. Deixemos de lado a fisiologização gratuita, e resta o fato de que os motivos e os propósitos estão nas pessoas, enquanto que as contingências de reforço estão no ambiente; mas, no melhor dos casos, os motivos e propósitos são os efeitos dos reforços. Com frequência se fala da mudança efetuada pelo reforço como da "aquisição de propósitos ou intenções", e se diz que nós "damos um propósito a uma pessoa" quando a reforçamos de certa maneira. Estas expressões são convenientes, mas o fato fundamental é o de que quando a pessoa é "consciente de seu propósito", está sentindo ou observando introspectivamente uma condição produzida pelo reforço. (Skinner, 1975 b, p. 58-60)

Quanto à percepção, obtemos de Skinner as seguintes argumentações de apoio:

Em ambas as teorias, o ambiente penetra no corpo: na visão mentalista, o percebedor o introduzia; na visão do estímulo-resposta, o ambiente abria seu próprio caminho. (...) Na análise operante e no comportamentismo radical construído sobre ela, o ambiente permanece onde está e onde sempre esteve, fora do corpo. (...) Não somos simplesmente "captadores" do mundo que nos rodeia; respondemos a ele de maneiras peculiares devidas ao que tenha acontecido quando estivemos em contacto com ele.

Diz-se que o comportamentismo está em

erro quando não reconhece que o importante é "como parece a situação à pessoa", ou "como a pessoa interpreta a situação". Mas para investigar como a situação parece a uma pessoa, ou como esta a interpreta, ou que significado tem para ela, devemos examinar seu comportamento a respeito dela [a situação], incluindo as descrições que faz dela, e isto só podemos fazer em termos de suas histórias genética e ambiental.

Quando uma guerra infeliz é atribuída a "más percepções", ou quando se dedica um seminário à "discrepância entre a realidade e a percepção da mudança tecnológica" é necessário aclarar o sentido. Como percebemos a realidade da guerra ou da mudança tecnológica para poder descobrir que na realidade se as percebeu mal? Sempre estamos nos "defrontando com a realidade", embora o termo deva incluir mais do que há em uma simples apresentação. As diferenças importantes são as existentes entre os comportamentos, e, a seu turno, estas se explicam pelas diferenças entre as contingências passadas. (Skinner, op. cit., p. 74-75-77-79-80)

É preciso, além disso, verificar se o discurso skinneriano não será excessivamente neutro, em sua caracterização da "luta de classes" como uma relação de controle mútuo de comportamento (1973 a), a ponto de não permitir a diferenciação política entre verdadeiro controlador e verdadeiro controlado. Efetivamente, não é assim. Skinner emprega o termo "contra-controle" para se referir às reações do controlado, no sentido de exercer um controle sobre o comportamento do controlador que acabe por resultar na eliminação, redução ou modificação das iniciativas de controle por parte deste último. A eventual intensificação dessas iniciativas, em resposta à reação do controlado, não recebe a igual designação de contra-controle.

Uma questão intimamente relacionada ao problema geral da intencionalidade e percepção do controle, e que suscitou variadas pesquisas em Psicologia Social, é a da atribuição de causalidade ao comportamento social dos indivíduos. Particularmente relevante, para os nossos propósitos, é o processo de atribuição

por um indivíduo de uma causalidade interna ou externa ao seu próprio comportamento. O constructo "locus de controle", introduzido, segundo Lefcourt (1976), na literatura psicológica no início da década de 1960, tem inspirado uma quantidade crescente de investigações, seja no que se refere aos possíveis determinantes psicossociais do desenvolvimento de tal localização percebida da sede do controle em diferentes indivíduos, seja no que se refere às implicações psicossociais diferenciais da localização interna (isto é, no próprio indivíduo) ou externa (no ambiente). Ao focalizar o "locus de controle" especificamente dentro do contexto da aprendizagem social, Lefcourt defende a tese de que o homem deve efetivamente perceber a si próprio como o determinante de seu destino, a fim de que possa permanecer satisfeito consigo mesmo, lidar eficazmente com o "stress", enfrentar, enfim, os desafios frequentes em sua vida. Diz esse autor, acerca das implicações do "locus de controle" interno, contrapondo-se declaradamente a algumas formulações skinnerianas, o seguinte:

... o que Skinner acredita constituir uma ilusão irrelevante será demonstrado ser uma ilusão muito relevante — uma que parece ser central para a capacidade do homem em sobreviver, e, o que é mais importante, para apreciar a vida. (p. 2)

Com o constructo "locus de controle", diz Lefcourt, "estamos lidando com a medida em que uma pessoa vê a si própria em conjunção com as coisas que lhe acontecem e o significado que ela confere às interações entre seu eu e suas experiências" (p. 29). Nos termos formais da teoria da aprendizagem social de Rotter, o controle percebido é tomado como uma expectativa generalizada de controle interno ou externo do reforçamento:

A expectativa generalizada de controle interno reporta-se à percepção de eventos, sejam eles positivos ou negativos, como cons-

tituindo uma consequência das próprias ações do indivíduo e, portanto, potencialmente sob controle pessoal. A expectativa generalizada de controle externo, por outro lado, reporta-se à percepção de eventos positivos ou negativos como não estando relacionados com o próprio comportamento do indivíduo e, portanto, fora de controle pessoal. (Lefcourt, op.cit., p. 29)

Em uma outra passagem, Lefcourt coloca a questão mais explicitamente em termos político-sociais:

De modo geral, pode-se concluir que o controle percebido encontra-se positivamente relacionado com o acesso a oportunidades. Aqueles que são capazes, através de posição e participação grupal, de alcançar mais prontamente os resultados valorizados que lhe possibilitam experimentar satisfação pessoal são mais aptos a sustentar expectativas de controle interno. Negros, latino-americanos, índios, e outros grupos minoritários que não gozam de tanto acesso a oportunidades quanto os grupos caucasianos predominantes na sociedade norte-americana, tendem a sustentar crenças fatalistas de controle externo. (p. 25)

O ponto que devemos analisar neste momento é o da correspondência entre o controle efetivo e o controle percebido. Da citação anterior, sob todos os aspectos indiscutível, depreende-se que, via de regra, a circunstância de que alguém seja ou não capaz de exercer controle sobre a sua própria vida é acompanhada, no primeiro caso, de sentimentos de confiança, capacidade ou poder, e no segundo caso de sentimentos de desesperança, desânimo ou impotência. Certamente, deve ser assim, porque ambas as referências — ser capaz e sentir-se confiante — são nítidos produtos verbais das operações de reforçamento realizadas pelo ambiente social sobre o indivíduo. Diz-se que alguém controla exitosamente a sua vida quando, dia após dia, a maioria de suas ações é consistentemente seguida da apresentação de reforçadores positivos e/ou da remoção de reforçadores negativos. O rótulo verbal "capaz" lhe é então atribuído por todos aqueles que se encontrem em

condições de observar objetivamente o seu comportamento e as consequências a ele relacionadas. O recebimento frequente de reforços contingentemente a uma dada pauta de conduta produz também certas condições corporais associadas, que podem ser sentidas ou observadas introspectivamente. O rótulo verbal "confiança" é então atribuído subjetivamente pelo próprio indivíduo a tais condições internas. Obviamente, antes de poder atribuir-se esse rótulo, o indivíduo deve tê-lo aprendido de sua comunidade verbal; esta lhe terá ensinado a chamar de sentimento de confiança aquilo que só ele podia observar introspectivamente, quando se repetia sistematicamente os episódios de reforçamento que todos podiam observar de modo objetivo. Ser capaz e sentir-se confiante quanto à própria capacidade são, assim, nada mais do que funções das consequências das respostas do indivíduo. Mudem-se, em uma direção desfavorável, aquelas consequências, e o mesmo indivíduo deixará de ser chamado de capaz e de sentir-se confiante. Basta evocarmos as transferências drásticas de ambientes, como a ocorrida quando alguém ingressa em uma das instituições totais de Goffman, para nos darmos conta da verdade dessa afirmação.

Ressalta-se, assim, o reduzido alcance da tese de Lefcourt de que o homem deve perceber a si próprio como determinante de seu destino para que possa lidar eficazmente com as situações problemáticas da vida. Certamente, dentro de um quadro conceitual skinneriano, a proposição inteira carece de sentido pela impossibilidade mesma de uma relação causal autônoma desse tipo: sentimento - ação. Se, entretanto, a tomarmos como um enunciado mais sofisticado das declarações mentalistas ingênuas, e a relacionarmos às diferentes contingências de reforço estabelecidas pelo ambiente social, ela poderá ser útil para uma discriminação das situações problemáticas da vida em que um indivíduo se en-

gaja como controlador social ou como controlado. A extrema dificuldade dessa discriminação pode ser ilustrada por um experimento citado em Geiser (1977). Apresentada como um projeto de tratamento de problemas de aprendizagem, foi planejada, em um sistema escolar da Califórnia, uma experiência para ajudar crianças entre 12 e 15 anos diagnosticadas como retardadas a modificar as idéias dos professores a seu respeito. Elas foram treinadas a modelar o comportamento dos professores através de sorrisos, contato visual, postura correta, elogios e agradecimentos "sinceros". Como resultado disso, os comentários positivos dos professores em relação aos alunos aumentaram nitidamente e os negativos diminuíram. Mas o mais interessante foi que os "professores mostraram-se entusiasmados com o projeto e a maioria acreditou que ele [o projeto] havia modificado os meninos, e não a eles próprios" (p.164). Considerando-se exclusivamente a situação experimental, os professores foram os controlados: mas, se nos colocarmos na perspectiva do professor, teremos aí um homem experimentando introspectivamente fortes sentimentos de sucesso e confiança; estes, juntamente com o seu comportamento manifesto positivo em relação aos alunos, poderão persistir, na medida em que o professor continue a ser reforçado pelas crianças. Eventualmente, as respostas positivas do professor poderão se mostrar suficientemente reforçadas para a manutenção do novo comportamento por parte dos alunos, e estes serão agora os controlados. Essa ilustração talvez retrate mais o paradigma do que uma mera exceção curiosa no domínio das relações interpessoais institucionalizadas. E a "dinâmica das percepções", conquanto ilusória como determinante das iniciativas de exercício de controle, é frequentemente, em virtude mesmo das tendências mentalistas ingênuas amplamente compartilhadas, o único dado disponível sobre o controle social em relatos

da vida cotidiana.

Dentre as condições que favorecem o desenvolvimento da ilusão de independência e controle interno, Bandura e Walters (1965) apontam o tamanho do grupo de referência pelo qual uma dada pessoa avalia o seu comportamento:

...quando o grupo de referência imediato de uma pessoa é pequeno e seletivo e não partilha os valores da maioria das pessoas de sua classe social, pode algumas vezes lhe parecer que ela esteja fazendo uma auto-avaliação independente e exibindo um comportamento interiormente dirigido, embora ela possa ser, de fato, altamente dependente da aprovação ou desaprovação real ou fantasiada de alguns indivíduos cujos julgamentos ela valoriza grandemente. (p. 164)

A partir dessa citação, podemos penetrar, de modo mais direto, no problema da discriminação entre verdadeiros controladores e verdadeiros controlados. Talvez o quadro fique mais claro se o ampliarmos, abandonando essa dicotomia algo simplista, e introduzindo duas novas categorias de atores sociais, que, embora vitalmente envolvidos da dinâmica do controle social, não são nem exatamente controladores nem exatamente controlados. Estamos nos referindo aos indivíduos que resistem às tentativas de controle e aos que se omitem em suas responsabilidades socialmente definidas de controle. A pessoa caracterizada por Bandura e Walters é claramente um representante da primeira dessas categorias. Dizer que o grupo de referência, de cuja aprovação ela depende, não partilha os valores da maioria das pessoas de sua classe social é dizer que ele escapa ao controle ideológico típico da sociedade em questão. Os membros de um tal grupo não se engajam, ou pelo menos não se empenham demasiadamente, nos comportamentos muito positivamente reforçados pelas agências institucionalizadas de controle social. Quando não seja um grupo revolucionário extremista, seus membros individuais podem eventualmente desempenhar

papéis sociais institucionalmente articulados com os próprio valores que eles rejeitam; fazem-no como uma forma de escapar ao reforço negativo ou em função de reforços materiais positivos bastante tangíveis. O reforço social intermitente que lhes é proporcionado pelo seu grupo parece assim circunstancialmente suficiente para manter suas pautas "independentes" de conduta. As frequentes cooptações de tais indivíduos pelo sistema econômico-ideológico dominante seria explicada pela natureza forçosamente instável da competição entre duas ordens incompatíveis de contingências de reforço.

A segunda nova categoria de atores sociais é representada pelos indivíduos que sistematicamente se omitem no desempenho de seus papéis sociais de controle. Embora ocupem posições institucionais às quais são atribuídas funções de controle social, eles "intencionalmente" as cumprem de maneira pouco eficiente. Uma suposta intenção de sabotagem do "sistema" é, a rigor, uma condição corporal introspectivamente sentida ou observada pelo indivíduo nas situações passadas que antecederam seus comportamentos de descumprimento de alguma regra de imposição de controle a outras pessoas. O reforço que tenha se seguido a esses episódios é que constitui o efetivo determinante da sua repetição sistemática. Incluem-se, no caso da "sabotagem", tanto o reforço positivo do suborno monetário quanto o reforço positivo social representado por um agradecimento efusivo ou um sorriso de criança. Pode acontecer ainda que o indivíduo se omita pela simples circunstância de que as reações típicas dos controlados, como a submissão, não se tenham constituído ao longo de sua história de vida em reforçadores sociais relevantes.

Da caracterização dos resistentes e dos omissos podemos caminhar, agora, para uma tentativa de identificação dos

verdadeiros controlados. Em primeiro lugar, os indivíduos maximamente controlados são aqueles que partilham os valores declarados da maioria das pessoas de sua classe social, o que implica em dizer que têm seu comportamento amplamente determinado pelas contingências de reforço cuidadosamente dispostas pelos verdadeiros controladores. Na linguagem da teoria do papel, são os indivíduos que com mais vigor internalizaram as prescrições de seus papéis sociais, incluindo o vocabulário de motivos e valores a eles associados. São os que desempenham com o maior entusiasmo e moralismo os seus respectivos papéis, sejam estes os papéis ocupacionais de militar, administrador, professor, psicólogo, balconista, operário especializado, etc, ou os papéis mais informais de filho, pai, cônjuge, cidadão, etc. Na linguagem comportamentista, são indivíduos nos quais o próprio auto-controle se desenvolveu na direção, não de uma relativa autonomia em relação à situação específica presente, mas na da rígida aderência às exigências dos contextos institucionalizados, quaisquer que eles sejam. A regra abstrata que de modo geral preside a sua conduta social é a de "sempre fazer o que deve ser feito"; a especificação daquilo que deva ser feito variando segundo as situações sociais particulares de que esteja participando. Além dos reforços regularmente providos em tais situações, o indivíduo mesmo reforça intensamente a sua própria conduta através do "sentimento do dever cumprido". Uma importante conclusão parcial que se pode extrair dessa caracterização é a de que em qualquer classe social ou grupo de influência existem pessoas verdadeiramente controladas.

E os verdadeiros controladores, existirão também em qualquer classe ou grupo social? A resposta é afirmativa, e, para a sua caracterização sociológica, podemos apelar inicialmente para a perspectiva interacionista-simbólica particular de Becker

(1977). Vejamos algumas das argumentações desenvolvidas em sua "teoria da rotulação" do desvio:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em alguns momentos e em algumas circunstâncias, fazer com que elas sejam seguidas. Regras sociais definem situações sociais e os tipos de comportamento apropriados a elas, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas".

... os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um "transgressor". O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal. (p. 53-60)

Coerentemente com tais interpretações das regras e desvios, Becker considera que, embora as regras sociais constituam criações coletivas de grupos sociais específicos, deve ser possível descrever estágios no desenvolvimento de uma determinada regra e identificar seus criadores e seus impositores individuais. Diz o autor:

Onde quer que as regras sejam criadas e aplicadas, deveríamos estar atentos para a possível presença de um indivíduo ou grupo que toma a iniciativa. Suas atividades podem ser definidas adequadamente como "uma iniciativa moral", porque o que eles estão emprestando é a criação de um novo fragmento da constituição moral da sociedade; seu código de certo e errado. (p. 106-107)

Finalmente, para os nossos propósitos, Becker distingue diferentes circunstâncias de imposição de regras:

Até que ponto e em que circunstâncias as pessoas tentam impor suas regras a outros que não as subscrevem? Vamos distinguir dois casos. No primeiro, somente aqueles que são realmente membros do grupo têm qualquer interesse em fazer e impor certas regras. Se um judeu ortodoxo desobedece as leis do "kashruth" somente outros judeus ortodoxos encararão isso como uma transgressão; os cristãos ou os judeus não-ortodoxos não consideram

rão isso um desvio e não terão interesse em interferir. No segundo caso, os membros de um grupo consideram importante para seu bem-estar que os membros de outros grupos determina dos obedeçam a algumas regras.

Na medida em que um grupo tenta impor suas regras a outro grupos da sociedade, estamos diante de uma segunda questão: Quem pode, na verdade, forçar outras pessoas a aceitar suas regras e quais são as causas de seu sucesso? Esta é, é claro, uma questão de poder político e econômico. (p. 66)

Podemos, assim, verificar que a questão de identificação dos verdadeiros controladores comporta dois níveis de apreciação: existem indivíduos controladores no interior de um grupo e existem grupos controladores no âmbito da sociedade maior. Membros de um grupo controlador podem ser indivíduos verdadeiramente controlados, segundo a nossa caracterização anterior. Membros de um grupo controlado podem ser indivíduos verdadeiramente controladores, tanto quanto os controladores que atuam no interior do grupo controlador. Psicologicamente, o que distingue entre indivíduos controladores e indivíduos controlados é a sua atitude em relação às regras. Para os controlados, a regra constitui um dado social; para os controladores, ela é um produto social, algo que pode ser, e efetivamente o é, amplamente manipulado segundo os seus próprios interesses pessoais. Em termos comportamentais mais rigorosos, podemos dizer que o indivíduo controlado é reforçado por aceitar a regra, enquanto que o indivíduo controlador é reforçado por manipulá-la. O controlado se preocupa em cumprir a regra; o controlador, em fazer com que outros as cumpram. Indivíduos verdadeiramente controlados, que aderem de modo rígido a seus papéis, recebem frequentemente a atribuição de impor as regras a outros grupos, como é o caso de policiais e professores, por exemplo. Na verdade, estes são os melhores instrumentos que os verdadeiros controladores podem empregar. Os intentos desses

controladores, ou melhor dizendo, as consequências reforçadoras das regras por eles criadas, poderiam não se concretizar, como às vezes acontece, se essas funções intermediárias fossem realizadas por indivíduos "resistentes" ou "omissos".

Ver as coisas dessa maneira nos permite a superação de uma velha dificuldade. Trata-se da associação à acusação sociológica dos grupos dominantes de uma acusação psicológica generalizada de seus membros. Os grupos controladores exercem controle sobre outros grupos e também sobre os seus próprios membros. Na verdade, a única forma pela qual um grupo qualquer pode perpetuar sua posição de controle social amplo consiste em produzir indivíduos absolutamente controlados em seu próprio seio. O controle dos membros do grupo é a garantia da manutenção do controle pelo grupo. Os verdadeiros controladores são apenas os que criam ou modificam as regras, ou ainda os que exercem controle sobre os criadores de regras. Alguns exemplos já abordados neste trabalho podem nos ajudar a visualizar essas relações. Na fictícia "Walden "" os verdadeiros controladores sociais são obviamente os Panejadores; na "Oceania", são os membros do Partido Interno. Nas prisões e hospitais psiquiátricos que empregam técnicas em modificação do comportamento, estes criam as regras, mas se encontram nitidamente sob o controle dos dirigentes dessas instituições. Abundantes ilustrações adicionais, de citação desnecessária, encontram-se nas manipulações de regras políticas pelos controladores totais no Brasil contemporâneo.

Uma importante tentativa de explicação psicológica para o sucesso do controle social amplo e rígido introduziu o conceito de "personalidade autoritária". Frenkel-Brunswik, que participou desse estudo analítico da ideologia nazista, assim discute algumas de suas hipóteses e descobertas:

Embora a ideologia como tal deva ser concebida como se originando na estrutura total e na história de uma dada sociedade, é a sua função psicológica que provê uma explicação de porque os ditadores são capazes de atrair seguidores espontâneos e genuínos acima e além do grau de adesão que poderiam obter através da compulsão, e porque aqueles que os seguem não se tornam desiludidos face a promessas materiais que jamais são concretizadas.

Esse sistema de idéias como expresso em uma ideologia não é, como Marx teria julgado, meramente uma superestrutura ou um epifenômeno; ela é a força formativa que molda e reduz à total sujeição aqueles a quem toca. Essas ideologias não somente apelam habilmente para as assim chamadas forças morais superiores por referência à glória, superioridade, honra e outras virtudes; elas também proporcionam escapes e dão permissão para a descarga de necessidades inferiores, especialmente a agressão, sob o pretexto de subordinação dessas necessidades ao exercício da indignação moral. Embora esteja obviamente fora de dúvida que razões oportunistas são de considerável importância no apelo totalitário, especialmente no que concerne a adequada instrumentalidade e adequadas relações meios-fim, muito do comportamento, notadamente por parte do ramo genuinamente entusiasmado dos seguidores, deve ser encarado como irracional.

Nossas descobertas mostram um paralelismo entre a organização social e a política do totalitarismo e a estrutura e funcionamento de pessoas que são suscetíveis a essa ideologia. Assim encontraremos em amostras estatísticas de tais pessoas uma preponderância mais ou menos pronunciada de mecanização, padronização, estereotipia, desumanização de contatos sociais, funcionamento parcial, rigidez, intolerância de ambiguidade e uma necessidade de absolutos, falta de individualização e espontaneidade, uma auto-ilusória profissão de ideais exaltados, e uma combinação de super-realismo com pensamento bizarro e mágico bem como "irracionalidade com oportunismo manipulativo".

Por um número de anos meus estudantes e eu coletamos materiais sobre percepção, raciocínio e imaginação e os relacionamos aos tipos de criação a que nossos sujeitos tinham sido expostos. A influência intimidadora, punitiva e paralisante de uma atmosfera familiar super-disciplinada e totalitária parece ter efeitos sobre o pensamento e a criatividade de crianças em desenvolvimento análogos àqueles que aparecem sob regimes sociais e po-

líticos totalitários. (...) Parece que pressões externas de caráter traumático, sejam elas passadas ou atualmente impostas, são capazes não apenas de fazer emergir personalidades autoritárias mas também de reforçar tendências autoritárias em pessoas que de outra forma teriam permanecido com uma mentalidade democrática. (Frenkel-Brunswik, 1974, p. 263-265)

Temos aqui, embora segundo uma perspectiva teórica diferente, uma boa descrição dos indivíduos máximos e verdadeiramente controlados. Note-se em especial o seguinte: os autoritários/controlados funcionam como instrumentos de controle coercitivo de outros indivíduos; são auto-reforçados pela idéia de "glória" e o sentimento de "defesa da moral"; possuem a história de reforço adequada para o desenvolvimento de uma hiper-sensibilidade ao reforço provido por autoridades superiores.

Depreendemos do que foi observado até agora que o processo de desenvolvimento dos verdadeiros controladores deve ser bem diverso do dos controladores intermediários. Oportunismo absoluto mais do que dever absoluto é o que lhes deve ter sido ensinado ou sutilmente sugerido durante sua socialização. Nenhum "caráter de sagrado" deve ter sido associado às regras e valores; nenhum "sentimento de culpa" deve ter sido gerado quando da transgressão das regras. Pelo contrário, o uso instrumental das regras com finalidades egoístas deve ter sido profusamente reforçado. Uma forte convicção quanto à própria capacidade de enfrentar os problemas de convívio interpessoal deve ter sido criada e continuamente confirmada. Certamente, são mais capazes aqueles indivíduos que têm as regras a seu serviço do que aqueles que são tolhidos por elas. Sob tal programa de reforço não é de surpreender que tais indivíduos adquiram uma grande habilidade na criação ou modificação de regras, na elaboração de estratégias para a sua imposição e no recrutamento dos impositores. Os verdadeiros con-

troladores não são rotuláveis como desviantes; quando transgridem uma regra, tratam de modificá-la de modo a que esta passe a favorecer o seu ato ao invés de se opor a ele. É, finalmente, através dessa caracterização que podemos justificar a afirmação anteriormente feita de que os verdadeiros controladores existem em qualquer classe ou grupo social. Obviamente, o campo de atuação de um verdadeiro controlador que não pertença ao grupo dominante é incomensuravelmente mais restrito; circunscreve-se à manipulação de regras que tenham validade apenas para o seu grupo particular. Eventualmente, ele pode expandir seu campo através de alianças com controladores mais poderosos, que concordem em alterar regras mais abrangentes de modo a favorecê-lo, desde que ele use o seu próprio poder para neutralizar regras emergentes de contra-controle engendradas no âmbito do grupo de controlados. A atuação dos "pelegos" sindicais na história brasileira recente parece constituir um bom exemplo de tais alianças.

Acreditando ter já arrolado os elementos conceituais relevantes para o equacionamento do problema proposto neste capítulo — identificação dos verdadeiros controladores e controlados ao nível individual-psicológico, sem perda da dimensão político-social do fenômeno do controle — tratemos agora de articulá-los criticamente. Iniciamos nossa excursão com a proposição, tomada de Lefcourt, de que a percepção por parte de um indivíduo de um controle interno ou externo de suas ações poderia condicionar a sua própria capacidade efetiva de exercício de controle sobre o ambiente. Posto que aquele autor apresentasse uma quantidade de resultados experimentais e ilustrações empíricas em apoio à sua tese, a fidelidade ao propósito original deste trabalho, qual seja o de demonstrar o alcance das formulações comportamentistas skinnerianas no trato da questão do controle social, orientou-nos

para a busca de uma interpretação alternativa daqueles dados. Trabalhava-se mesmo de inverter a própria direção de causalidade suposta por Lefcourt; o controle diferencial exercido pelo ambiente sobre dois indivíduos distintos é que eventualmente poderia produzir a percepção de um "locus de controle" interno ou externo. Skinner admite, na verdade, que o indivíduo possa em suas operações no ambiente transcender o controle exercido pelo contexto ambiental imediato, mas isso quer apenas dizer que ele se encontra sob o controle de suas experiências passadas de reforço ambiental. Diz Skinner acerca do auto-controle:

O auto-controle coloca a mesma questão que o auto-conhecimento: quem é o eu que controla e quem é o eu controlado? E, de novo, a resposta é a de que são repertórios de comportamento. (...) Os dois repertórios se distinguem muito facilmente no auto-controle ético. O eu controlado se compõe do que significativamente é chamado de comportamento egoísta, produto dos reforçadores biológicos aos quais a espécie chegou a se tornar sensível através da seleção natural. O eu que controla, por outro lado, se constrói principalmente por ação do ambiente social, que tem as suas razões egoístas para ensinar a uma pessoa a alterar o seu comportamento de maneira a que se torne menos aversiva, e, possivelmente mais reforçante para os outros.

A história pessoal repercute sobre o auto-controle de outras maneiras. O indivíduo que resiste a "submeter-se" em um campo de concentração, aquele que não se "quebra" ante os esforços em diminuir ou destruir sua dignidade ou sua identidade, transcendeu o contexto atual. Dizer que este indivíduo é capaz de infundir um sentido diferente a esse ambiente equivale simplesmente a dizer que ele está sob o controle mais poderoso da sua história. (1975 b, p. 162.164)

Perceber subjetivamente a si próprio como controlador ou como controlado, não é, assim, um critério suficiente para distinguir entre verdadeiros controladores e controlados. Pode muito bem ocorrer que um indivíduo nutra uma expectativa generalizada de controle interno, ou seja, que perceba os eventos como constituindo u

ma consequência das suas próprias ações, e talvez efetivamente o sejam, mas apenas na medida em que ele não se aventure além do repertório de condutas formalmente instituído como sistematicamente reforçável pelo seu ambiente social. Este é certamente um indivíduo controlado, embora sua auto-avaliação possa ser a de alguém auto-determinado e amplamente capaz de satisfazer suas próprias necessidades operando sobre o ambiente. A célebre "charge" em que um rato no interior de uma Caixa de Skinner diz para outro — "O-ba! Consegui condicionar esse cara! Cada vez que aperto esta placa para baixo, ele deixa cair um bocado de comida!" — retrata bem a precária capacidade de controle do pretensioso indivíduo do nosso exemplo. Por outro lado, pode também ocorrer que um indivíduo cordial e pouco assertivo desconheça o poder reforçador, e portanto causal, de suas respostas típicas sobre o comportamento dos demais, e assim receba inúmeros reforçamentos positivos sem chegar a se sentir responsável pela sua obtenção.

Abandonado, por ilusório, o critério da percepção do controle, restava-nos seguir a pista indireta da intencionalidade. Definida esta, em termos comportamentistas radicais, como o resultado da observação introspectiva de uma condição corporal produzida pelo reforço ambiental, pudemos falar de uma intenção de exercer o controle, uma intenção de resistir ao controle, uma intenção de sabotar o controle e uma intenção de aceitar o controle. Os verdadeiros controladores seriam, assim, aqueles que experimentassem a primeira dessas intenções; e os verdadeiros controlados, a última. Enquanto os comportamentos dos quais resultam essas duas intenções combinam-se para produzir efeitos de intensificação do controle social, os comportamentos subjacentes às duas outras intenções operam no sentido da restrição daquele controle.

Embora tenhamos inicialmente feito uso do conceito de

valores, rapidamente acabamos por nos fixar no conceito de regras sociais, que possibilitava uma abordagem mais objetiva e comportamental da questão da intencionalidade. A seguinte argumentação de Becker apoiou a estratégia adotada:

As regras específicas têm sua origem na quelas declarações de preferência vagas e generalizadas que os cientistas sociais frequentemente chamam de valores.

Os valores, entretanto, são guias pobres para a ação. Os padrões de seleção neles incorporados são gerais, dizendo-nos quais das várias linhas de ação alternativas seriam preferíveis, mantendo-se todas as outras coisas iguais. Mas raramente todas as outras coisas são iguais nas situações concretas da vida cotidiana.

Somente porque os valores são ambíguos e gerais, podemos interpretá-los de várias maneiras e deduzir muitos tipos de regras a partir deles. Uma regra pode ser compatível com um dado valor, mas regras amplamente diferentes podem ser deduzidas do mesmo valor. Além disso, as regras não serão deduzidas de valores a não ser que uma situação problemática induza alguém a fazer a dedução. Podemos achar que certas regras que nos parecem fluir em termos lógicos de um valor amplamente compartilhado nunca foram pensadas pelas pessoas que têm o valor, quer porque não surgiram situações e problemas que exigissem a regra, quer porque elas não estão conscientes que existe um problema. (p. 93-95)

Com efeito, as atividades de elaboração e reformulação de regras, pretextando a atualização de valores, com a função precípua de solucionar problemas de relações sociais, são nitidamente condutas operantes. A criação de regras produz consequências no ambiente social, que retroagem sobre o criador de modo a reforçar essa sua conduta. Os valores, amplamente compartilhados em uma dada sociedade, ou seja, ensinados pela comunidade verbal aos membros dos vários grupos e estratos sociais, constituem a matéria prima ideal a partir da qual, através de uma gama de artifícios semânticos instrumentais, são confeccionadas as regras. Na medida em que as regras invocam os valores como sua fundamentação explícita -

ta, e estes não são mais do que preferências apriorísticas e inquestionáveis, já suficientemente fixadas no repertório comportamental verbal da população de controlados, o controlador atual tem sua função grandemente facilitada. Possui à mão, já prontos, os reforçadores sentimentais para a conduta de imposição e de cumprimento das regras. Basta sugerir aos controlados que se administrem esses reforços ao seguirem as novas regras; eles se sentirão tão bem com isso, que passarão a operar mais e mais frequentemente no seu ambiente em consonância com aquelas regras. Sobre essa possibilidade de um auto-reforçamento acrítico, comenta Skinner (1975 b):

É possível que os efeitos privados comecem a exercer uma classe de controle mais preciso, e nesse caso se supera o problema dos acontecimentos privados ao qual faz frente a comunidade verbal. Então, o auto-controle se torna tão automático em sua dependência dos estímulos privados como os destros movimentos de um acrobata, mas ainda que estas contingências possam conduzir a uma efetiva auto-estimulação privada, não conduzem a um auto-conhecimento. Pode acontecer que sejamos tão inconscientes dos estímulos que utilizamos no auto-controle quanto dos que utilizamos quando fazemos piruetas. (p. 165-166)

Quanto à consideração da criação de regras como constituindo um comportamento operante, podemos nos valer da concepção skinneriana do comportamento criativo em geral:

De novo, a chave está no conceito de seleção. As mutações na teoria evolutiva são fortuitas, e as topografias de resposta que o reforço seleciona, se não são fortuitas, pelo menos não se relacionam necessariamente com as contingências sob as quais resultarão o selecionadas. E o pensamento criativo se relaciona amplamente com a produção de "mutações". Os escritores, artistas, compostiores, matemáticos, cientistas e inventores conhecem bem as maneiras explícitas de tornar mais provável a ocorrência do comportamento original introduzindo "mutações". Tanto o contexto quanto a topografia de comportamento podem ser variadas deliberadamente. (Skinner, 1975 b, p. 109)

Finalmente, e para assegurar uma continuidade com o próximo capítulo, cabe mostrar que o papel dos valores como estímulos verbais capazes de produzir uma estimulação interna auto-reforçadora do comportamento individual, e, por isso mesmo, espúria e amplamente empregados pelos controladores sociais conservadores, tem sido reconhecido por muitos autores revolucionários argutos. Uma dramática ilustração do poder de resistência desse tipo de auto-controle às iniciativas políticas de controle para a mudança social é dada pela seguinte passagem de Macciocchi (1977):

É a mística da ordem, da virtude, do dever cumprido, do código do "direito", da lei respeitada... e, desse ponto de vista, os partidos revolucionários sustentam a mesma linguagem, referindo-se aos mesmos "valores": família, virtude, moralismo bem-pensante, patriotismo. A moeda de dois centavos que ainda circula na França e que foi emitida no governo de Pétain, em 1944, leva a seguinte divisa: "Trabalho, família, pátria.". É sob essa bandeira, em torno da qual às vezes parecem reunir-se a direita e a esquerda, que se coloca ainda, quando não é rompida pela extrema-esquerda, a dominação da burguesia; a palavra "liberdade", utilizada por todos sem que seu conteúdo seja precisado — para quem? por que? em que sentido? — designa apenas a liberdade para que as massas construam, elas mesmas, sua própria prisão, não somente na cadeia da fábrica, mas também em torno de sua própria vida moral, de sua mentalidade de seres que renunciaram a ser "livres". Nesse sentido, a palavra de ordem de maio de 68, "gozem sem entraves", fez-se eco de um esforço feroz e inaudito de Gramsci, visando lançar as bases de uma moral revolucionária, contra as inibições e o farisaísmo da moral burguesa (cf. "Americanismo e Fordismo"). (p. 208)

O CONTROLE PARA A MUDANÇA SOCIAL

A última das acepções com que é empregado o termo "controle social", segundo a análise empreendida por Florestan Fernandes, encontra-se vinculada à produção da mudança social. Como vimos anteriormente, um autor (Lemert, s/d), chegou mesmo a considerar esse sentido (ou talvez possamos dizer, essa dimensão) do controle social como o mais característico da sociedade moderna, e propôs chamar-se a tal processo de "controle social ativo" para distingui-lo do "controle social passivo" de conservação da ordem social existente. Sustenta Lemert, em oposição à concepção de Merton da inovação como resposta desviada ou não conformista de determinados indivíduos, que ela, a inovação ou mudança, já se converteu em elemento organizado ou institucionalizado em nossa sociedade. Argumenta, enfaticamente, esse autor:

A inovação organizada nos brindou com uma tecnologia dinâmica que continuamente diferencia, socava e cria novos valores ou modifica a ordem de satisfação dos mesmos modificando os seus custos. O dinamismo da competição de subgrupos dentro das associações, destas dentro das coalizões e de coalizões de associações dentro da sociedade, com o fim de impor seus valores ou mantê-los em posições privilegiadas, não tem paralelo em nenhuma sociedade do passado. Isto requer que uma interpretação radicalmente diversa do controle social penetre no horizonte de nossa mente: "Ao invés de perguntar como a sociedade ordena e controla o indivíduo, os investigadores do controle social deveriam perguntar como a sociedade recebe sua organização e ímpeto da conduta de seus indivíduos". (p. 93)

Diz ainda Lemert que "inovar ou morrer" não é uma lema vazio para as organizações sociais de hoje em dia, quer se trate de uma gi -

gantesca empresa comercial, de um movimento de luta por um sistema de escolas paroquiais ou de um grupo de segregacionistas raciais entrincheirados. Todas as associações modernas planejam frequentes e abundantes mudanças em suas respectivas searas tecnológicas, e tomam providências funcionais de controle social para assegurar o atingimento desses fins redefinidos. Além disso, comumente chamam a esses planejamentos e a esses controles de racionais.

Mannheim foi outro sociólogo que se deu conta, já por volta de 1935, do acelerado ritmo com que a inovação tecnológica estava produzindo alterações sem precedentes não apenas na dimensão cultural material da sociedade européia, mas também em sua própria fisionomia moral, atingindo a natureza mesma dos sistemas de controle social. Criara-se, no entender de Mannheim, um nítido descompasso entre o desenvolvimento do moderno domínio técnico sobre a natureza e o desenvolvimento da capacidade moral do homem e de seu conhecimento da ordem e do controle social. A isso Mannheim se refere como uma "desproporção geral no desenvolvimento da capacidade humana", e lhe acrescenta um outro tipo ainda de desproporção:

... em nenhuma das sociedades mais complexas (...) o bom julgamento e a moralidade necessários ao domínio de problemas sociais e econômicos [são] igualmente distribuídos entre todos os grupos e classes. A esse segundo tipo de desproporção daremos o nome de "desproporção social" na distribuição da capacidade de racionale da capacidade moral na sociedade humana. (Mannheim, 1962b, p. 53)

Mannheim não opõe, na verdade, racionalidade a moralidade, e sim distingue entre racionalidade substancial e racionalidade funcional, assim como entre moralidade substancial e moralidade funcional. Aquelas que caracteristicamente tendem a se desenvolver conjuntamente na sociedade moderna são a racionalidade e a moralida-

de funcionais, em flagrante detrimento das substancialidades racional e moral. É "substancialmente racional um ato de pensamento que revele percepção inteligente das inter-relações dos acontecimentos de uma determinada situação" (Mannheim, op. cit., p. 63). A racionalidade funcional, por outro lado, designa tão somente "uma série de medidas organizadas de forma a levar a um objetivo previamente definido, recebendo todos os elementos dessa série de atos uma posição e um papel funcionais" (ibidem). As organizações sociais que se dizem racionais são, via de regra, racionais apenas neste segundo sentido. Mannheim é bastante explícito quanto às relações de prevalência entre os dois tipos de racionalidade na sociedade industrial:

A industrialização crescente, na verdade, implica na racionalidade funcional, isto é, na organização da atividade dos membros da sociedade em função de finalidades objetivas. Não promove, nas mesmas proporções, a "racionalidade substancial", ou seja a capacidade de agir com inteligência numa determinada situação à base da percepção própria da inter-relação dos acontecimentos. (op. cit., p. 68)

A par de uma ampla difusão de tal processo de racionalização funcional através de todas as esferas da vida social, fazendo mesmo com que a capacidade de julgamento racional do homem médio venha declinando acentuadamente, substituída que é por um processo contínuo de ajustamento às exigências de atuação funcional, também se observa a extensa propagação de uma moralidade funcional legitimadora. Na moderna sociedade de massas, o cidadão comum pratica de modo desenvolto, e até cultua ostensivamente, uma moralidade do tipo "razão de estado", que anteriormente permanecia secretamente circunscrita às clínicas elites dominadoras. O seguinte trecho de Lemert demonstra bem isso:

As normas sociais que os agentes individuais de controle social dentro das organiza-

ções estão obrigados a fazer cumprir ou seguir frequentemente se convertem em alternativas funcionais para alcançar fins. Esses indivíduos tratam de obter a conformidade a normas que eles próprios não compartilham ou passam por alto as que reconhecem, segundo as disponibilidades dos meios de controle, os custos da ação e a competição de valores dentro e fora do organismo de controle. (p. 93)

Tudo indica que este quadro retrata ainda, senão agravado, o estado típico das sociedades contemporâneas complexas. As iniciativas de controle multiplicam-se contínua e desordenadamente, provenientes das mais diversas fontes de influência social. Por paradoxal que possa parecer, nosso estado presente é o da mudança social incessante. E não existe possibilidade, ou pelo menos não se vislumbra qualquer perspectiva, de estagnação ou recuo espontâneos desse processo. As inovações tecnológicas é que determinam em grande parte a intensificação e o fracionamento dos episódios de controle social para a mudança, e estas parecem ter chegado a adquirir plenas condições de geração autônoma.

Devemos, então, nos perguntar agora: como os pensadores sociais interpretam ou avaliam essa situação? Como não poderia deixar de acontecer em tal sociedade pluralista instável moderna, as avaliações são muitas e variadas, frequentemente mesmo conflitivas ou inconciliáveis. Os julgamentos críticos se distribuem por diversas "famílias de reações" que podemos, apenas grosseiramente, caracterizar como: apologia do pluralismo e aceitação da "realidade", resignação fatalista e o oposto otimismo do tipo "melhores dias virão", pseudo-condenação ou condenação oportunista, condenação radical, propostas de replanejamento corretivo, e talvez algumas outras mais. Foge, obviamente, ao escopo e/ou ao fôlego do presente trabalho a apreciação metacrítica de cada uma dessas reações. Nossa atenção será focalizada exclusivamente sobre as propostas de replanejamento, ou seja, sobre o processo de

controle social no âmbito da mudança social planejada. Identifiquemos apenas, para efeitos de ilustração e exclusão, certos representantes de algumas dessas famílias. A atitude de condenação radical, por exemplo, englobaria todas as formas de anarquismo e, em particular, o aparentemente paradoxal anarquismo marxista de Marcuse e outras formulações de "psicanálise negativa" da Escola de Frankfurt. A pseudo-condenação seria representada principalmente pela mui festejada "psicologia humanista", a qual, Rogers em especial, segundo Roux (1978), não faz mais do que denunciar genericamente o cerceamento do indivíduo pelo exercício de papéis sociais e oferecer uma receita psicologista de liberdade entre as quatro paredes do "laboratório de sensibilidade". Para ilustrar a apologia do pluralismo e a aceitação da "realidade" poderíamos citar Popper na defesa da sociedade aberta e de seu processo evolutivo de pequenos ajustes graduais. Finalmente, arrolaríamos entre os propositores do replanejamento explícito — Marx, Mannheim, Skinner. A rigor, não trataremos da teoria e da "praxis" revolucionárias de Marx, preferindo nos fixar nas propostas reformistas, mais articuláveis entre si, da sociologia de Mannheim e da psicologia de Skinner.

Antes, entretanto, de explorar os argumentos específicos desses dois autores, parece relevante buscar em Popper sua caracterização dos inimigos da sociedade aberta, para fins de posterior comparação com aqueles argumentos e as circunstâncias culturais de sua produção. Para Popper (s/d), a origem da situação da sociedade ocidental contemporânea, como herdeira cultural que é da Grécia Antiga, deve ser buscada no próprio desenvolvimento histórico desta última. O marco fundamental teria sido a passagem do tribalismo para o humanitarismo, da sociedade fechada para a sociedade aberta, cujo primeiro passo fora justamente dado na

evolução da cultura grega. Segundo Popper, o que caracterizava a sociedade fechada era uma "atitude mágica face ao costume social":

Seu principal elemento consiste na falta de diferenciação entre as uniformidades convencionais proporcionadas pelo costume da vida social e as uniformidades provenientes da "natureza", e isso vem acompanhado, frequentemente, da crença de que ambas são impostas por uma vontade sobrenatural. (...) Quando falamos da rigidez do tribalismo, não queremos com isso dizer que não possam se produzir mudanças nas formas de vida tribal. Queremos antes significar que as mudanças, relativamente pouco frequentes, têm o caráter de conversões ou reações religiosas, com a consequente introdução de novos tabus mágicos. Não se baseiam, pois, em uma tentativa racional de melhorar as condições sociais. (p. 266-267)

Na sociedade aberta, por outro lado, os indivíduos devem adotar decisões pessoais, subtraídas à vontade sobrenatural, e conduzidas em um contexto de relações grandemente abstratas. Uma sociedade abstrata é uma sociedade que perdeu o caráter de grupo concreto de homens ou de sistema de grupos concretos. Sobre algumas das implicações da passagem à sociedade aberta, no que se refere à abstração dos relacionamentos, comenta Popper:

Na sociedade moderna existe muitíssima gente que tem pouco ou nenhum contacto pessoal íntimo com outras pessoas e cuja vida transcorre no anonimato e no isolamento e, por conseguinte, no infortúnio. Com efeito, se bem que a sociedade tenha se tornado abstrata, a configuração biológica do homem não mudou consideravelmente; os homens têm necessidades sociais que não podem satisfazer em uma sociedade aberta. (...) Mas a maioria dos grupos sociais concretos de uma moderna sociedade aberta (com exceção de alguns ditos grupos familiares) são pobres substitutos, dado que não proporcionam uma vida comum. E muitos deles não cumprem nenhuma função na vida da sociedade considerada em seu conjunto. (p. 271-272)

Mas, a par desses inconvenientes, Popper aponta a existência também de vantagens na sociedade aberta: o surgimento de um novo tipo de relações pessoais, travadas livremente e não determinadas

pelas contingências de nascimento; a atribuição de um papel maior aos vínculos espirituais onde se debilitaram os vínculos biológicos ou físicos. A passagem à sociedade aberta não foi uma opção consciente; decorreu inexoravelmente do crescimento da população e da tensão social que a acompanhou. E, desde então, o estado de tensão passou a caracterizar a vida em sociedade — a tensão da civilização. Popper expressa-se assim a esse respeito:

Esta tensão, esta inquietude, são consequências da queda da sociedade fechada, e ainda as sentimos na atualidade, especialmente em épocas de mudanças sociais. É a tensão criada pelo esforço que nos exige permanentemente a vida em uma sociedade aberta e parcialmente abstrata, pelo afã de sermos racionais, de superarmos pelo menos algumas de nossas necessidades sociais emocionais, de cuidarmos de nós mesmos e de aceitarmos responsabilidades. Em minha opinião devemos suportar esta tensão como o preço pago pelo incremento de nossos conhecimentos, de nossa racionalidade, da cooperação e ajuda mútua e, em consequência, de nossas possibilidades de sobrevivência e do número da população. É o preço que devemos pagar para sermos humanos. (p. 274)

E quais são os inimigos da sociedade aberta? A resposta é: todos aqueles que propõem a volta à sociedade fechada, à harmonia indiferenciada entre o mundo físico e o social, à "justiça natural" da desigualdade entre os homens, à primazia do interesse coletivo sobre a iniciativa individual. São aqueles que preconizam a detenção das mudanças sociais como a maneira de escapar à tensão da civilização. Para Popper, Platão teria sido o mais típico representante dos inimigos da sociedade aberta ou democrática. Diz aquele autor:

A lição, pois, que devemos aprender de Platão é o oposto exato do que ele tratou de nos ensinar. E é uma lição que não se deve esquecer. Apesar de todo o acerto do diagnóstico sociológico de Platão, seu próprio desenvolvimento demonstra que a terapêutica recomendada é pior ainda do que o mal que se tra-

ta de combater. O remédio não reside na detenção das transformações políticas, pois esta não pode nos recuperar a felicidade. Jamais poderemos retornar à presumida inocência e beleza da sociedade fechada; nosso sonho celestial não pode se realizar na terra. Uma vez que começamos a confiar em nossa razão e a utilizar as faculdades da crítica, uma vez que experimentamos o chamado da responsabilidade pessoal e, com ela, a responsabilidade de contribuir para o aumento de nossos conhecimentos, não podemos admitir a regressão a um estado baseado na submissão implícita à magia tribal. Para aqueles que tenham se nutrido na árvore da sabedoria, o paraíso foi perdido. (...) Não existe o retorno a um estado harmonioso da natureza. Se dermos a volta, teremos que percorrer todo o caminho de novo e retornar às bestas. (...) Mas se quisermos continuar sendo humanos, então só haverá um caminho, o da sociedade aberta. Devemos prosseguir em direção ao desconhecido, ao incerto e ao instável, servindo-nos da razão de que possamos dispor, para procurarmos a segurança e a liberdade a que aspiramos. (p. 311-312)

É precisamente contra este tenso pano de fundo da sociedade aberta, em seu momento atual de marcha através do desconhecido, do incerto e do instável, que devemos decalcar, para analisar criticamente, as propostas reformistas de amplo replanejamento social e, particularmente, as novas técnicas de controle social que se supõe sejam capazes de viabilizar as mudanças planejadas. Observe-se, aqui, que não interpretamos a profecia popperiana no sentido estrito de que nenhum tipo de intervenção disciplinadora deva ser tentado em relação ao processo em curso de desdobramento da tensão civilizatória, isto é, que as mudanças sociais espontâneas (porque oriundas de múltiplas e diversas iniciativas individuais) constituam a única forma de busca incerta e racional da segurança e da liberdade. Consideramos que as propostas de planejamento social, na medida em que estão emergindo de um contexto social pluralista e instável, constituem elas próprias, efetivamente, iniciativas individualizadas. Além disso, tais iniciativas particulares não podem legitimamente ser encaradas como pro-

postas de retorno à sociedade fechada, porquanto o que mais as caracteriza é o estabelecimento de relações sociais igualitárias, pensadas abstratamente e não em termos de recomposição de grupos primários de solidariedade biológica incondicional. Não se percebe nessas propostas nenhum laivo de ingênua nostalgia pela inocência perdida, de negação ou desvalorização do caminho já percorrido, de detenção das mudanças. Pelo contrário, o que se prega é justamente a intensificação da mudança social a um grau ainda não inteiramente imaginável; sua orientação é para o futuro incerto e desconhecido, não para um passado romântico e alienadamente reconstituído. De igual modo, não se faz a apologia do presente (que dentro em breve será passado), com seu desordenado e multifacetado sistema de controle social, que frequentemente é por outros apresentado como isento de controle, como a imagem mesma da "liberdade conquistada pela nossa era". As concepções reformistas amplas declaram não engolir essa balela. Conquanto constituam elas próprias produtos da sociedade pluralista contemporânea, não se dedicam à exaltação do pluralismo inconsequente e da instabilidade; esta seria, na verdade, uma atitude de detenção da mudança social, de contribuição para a perpetuação do estado presente da sociedade. Efetivamente, como já foi notado antes, o estado da sociedade moderna é de incessante mudança desordenada, e defender o prosseguimento dessa mudança do tipo "laissez-faire" significa manter imutável, segundo uma perspectiva mais global, a fisionomia dramática da vida social; significa opor-se a mudanças de outra qualidade, e, por isso mesmo, verdadeiras mudanças.

Mannheim(1973) é taxativo quanto à necessidade de se enfrentar o desafio da planificação. Diz ele:

Estamos vivendo em uma época de transição do "laissez-faire" para uma sociedade planejada. A sociedade planejada que surgirá poderá revestir-se de uma dentre duas formas:

será regida quer por uma minoria em condições ditatoriais, quer por uma nova forma de governo, que, a despeito de seu poder acrescido, ainda será democraticamente controlada. (p.13)

A tarefa a que Mannheim se propõe em duas de suas obras — "Diagnóstico de Nosso Tempo" e "O Homem e a Sociedade" — consiste, portanto, em demonstrar a viabilidade do controle democrático em uma sociedade planejada, ou, em seus próprios termos, da "planificação para a liberdade". Permitamo-nos a transcrição literal de alguns de seus argumentos mais significativos:

As principais mudanças que hoje estamos testemunhando podem, em última instância, ser atribuídas ao fato de estarmos vivendo em uma Sociedade de Massas. O governo das massas não pode ser exercido sem uma série de invenções e aperfeiçoamentos no campo das técnicas econômicas, políticas e sociais. Por "Técnicas Sociais" compreendo o conjunto dos métodos que visam a influenciar o comportamento humano e que, quando nas mãos do Governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social.

A razão porque dou tanta ênfase a essas técnicas sociais é elas limitarem a direção em que a sociedade moderna pode acabar desenvolvendo-se. A natureza de tais técnicas é ainda mais fundamental para a sociedade do que a estrutura econômica ou a estratificação social de uma dada ordem: com seu auxílio, pode-se entrar ou remodelar o funcionamento do sistema econômico, destruir classes sociais e instalar outras no lugar delas.

Denomino-as técnicas porque, como todas as técnicas, não são boas nem más em si mesmas: tudo depende do uso que delas se faz em função da vontade humana. (Mannheim, 1973, p. 13-15)

Embora considere as técnicas sociais como neutras, Mannheim reconhece que, na medida em que tendem a fomentar a centralização, e-las favorecem, por conseguinte, o domínio da minoria e a ditadura. Sua tese é, entretanto, a de que não existe a possibilidade de opção de usá-las ou não; temos que fazê-lo para sermos eficientes e nos tornarmos aptos à sobrevivência. Vejamos como ele próprio se expressa a esse respeito:

O estabelecimento gradual de posições-chave na sociedade moderna tornou o planejamento não só possível como inevitável. Processos e fatos não são mais a resultante da natural reciprocidade de ações entre pequenas unidades autônomas. De fato, os indivíduos e suas pequenas empresas não mais atingem um equilíbrio através da competição e do ajustamento mútuo. Nos vários ramos da vida econômica e social, há imensas combinações, unidades sociais complexas, que são demasiadamente rígidas para se reorganizarem por conta própria, e, portanto, têm que ser governadas por um centro.

A maior eficiência, sob muitos aspectos, de Estados totalitários, não se deve meramente, como se crê em geral, à propaganda mais eficaz e espalhafatosa, mas também à sua percepção insistente de que a sociedade de massas não pode ser governada por técnicas de tipo caseiro, que eram adequadas a uma época de artesanato. (op. cit., p. 15-16)

Em outra parte, Mannheim circunstancia em termos mais rigorosamente antropológicos a sua assertiva de que a sociedade contemporânea caminha inexoravelmente para uma era de planificação ampla:

Os primeiros traços de pensamento, que ainda revelam a relação entre o comportamento animal e as formas primitivas de pensamento humano, caracterizam-se, pelo que podemos ver hoje, pela descoberta ocasional, [em] seguida (...) [a] tentativa e erro. (...) A função do pensamento é, então, lembrar-se da solução correta assim descoberta. (...) Para preservar o achado, não há necessidade de um conhecimento preciso do meio que provocou a adaptação. Basta apenas que as prescrições positivas e tabus estabelecidos pelos ancestrais da tribo, na base de tais descobertas, sejam fielmente respeitados.

Grande progresso se fez em relação a esse tipo de raciocínio determinado pela "descoberta ocasional", quando as ferramentas e as instituições foram modificadas conscientemente e dirigidas no sentido de objetivos particulares. Essa fase da história do pensamento pode ser denominada de fase da "invenção". Nesse nível, o homem tinha de imaginar um objetivo definido e pensar antecipadamente em como distribuir suas atividades, num determinado período, com esse objetivo em vista.

Estamos hoje, em grande parte, vivendo ainda nessa fase. Mas as tensões que marcam nossos objetivos conscientes dentro do campo

mais amplo das forças de seleção natural, nos estão gradualmente compelindo a passar a uma outra fase. Falaremos de "planificação" e do "pensamento planificado" quando o homem e a sociedade passam da invenção deliberada de objetivos e instituições isolados para a regulamentação deliberada e o domínio inteligente das relações entre esses objetivos. (...) O elemento mais essencial na abordagem planificada é o fato de que ela não só considera as finalidades e os limitados objetivos individuais como também prevê os efeitos que essas finalidades terão, com o tempo, sobre os objetivos mais gerais. A planificação não se limita apenas a fazer uma máquina ou organizar um exército, mas procura ao mesmo tempo imaginar as modificações mais importantes que é possível provocar na totalidade do processo social. (1962b p. 162-163-164-166).

Deixemos ecoar por algum tempo as últimas palavras da citação anterior "... imaginar as modificações mais importantes que é possível provocar na totalidade do processo social". Mannheim (1962b), obviamente, não realiza de modo cabal essa operação, por ele próprio proposta na década de 30, mas de viabilização prevista somente para os estágios mais avançados da sociedade planificada. Numerosas observações críticas quanto à planificação, tanto em termos de suas condições necessárias quanto de suas implicações, são, entretanto, já proporcionadas nessa obra. Destaquemos, algo esquematicamente, algumas delas, para fins de articulação com as proposições psicológicas skinnerianas que deverão ser trazidas à baila em seguida:

(1)- A planificação é teoricamente possível, na medida em que a tensão entre a teoria e a prática nas questões sociais já está sendo superada pela importância atualmente concedida à investigação dos "principia media", ou seja, leis especiais (decorrentes da atuação de vários fatores universais em combinações únicas) que regem regularmente as relações de determinada fase histórica em um ambiente social determinado.

(2)- A descoberta dos "principia media" que estejam operan-

do em uma dada configuração social só é possível em termos de uma atitude experimental, inicialmente qualitativa, que os apreenda "in statu nascendi" através de um método de análise que trate o horizonte de expectativas como um horizonte aberto e não como um mapa que exponha fatos já estabelecidos. A interpretação "post-mortem" da História e a atitude profética dos políticos são inerentemente incapacitadas para a planificação social.

(3)-A planificação só pode ser desencadeada a partir de posições-chaves na sociedade, onde os "principia media" finais do processo social possam ser moldados segundo a vontade de seus ocupantes. Segue-se daí que a planificação exige não só a capacidade teórica de intervir, mas também a existência de uma possibilidade política de intervir. Sobre esta última, Mannheim tece os seguintes comentários críticos:

Ora, essa "vontade de planejar" não pode ser limitada ao indivíduo. Não é necessário, por outro lado, que o impulso original seja dado pela maioria. As minorias podem tomar a liderança nas decisões da vontade coletiva e na realização de uma reconstrução social. Devido à tendência de centralização das modernas instituições econômicas, políticas, administrativas e culturais, as minorias, quando obtêm o poder, podem usar essa máquina. Já mostramos, porém, ser esse o paradoxo do período de reconstrução: os grupos que buscam realizar a nova sociedade ainda conservam a antiga perspectiva e tentam planificar unilateralmente para si ou para os grupos que representam. Por isso, criam uma contradição dupla em seu esquema. Primeiro, querem um sistema totalitário em benefício de determinado interesse, ou seja, tornar o planejamento, que só é possível para o bem de todos, útil aos interesses de grupos particulares. Segundo, para provocá-lo intensificam a concorrência e a luta pelo poder a um grau máximo, estimulando com isso o processo não planejado e irracional da seleção natural. (p. 206)

Sem ser excessivamente otimista, Mannheim mantém, entretanto, viva a crença na possibilidade de que existam tendências no sistema social, que adequadamente orientadas pelas minorias, tornem possí

vel provocar uma modificação do pensamento e da vontade dos ocupantes das posições-chaves. Um sintoma da existência dessas tendências pode ser verificado, por exemplo, no fato de que o capitalismo, apesar de suas motivações intrínsecas de lucro e acumulação, tenha recentemente, a partir de posições-chaves, intensificado as atividades de assistência social.

(4)- Sob o título de "O Problema de Transformar o Homem", ou seja, transformar seu "pensamento" e sua "vontade", de modo a capacitá-lo à direção e à vida em uma sociedade planificada, são analisadas e enfatizadas as possíveis contribuições das correntes psicológicas "pragmatista", "behaviorista" e "psicanalítica". Considerando que o foco do nosso interesse no presente trabalho incide apenas sobre a segunda daquelas posições, e que, à época em que "O Homem e a Sociedade" foi escrito, o behaviorismo existente era bastante diferente do que é conhecido em nossos dias, preferimos deixar aqui uma lacuna a ser posteriormente preenchida pelas propostas skinnerianas de planejamento cultural. Registremos apenas, para fins de futura comparação com as possibilidades da "análise experimental do comportamento", um trecho da avaliação de Mannheim:

"Behaviorismo" é um produto típico do pensamento no estágio da sociedade de massas em que se torna mais importante, do ponto de vista prático, calcular o comportamento médio da massa do que compreender os motivos privados do indivíduo, ou transformar a totalidade da personalidade. Nesse sentido o behaviorismo pertence essencialmente à primeira fase da planificação, quando na esfera da conduta individual, buscamos provocar reações que serão "corretas" e adequadas a uma sociedade totalmente organizada, sem, porém, transformar a personalidade como um todo, ou mesmo tentar adaptar a personalidade a uma sociedade modificada sob todos os aspectos. (p. 224-225)

(5)- Além de se possuir a capacidade de transformar o homem,

é preciso tomar a decisão de fazê-lo, e é precisamente a partir deste ponto que surge a nossa característica atitude ambivalente em relação ao planejamento. Para Mannheim, essa atitude deve ao fato de sermos filhos de uma época de transição, marcada pela aversão liberal de intervir nos assuntos humanos e pela paixão da experiência ansiosa por explorar as novas possibilidades da natureza humana. Diz ele: "No fundo, temos medo de assumir a responsabilidade" (p. 249), mas acrescenta, confiantemente:

Essas reações à insegurança objetiva serão substituídas por outras tão logo uma técnica social mais aperfeiçoada possibilite regulamentar certas esferas da vida. Num período relativamente curto, esse senso de responsabilidade pessoal aumentará, especialmente nos setores controlados. Assim, é bem provável que os cidadãos de uma época futura bem planificada considerem nossa ansiedade em relação ao problema do domínio intelectual de nosso destino social e nossa relutância em criar novas formas de organização social como os últimos vestígios de um estado de espírito obsoleto. (p. 250)

(6)- Finalmente, cumpre observar que no momento presente, na fase de transição para a sociedade planejada, um dos principais problemas a ser enfrentado é ainda a atitude de reação a tal empreendimento cultural. Vejamos alguns dos argumentos com que, em várias partes, Mannheim faz frente a essa reação. Notemos, logo na primeira passagem transcrita, a coincidência de sentido com a profecia popperiana:

Os pensadores românticos foram os primeiros a compreender que uma modificação fundamental estava ocorrendo em nossa perspectiva, e alarmaram-se profundamente pelo aparecimento do novo espírito técnico.

Mas o ataque romântico é injusto para com as novas formas de pensamento, deixando de reconhecer sua necessidade, ou de ver como estão profundamente enraizadas no processo social. Será de visão curta se não compreender que quanto mais forte o impulso de modificar a sociedade, maior número de pessoas

são obrigadas a pensar de coisas que antes aceitavam passivamente, em termos de função. Devemos repetir que a aplicação dos métodos científicos às relações humanas não é puramente arbitrária: nossa sociedade tem sido levada à planificação pela herança de regulamentações acumuladas no passado. Uma vez tomadas as medidas preliminares, não podemos fugir à tarefa de adquirir suficiente conhecimento técnico para dirigir a máquina social, ao invés de nos deixarmos esmagar sob suas rodas. (p. 251-252)

Os experimentos de laboratório, contra os quais são frequentemente assestadas as baterias da reação, merecem também uma defesa da parte de Mannheim:

As pesquisas relacionadas com a transformação e modelação do comportamento humano representam outro setor da técnica social. Embora essas investigações e experiências se tenham confinado até agora principalmente ao laboratório, seu significado real só se tornará aparente quando forem estudadas no contexto social em que realmente ocorrem. A vantagem da experiência artificial é ser mais fácil de isolar os diferentes fatores sob essas condições e estabelecer as correlações entre os estímulos específicos e seus efeitos. Quanto mais sabemos a respeito deles, mais claros e mais capacitados serão nossos estudos de campo e nossas investigações históricas. (p.256)

Quanto ao receio, muitas vezes manifestado, de que o homem venha a perder sua "espontaneidade" e "naturalidade", ou seja, que venha a se tornar tão "artificializado" que termine por eliminar qualquer vínculo com a própria natureza, Mannheim pacientemente nos relembra o seguinte:

Nem mesmo o maior perito da técnica social imagina que pode criar os processos psicológicos e sociais elementares. Quanto maior o seu conhecimento, mais claramente verá que o verdadeiro progresso na técnica social significa uma utilização mais cabal, um domínio sempre crescente, do material original. A habilidade não nos fará inumanos, mas sim humanos num sentido mais profundo. Somente os que julgam ser "natural" a fase presente da sociedade porque nela nasceram, se oporão ao verdadeiro planejamento, deixando passar completamente despercebido o fato de que essa pre -

tensa naturalidade é produto ocasional da interferência espasmódica no curso dos acontecimentos sociais e no desenvolvimento do indivíduo — interferência que habitualmente provoca mais mal do que bem, por não ser aplicada conscientemente. A inabilidade da nossa sociedade, em que diferentes instituições feitas pelo homem se chocam e diferentes códigos continuamente levam a conflitos, reflete-se na maré crescente das neuroses no indivíduo e cresce nas relações internacionais. (p. 277)

E, ainda, em outra parte:

Uma sociedade planejada em princípios firmes será muito mais natural em seus métodos de adaptação do que uma sociedade relativamente primitiva, que tenha embaralhado todas as suas técnicas sociais. (...) A época vitoriana, por exemplo, com seu conhecimento primitivo da natureza da sociedade industrializada, estimulou o culto do que não era natural, ao passo que a moderna sociedade de massas, apesar de sua maior organização, tende a estimular seus cidadãos a um retorno à natureza por meio de uma cultura física sistemática, do esporte e do ar livre. (p. 322-323)

No que se refere ao delicado tópico da liberdade individual, e em particular da liberdade de escolha, uns poucos fragmentos do discurso de Mannheim são suficientes para demonstrar a fragilidade de tais reações:

A renúncia à liberdade absoluta de escolha — se necessária — não pesará demais sobre o consumidor, principalmente porque a maior parte da população nunca dispôs dessa liberdade de escolha, tendo sido forçada pela pobreza a comprar artigos padronizados. Há uma enorme diferença entre as invenções técnicas que constituem um verdadeiro progresso científico e as que apenas satisfazem um desejo de variedade. (...) Essa ansiedade de variação não é intrínseca à natureza humana, mas sim produto do estímulo constante, criado pela concorrência anárquica. (...) Não devemos perder de vista o princípio vital de que numa sociedade democraticamente planejada é possível traçar uma linha divisória entre as esferas a serem padronizadas em obediência à planificação, e as outras, onde a liberdade individual será permitida sem perturbar o plano. É bastante fácil viver em casas padronizadas, possuir um rádio padronizado e dirigir um carro padronizado, sem se tornar tam -

bém intelectualmente padronizado. (p. 356-357)

O próprio âmago sociológico das discussões ingênuas acerca da liberdade é atingido por Mannheim na seguinte passagem:

Que utilidade tem a liberdade de ensino e aprendizado para um pobre que não dispõe dos meios nem do tempo para adquirir a educação necessária? Que utilidade tem a liberdade de escolher uma filosofia de vida, de formar opiniões, se os mecanismos sociológicos de nossa sociedade criam a insegurança, ansiedade, neurose, que nos impede de tomar decisões judiciosas e racionais?

Os que se apegam às formas de liberdade habituais à fase de invenção, respondem: "Que utilidade tem a melhor ordem social, se for simplesmente imposta ao indivíduo, e dele não puder escapar? Que utilidade têm as melhores instituições se eu não tiver liberdade de viver minha própria vida? Prefiro encontrar minha solução, mesmo inadequada, para uma situação difícil, do que ser encaixado no molde de uma situação, por melhor que seja a sua forma".

Esse antagonismo mostra claramente que a questão só é insolúvel porque o conceito de liberdade da segunda fase foi aplicado à terceira. É impossível desejar uma sociedade racional e planificada sem abandonar o luxo da interferência arbitrária, tal como era impossível para o indivíduo na fase da invenção preservar seu desejo de uma espontaneidade absoluta de adaptação. (p. 385)

O caráter grandemente abstrato da sociedade planificada constitui um outro alvo preferido de ataque por parte dos que se opõem à mudança. A principal acusação é a de que as relações humanas tendem a se tornar cada vez mais impessoalizadas, como já prenunciado mesmo pela própria burocracia da atual sociedade de massas. Isso é, certamente, reconhecido por Mannheim, que trata, entretanto, de descortinar as facetas positivas dessa situação:

Não nos devemos esquecer que até o advento da burocracia, a idéia de uma justiça impessoal e acima das classes não podia surgir, já que a liberdade numa sociedade hierárquica se definia em termos de "liberdades", dos privilégios concedidos às varias classes. O crescimento dessa nova objetividade não sig-

nificou necessariamente, como pareceu à primeira vista, que as relações humanas se deviam tornar impessoais e não-emocionais. O novo conceito de justiça objetiva pôde desenvolver-se de forma que a emoção se ligou ao tratado do caso, e não ao indivíduo auxiliado. A objetividade e emoção se combinam, ao invés de ser mutuamente exclusivas. A assistência tornou-se institucional, e em consequência, o homem moderno prefere ter seus direitos e deveres claramente definidos, ao invés de receber um favor pessoal. Preferimos uma enfermeira de hospital cuja simpatia se evidenciou pelo cuidado pessoal, a outra que seja muito íntima e maternal. Dessa forma, a ascensão da burocracia criou uma necessidade antes desconhecida — a necessidade de que nossos assuntos pessoais sejam tratados impessoalmente. (p. 331)

O aparente paradoxo da solidariedade humana tornada impessoal e objetiva a um alto grau pode ser, hoje em dia mesmo, observada nas relações terapêuticas, como ilustra Mannheim:

A um representante da geração mais antiga, as relações psicanalíticas entre paciente e analista devem parecer totalmente fora do natural, e uma manipulação quase absurda de atitudes libidinosas. Para ele, deve parecer uma contradição que alguém ofereça publicamente serviços para os quais uma "transferência" é essencial. (p. 334)

Para concluir esta breve caracterização das propostas de Mannheim quanto ao planejamento social amplo, parece interessante ressaltar que o autor não professa uma fé ingênua em um fatal advento da planificação democrática. Sustenta ele que "nossa democracia tem de tornar-se militante para poder sobreviver", e "só se torna militante na defesa dos procedimentos corretos e aprovados de mudança social, assim como das virtudes e valores básicos — como amor fraterno, ajuda mútua, decência, justiça social, liberdade, respeito pela pessoa humana, etc — que constituem a base do funcionamento pacífico de uma ordem social" (1973, p. 20). Isto quer dizer que, no processo consciente de construção da sociedade planificada, não deve ser tentado nenhum expediente que se

afaste um mínimo sequer das regras de procedimento democrático . A conquista das posições-chaves pela força, mesmo que por parte de "homens de bons princípios", tenderá mais provavelmente a conduzir à planificação totalitária. Os sistemas de controle vigentes na sociedade democrática moderna são os que devem ser usados para provocar a mudança rumo à sociedade planificada do futuro. Uma das principais razões para que se faça assim é a de que os meios de controle só poderão ser aperfeiçoados através de seu próprio uso, e em contínuo equilíbrio com a evolução das sutis medidas de contra-controle que caracterizam os regimes democráticos.

Mannheim é, assim, efetivamente um reformista, não um revolucionário; não crê na existência de antagonismos de classe absolutos, e suspeita que as perdas provocadas por uma revolução e a sempre possível ditadura subsequente talvez não compensem as reconhecidas desvantagens de uma adaptação mais lenta. É importante, entretanto, lembrar que Mannheim elaborou as idéias aqui exploradas em uma época em que começava a florescer o nazismo alemão, o regime soviético consolidava sua feição totalitária, e o próprio autor travava contacto mais íntimo com o parlamentarismo britânico, que passou a considerar como o paradigma de democracia capaz de vir a realizar o seu projeto de planificação social. De qualquer modo, uma última transcrição, referente à formação das lideranças capazes de conduzir à sociedade planejada do futuro, ilustra bem os desafios a serem enfrentados pelo incerto e insistente gradualismo que ela propõe:

Uma sociedade estática desigual, mais ou menos semelhante à de castas, pode aprovar o cultivo e sublimação das personalidades da classe dominante como uma espécie de guarda avançada. Nessas circunstâncias, é provável que tais grupos líderes só terão de mostrar o seu valor na atmosfera especial da classe dominante. Por outro lado, o novo método de pre

paro da elite apenas pela educação e de dentro para fora enfrenta a tarefa paradoxal, mesmo quando inteiramente bem sucedida, de desenvolver pioneiros que continuarão completamente equilibrados apesar da estrutura externa e das condições médias da sociedade existente. Esperaremos, portanto, dessas elites algo que uma sociedade estática não exigia, ou seja, que mantenham sua personalidade e estabilidade de caráter mesmo num ambiente incerto e em situações totalmente imprevisíveis. A única solução, no caso, é encontrar uma forma de tornar esses pioneiros tão dóceis, adaptáveis e decisivos que apesar da ampla perspectiva dada pela sua educação, e de uma personalidade avançada em relação à época, continuem a existir nos altos e baixos de um mundo revolucionário. Será necessário, portanto, combinar a firmeza de propósitos e uma política de visão ampla com uma capacidade incomum de adaptação e ação. (1962 b, p. 237)

Tentemos, agora, promover efetivamente a já projetada articulação da análise de Mannheim do planejamento social com a de Skinner. Podemos, para esse fim, explorar as propostas e argumentos skinnerianos em correspondência com as seis observações críticas destacadas anteriormente na obra de Mannheim. Aproveitaremos essa exploração para também apontar algumas das restrições que são comumente levantadas contra as idéias de Skinner, bem como as contestações deste e de seus defensores. Passemos então a essa esquematização:

(1)- A planificação é possível. Skinner diz que "temos as tecnologias físicas, biológicas e comportamentais para 'nos salvarmos'" (1973 a, p. 155), embora alguns de seus opositores, como Black (1973), duvidem disso. Tal dúvida se refere, certamente, apenas às tecnologias comportamentais. Afirma-se, sob razões diversas, que uma teoria informal gerada nos laboratórios de psicologia animal, sem qualquer "respaldo filosófico e cultural profundo", jamais poderá ser aplicada à solução prática das questões humanas. Com essa afirmação peremptória, passa-se por alto o fato de que aquela teoria tem efetivamente, e cada vez mais, orientado

práticas de mudança na sociedade humana. Platt (1973) depõe que os "seus [de Skinner] métodos comportamentais aperfeiçoados não são 'inviáveis' e sim já estão sendo praticados diariamente em centenas de centros, com melhorias na motivação e satisfação como aquelas descritas anteriormente" (ou seja, em "Beyond Freedom and Dignity")(p. 52). A simples citação de alguns títulos de uma volumosa coletânea de artigos e informes, organizada por Ulrich, Stachnik e Mabry (1973), sobre as aplicações da tecnologia do comportamento — "Nas prisões e em casas de reclusão", "Nas instituições para doentes mentais", "Nas instituições para retardados", "Nas clínicas de pacientes externos", "Nos salões especiais de correção", "Em ambientes não institucionais", "Em ambientes domésticos", "Nas escolas públicas" — sugere uma ampla versatilidade prática dos princípios behavioristas. A atualização de tal versatilidade potencial só pôde, certamente, ser assegurada pela investigação das circunstâncias particulares de atuação daqueles princípios em cada caso e em cada situação. Isso parece, evidentemente, muito semelhante à descoberta dos "principia media" de que fala Mannheim.

É verdade que muitos dos trabalhos práticos desenvolvidos como programas institucionais de modificação do comportamento mereceram justas críticas por parte de associações de defesa dos direitos humanos, como denunciado inclusive por um autor (Geiser, 1977) citado anteriormente nesta dissertação. Não cremos, entretanto, que isso seja suficiente para desacreditar em bloco as possibilidades da tecnologia comportamental. Parece-nos mais plausível considerar tais falhas como decorrentes de inadequadas formulações dos "principia media" por parte de profissionais ingênuos, com precário conhecimento teórico básico, ou ainda consciente ou inadvertidamente comprometidos com as própria prátic

cas institucionais vigentes de controle. A falta de "racionalidade substancial" por parte de técnicos individuais conduz ao fracasso de seus projetos particulares. A análise crítica desses fracassos deve, entretanto, produzir no âmbito da própria tecnologia comportamental um aumento da capacidade de previsão, experimentação e interpretação em questões sociais complexas. Skinner mesmo reconhece que "a interpretação do complexo mundo dos assuntos humanos em termos de uma análise experimental é sem dúvida frequentemente supersimplificada" (1973 a, p. 157), e acrescenta realisticamente que a "única solução para a simplificação consiste em aprender a lidar com complexidades" (p. 158).

(2)- Os tecnólogos comportamentais estão aprendendo a lidar com complexidades, na medida em que mais e mais setores da vida humana se abrem à sua intervenção experimental, e os seus resultados podem ser, a cada passo, objetivamente observados e analisados, e consequentemente corrigida e/ou ampliada a intervenção. Não se trata aqui de possuir um saber acabado ou pronto para utilização em função de categorias diagnósticas previamente estabelecidas, e sim de possuir um saber sobre "o que" e "como" experimentar e uma disposição para fazê-lo. Não se coaduna, infelizmente, com a abordagem geral do presente trabalho a apresentação de uma extensa casuística técnica da área capaz de demonstrar o cuidado e sensibilidade com que é via de regra tratado o horizonte de possibilidades e implicações de uma dada situação social quando submetida àquele tipo de intervenção. Registremos apenas o nosso endosso à afirmação de Skinner de que "será difícil para o historiador do futuro reconstruir a ciência e a tecnologia atuais do comportamento a partir do que é escrito pelos seus críticos" (1973 a, p. 163).

As seguintes observações de Baer, Wolf e Risley (1972) sobre a Análise Comportamental Aplicada demonstram um tipo de preocupação semelhante à descrita por Mannheim como descoberta dos "principia media in statu nascendi":

A aplicação dos princípios comportamentais não é de modo algum um fenômeno novo; mas parece que a aplicação dos princípios comportamentais analíticos sim o é. A aplicação dos princípios comportamentais analíticos constitui um processo no qual certos princípios tentativos do comportamento são aproveitados para a melhoria de condutas específicas, o que implica a avaliação simultânea das mudanças observadas tratando de descobrir se se deve verdadeiramente ao processo de aplicação; e se isso se comprova, é necessário como passo seguinte elucidar que partes desse processo foram as efetuadas. Em poucas palavras, a aplicação dos princípios comportamentais analíticos é um procedimento de investigação para estudar a conduta destinada a realizar descobertas: traz implícitos seu auto-exame e sua auto-avaliação, o que, ademais, constitui sua característica exclusiva.

As distinções que há entre a investigação aplicada e a básica não são aqui as que existem entre uma técnica com a qual se "descobre" e outra com a qual meramente se "aplica" o que já se sabe. Ambos os empreendimentos perguntam o que é que controla a conduta que está sendo estudada.

O rótulo de aplicada não é determinado pelos procedimentos que se emprega na investigação, mas sim pelo interesse que a sociedade mostra em relação aos problemas estudados. Na aplicação comportamental, o comportamento, os estímulos, o organismo ou ambas as coisas, que se estuda são eleitos por sua importância para o homem e para a sociedade, mais do que por seu valor para a teoria. (p. 28-29)

(3)- O problema da definição do "locus" institucional de origem do controle para a mudança social é frequentemente simplificado na expressão "Quem deverá controlar?". Popper vê nessa pergunta a formulação sintética do que ele chama de "tese da soberania incontrolada", ou seja, a idéia de que poder político se encontra essencialmente livre de controle ele próprio, enquanto controla a sociedade. Popper atribui a Platão uma insistência bási

ca sobre essa questão de quem deve governar, o que "elimina (...) sem sequer colocá-lo, o problema do controle institucional dos governantes e do equilíbrio institucional de suas faculdades" (p. 196). A essa pergunta tomada como fundamental, a resposta de Platão é a de que deve ser o melhor homem, o que conhece as verdades — o Filósofo. Freedman (1976) sugere que o Frazier de "Walden II" como "Rei Psicólogo" constituiria uma reedição modernizada do "Rei Filósofo" de Platão. A nós, parece, entretanto, que mesmo na simplificação utópica das proposições skinnerianas do controle social não existe nada que se assemelhe a uma defesa da tese da soberania incontrolada. Pelo contrário, os controladores chegam a desenvolver uma hiper-sensibilidade ao contra-controle exercido pelos controlados. Se lembrarmos, além disso, que Skinner não vê absolutamente a conquista do poder político como condição para o planejamento cultural, considerando-a mesmo como um possível entrave, temos que concluir que a implementação do seu projeto só poderá se dar na própria dinâmica de base das instituições democráticas vigentes ou das que venham a viger.

Não se deve, por outro lado, eludir o fato, bem evidenciado por Skinner, de que os comportamentos mais reforçados na sociedade industrial moderna militam contra as probabilidades de sobrevivência a longo prazo da própria humanidade. Como já vimos, os indivíduos são suscetíveis ao reforço em função da herança genética humana e de suas histórias particulares de constituição de reforçadores condicionados, e em especial os sociais. Não existe uma classe autônoma de contingências de reforço para a sobrevivência da cultura, ou seja, os efeitos concretos de comportamentos que possam ser rotulados como tal não se farão sentir sobre o próprio indivíduo que assim se comporta. Segundo Pirages (1973), "há uma grande dificuldade em tornar as consequências a

longo prazo aversivas do comportamento presente uma contingência significativa"; e prossegue esse autor:

Em termos mais simples, isso significa que é muito difícil desencorajar a população atual de legar os problemas correntes às gerações futuras. É dito ao homem da era industrial para consumir, embora os interesses das futuras gerações devessem encorajá-lo a racionar. A economia cresce quando há uma necessidade de estabilizar a exploração dos recursos naturais. "Crescimento" e "progresso" são valores firmemente entrincheirados e até que uma transformação institucional significativa ou "substituição paradigmática" ocorra pode haver pouca mudança no comportamento humano . (64-65)

Isso implica em dizer que, caso quem governa pretender instituir medidas orientadas para a sobrevivência da cultura, terá que enfrentar a oposição de iniciativas de contra-controle por parte de diversas porções da população inconformadas com a redução ou parada no crescimento da sua quota de reforço pessoal. Como então realizar um efetivo planejamento social, permanecendo dentro do jogo democrático do controle e contra-controle? Políticos democraticamente eleitos dificilmente poderão por eles mesmos dar conta dessa tarefa, pois como compara Pirages:

Oferecida uma escolha entre candidatos que prometam maior crescimento econômico, salários mais altos e prosperidade geral e "profetas do destino" apoiando planos para a limitação do crescimento e equalização das rendas, existe pouca dúvida sobre como os indivíduos votarão. Eleitores não têm simpatia por candidatos que os confrontem com feias verdades. Consequentemente, podemos esperar pouca liderança arrojada por parte de políticos que dependem do apoio das massas. (p. 69)

Vejamos então o que Pirages, em sua complementação das teses skinnerianas, tem a propor como alternativa para esse impasse:

Parece que uma solução parcial para o dilema consiste no estabelecimento de uma divisão isolada de planejamento dentro do governo. Dessa maneira, seria possível esboçar um programa de modificação do comportamento e

transformação institucional, que parecem necessárias. A esse grupo de "controladores" seria atribuída a responsabilidade de projetar uma estrutura de contingências sociais que tornassem as consequências aversivas a longo prazo do comportamento contemporâneo significativas no momento presente. Talvez isso pudesse ser tornado mais agradável pela criação de uma nova profissão que poderia ser chamada de tecnologia comportamental.

Os "controladores" na divisão de planejamento não precisam ser pequenos reis filósofos. Eles seriam encarregados do desenvolvimento de orientações políticas alternativas à luz dos sérios problemas que enfrentamos. A implementação seria atribuída aos representantes eleitos do povo. Como sabemos, não possuímos instituições devotadas ao planejamento a longo prazo e à concepção de alternativas societárias. Tal divisão ou grupo de planejamento de tecnólogos comportamentais injetaria uma nova e autorizada voz no debate político. Espera-se que essa seja a voz representativa dos interesses daqueles que ainda virão a viver neste planeta.(p. 69-70)

Teríamos, dessa forma, a exemplo do sugerido também por Mannheim, a influência dos ocupantes de posições-chaves por minorias já sensibilizadas para a mudança social planejada, que funcionariam como agentes catalizadores positivos do processo. É importante ressaltar ainda duas coisas: em primeiro lugar, uma tal divisão de tecnologia comportamental não precisaria necessariamente estar sediada junto ao governo central, mas poderiam sim existir inúmeras delas operando nos mais variados níveis administrativos; em segundo lugar, desprovidos de qualquer dose de poder político ou econômico, esses grupos não poderiam nunca impor suas próprias regras aos demais, mas tão somente insistir continuamente quanto à sua necessidade e viabilidade, em um equilíbrio dinâmico com as iniciativas de contra-controle deflagradas por diferentes setores da população.

(4)- "O problema de transformar o homem" para a vida em uma sociedade planificada, como colocado por Mannheim, é, de certo modo, invertido no programa skinneriano: o homem se transforma co

mo decorrência da modificação planejada do ambiente social. O Behaviorismo foi visto por Mannheim como pertencendo essencialmente à primeira fase da planificação, porque dele foi focalizada apenas a primeira fase ou efeito visível — a modificação do comportamento manifesto. Os "motivos privados do indivíduo" ou a "totalidade da personalidade", que Mannheim considera escapar ao âmbito da intervenção behaviorista, não possuem na concepção skinneriana uma realidade independente ou anterior ao próprio comportamento manifesto. Quaisquer coisas que possam ser esses motivos e essa personalidade, serão igualmente influenciados e alterados em função da influência exercida sobre o comportamento manifesto. Isso quer dizer que não será necessário, como pensava Mannheim, produzir nas fases ulteriores da sociedade planificada um tipo diferente de intervenção psicológica. Os homens que viverão nessas épocas terão motivações típicas e personalidades modais diferentes das atuais porque terão comportamentos característicos diferentes dos atuais.

Para a obtenção de uma visão panorâmica do problema da mudança social segundo a perspectiva de controle própria de Skinner, tomemos inicialmente, e de modo esquematizado, algumas das proposições básicas desse autor, como expostas em um artigo da coletânea organizada por Ulrich, Stachnik e Mabry (1973):

(a)- O conjunto de recomendações que surjam da análise científica do comportamento deverá estar ancorado na biologia, por um lado, mas servir à interpretação dos fenômenos sociais, por outro.

(b)- Os organismos não simplesmente refinam ou estendem sua dotação genética comportamental tornando-a mais efetiva ou mais complexa. Ao invés disso, desenvolvem condutas colaterais que devem ser distinguidas de um sistema herdado de respostas, ainda quando ambas sirvam a funções similares.

(c)- Uma explicação satisfatória do surgimento de um ambiente social deve referir-se a precursores não sociais. Não temos, entretanto, necessidade de reconstruir fenômenos históricos, nem estamos tampouco obrigados a especular acerca de um princípio a partir do qual possamos extrair conclusões sobre a natureza da sociedade. O único que devemos fazer é mostrar como o ambiente social pode ter surgido de condições não sociais. Por exemplo, se um organismo A vê correr alarmado o organismo B, A provavelmente evitará determinadas consequências aversivas correndo na mesma direção. Neste sentido, a conduta exemplificada pela imitação é adquirida e praticamente inevitável quando dois ou mais organismos vivem em estreito contacto. As condições essenciais, em si mesmas, não são sociais.

(d)- A maior parte da conduta social surge, entretanto, de antecedentes sociais. A transmissão é mais importante do que a invenção social. A diferença da origem das práticas culturais, a transmissão não é assunto especulativo, pois tal processo é observável. Por exemplo, algumas experiências se perpetuam, embora os membros do grupo sejam substituídos. Se A já desenvolveu uma conduta específica de controle com respeito a B, dependendo particularmente de características incidentais (de aceitação do controle) na conduta de B, aquele pode impor o mesmo controle sobre um novo indivíduo C, o qual por si mesmo não poderia ter gerado essas mesmas práticas em A. Quando se analisa um episódio social a partir deste ponto de vista, é possível explicar as condutas de ambas as partes e também a forma pela qual cada uma contribuiu para a implantação e manutenção de tal padrão de relacionamento, bem como analisar os efeitos colaterais ou retardados desse padrão de controle.

(e)- Uma cultura que questiona os efeitos colaterais ou retar

dados de suas práticas tem mais oportunidades de sobreviver, pois é mais provável que descubra e adote novas práticas. O estudo científico do comportamento enfatiza os efeitos colaterais e revela certas características instáveis de uma interação específica em função dos efeitos retardados que devam dela advir. O conhecimento desses fatos pode permitir que se tome medidas preventivas ou corretivas. Isso não quer, de modo algum, dizer que o cientista que intervém se coloque fora da corrente causal, pois este é igualmente produto de uma determinada dotação genética e de uma história ambiental particular. A cultura ou culturas às quais pertence o controlam também, ou seja, nunca devemos esquecer que quando se realiza algo em relação à conduta humana, se está levando a cabo um tipo especial de ação social, cujos produtos só podem ser compreendidos segundo esta perspectiva.

Já noticiamos anteriormente o amplo desenvolvimento de programas de modificação do comportamento em clínicas particulares e ambulatorios hospitalares, em variados tipos de instituições totais (prisões, hospitais, escolas e reformatórios, etc) e em ambientes não institucionais ou domésticos. Apresentamos também algumas sugestões de um autor — Pirages — quanto ao estabelecimento de órgãos de planejamento comportamental no âmbito das agências governamentais, com vistas à mudança social. Parece-nos, entretanto, que as prescrições individuais muito específicas das primeiras dessas instâncias e as propostas muito genéricas para o controle governamental não esgotam satisfatoriamente a questão de como intervir no ambiente social da vida cotidiana. Rozyngo, Swift, Swift e Boggs (1973) se dão conta desse problema, e discutem de modo bastante realista as contingências que controlam o comportamento organizacional — o âmago mesmo da vida social na sociedade industrial contemporânea. Acompanhemos alguns dos ra-

ciocínios desenvolvidos por esses autores:

Na vida política, é difícil identificar o ator, mas muito menos o seu comportamento e as consequências desse comportamento. De fato, parte da função da burocracia consiste em diluir a responsabilidade, a fim de evitar a crítica e a resistência áspera a atos administrativos. No entanto, o mesmo sistema que protege e reforça o administrador também torna o sistema menos responsivo à modificação quando os efeitos de sua orientação política não são salutares. A tendência dos seres humanos para evitar a crítica e, consequentemente, encobrir seu comportamento ou diluir a responsabilidade tem frequentemente consequências trágicas, às vezes monumentais. A consequência do encobrimento ou da restrição da informação a um grupo seletivo é a de que o comportamento daquele grupo permanece quase inteiramente controlado pelo comportamento verbal intragrupo. (...) Porque "os de fora" não têm nem a oportunidade nem o poder para modificar o comportamento da organização, esse comportamento persistirá até que uma crise ocorra, com uma consequente perturbação social. (...) A presente situação no Vietnã é um caso em pauta; a operação da CIA durante o desastre da Baía dos Porcos foi um caso semelhante. Nessas duas situações, grupos relativamente pequenos de fazedores de política — reforçados por, e sob o controle de, suas comunidades verbais especializadas — agiram de maneiras prejudiciais à população como um todo.

Em suma, se uma organização coopera com sistemas avaliativos ou de monitoragem, expõe-se à crítica e à possível extinção. Além disso se ela sobrevive escapando à crítica, e utiliza técnicas novas ou experimentais e resolve o problema que lhe fora atribuído, é eliminada, e muitos dos indivíduos dentro dela têm que enfrentar grandes alterações em suas vidas. Por outro lado, se uma organização utiliza métodos não controvertidos, e se encobre — por ação ou por omissão — seus fracassos ou limitações, é menos passível de ser criticada e, portanto, é mais provável que sobreviva. É também menos provável que ela solucione o problema.

Sob as presentes contingências, é altamente provável que a maioria das organizações se ajuste à segunda descrição, porque a sobrevivência imediata é o mais forte reforçador que temos disponível. A sobrevivência de organizações não produtivas, entretanto, é incompatível com sobrevivência da sociedade como um todo. A menos que as contingências que

controlam o comportamento de organizações seja alterado, a probabilidade de que a nossa sociedade sobreviva será acentuadamente reduzida. (p. 79-80-82)

O problema é, como podemos ver, extremamente difícil , mas não será por isso necessariamente insolúvel. A gravidade das consequências é tal, que não deveríamos esmorecer ante a dificuldade da empresa. Será, entretanto, com certeza, desconcertante e talvez desanimador para o comportamentista mais ingenuamente entusiasmado constatar que o planejamento da mudança social não é tão simples quanto poderia parecer pela apreciação da ficção utópica de "Walden II". Skinner, na verdade, reconhece plenamente isso , quando inclui essa sua obra na categoria geral das utopias, participando portanto de sua função e destino:

A simplificação na literatura utópica , que nada mais é do que a simplificação característica da ciência, raramente é viável no mundo como um todo, e há muitas outras razões pelas quais é difícil colocar um planejamento explícito em ação. Uma grande e fluida população não pode ser trazida para baixo de um controle social ou ético informal porque os reforçadores sociais como o louvor ou a censura não são substituíveis pelos reforçadores pessoais sobre os quais se baseiam. Por que deveria alguém ser afetado pelo louvor ou pela censura de uma pessoa que ele nunca verá outra vez? O controle ético pode sobreviver em pequenos grupos, mas o controle da população como um todo deve ser delegado a especialistas — à polícia, sacerdotes, proprietários, professores, terapeutas, e assim por diante, com seus reforçadores especializados e suas contingências codificadas. Estas provavelmente já se encontram em conflito umas com as outras e quase certamente entrarão em conflito com qualquer novo conjunto de contingências. Onde não é muito difícil mudar a instrução informal, por exemplo, é praticamente impossível modificar um estabelecimento educacional. É razoavelmente fácil mudar o casamento, o divórcio e as práticas de obstetrícia à medida que sua importância para a cultura muda, mas quase impossível mudar os princípios religiosos que ditam tais práticas. É fácil mudar a extensão em que várias espécies de comportamento são aceitos como corretos, mas difícil mudar as leis de um governo. Os valo-

res reforçadores dos bens são mais flexíveis do que os valores estabelecidos pelas agências econômicas. A palavra da autoridade é mais resistente do que os fatos dos quais ela fala (Skinner, 1973 a, p. 152-153)

(5)- Temos medo de assumir a responsabilidade pela mudança, diz Mannheim. Quando em função desse medo, diz Skinner, abstermo-nos de exercer controle sobre os outros, não estamos deixando que eles se auto-determinem, mas simplesmente permitindo que outras agências não planejadas exerçam o controle. Temos medo de errar, e por isso nos omitimos, vagamente consolados pela idéia de que as mudanças espontâneas possivelmente serão melhores do que um planejamento mal feito. Skinner, como Mannheim, insurge-se vigorosamente contra essa preocupação e essa crença ingênuas. Diz ele:

E se economias planejadas, ditaduras benevolentes, sociedades perfeccionistas e outras aventuras utópicas falharam, devemos lembrar que culturas não planejadas, não dirigidas e imperfeitas também falharam. Um fracasso nem sempre é um erro; pode ser simplesmente a melhor coisa que se possa fazer sob certas circunstâncias. O verdadeiro erro é parar de tentar. Talvez não possamos agora planejar uma cultura bem sucedida como um todo, mas podemos planejar práticas melhores de um modo gradativo. Os processos comportamentais no mundo como um todo são os mesmos de uma comunidade utópica, e as práticas têm os mesmos efeitos pelas mesmas razões. (1973 a, p. 153)

Seria possível, por outro lado, que a ansiedade experimentada em relação à produção intencional da mudança social por parte daqueles que dominam a tecnologia comportamental se devesse a algum tipo de dúvida quanto à verdadeira força e alcance dessa tecnologia. Para focalizar apenas um aspecto, o que dizer da real capacidade de predição dos efeitos colaterais ou retardados de uma nova prática de controle social instituída, por exemplo, no âmbito de determinada categoria de organizações sociais? Como levar em consideração todos os dados relevantes que possam interferir com a intervenção focal planejada, de modo a produzir efeitos

altamente indesejáveis a longo prazo? Aguardar a ocorrência dos imprevistos, para só então buscar corrigi-los — parece ser esta a única resposta possível no atual estado da tecnologia comportamental. Realmente, isso seria muito pouco para aliviar a ansiedade de um tecnólogo individual mais ambicioso. Deveria haver algo mais. É justamente essa uma das coisas que diz Wilkinson (1973) em sua crítica à teoria do comportamento:

A mais poderosa ferramenta à disposição da intuição humana no manejo da complexidade e diversidade de mesmo moderadamente complicados sistemas psicológicos ou sociais é a simulação digital de alta velocidade associada a mostrador gráfico. (...) Seria o pior erro possível supor que os computadores podem apenas processar números. Seu melhor uso é em conexão com processos simbólicos em geral. J. W. Forrester, Richard Bellman, e alguns outros fizeram um começo. O "mundo" dinâmico de Forrester é uma forte metalinguagem do comportamento humano em seu ambiente global. (...) Ela concorda com o behaviorismo em pelo menos um ponto importante — a saber, de que o valor condicional indispensável para qualquer avaliação racional da sociedade é o de que ela seja "estável", e, espera-se desesperadamente, "justa". Estabilidade de sistemas é um conceito que parece intersectar grandemente com a sobrevivência da espécie, cultural e biológica, de Skinner e Darwin. Apenas um começo foi feito por Forrester, mas há uma bem fundada esperança de que esse método de simulação, talvez depois de ter sido sucessivamente refinado através de muitas adições adaptativas e iterações, possa ser capaz de predizer, como a intuição humana sem ajuda não pode, os efeitos de mudanças secundárias originadas de manipulações "políticas", ou de processos de controle adaptativo no contexto da ordem social. (...) Deve ser notado que os efeitos "secundários" que sempre aparecem na manipulação de sistemas complexos somente são "secundários" no sentido de que nós não os queremos e não os previmos. Além disso, eles usualmente têm a desagradável propriedade, por serem quase totalmente contra-intuitivos, de correrem na direção oposta a qualquer coisa que tenha sido primária ou "planejada" e, o que pode ser pior, em apresentar esses efeitos a pós um grande retardo. As teorias behavioristas são excessivamente fracas para serem comparadas com as hipercofistícalas técnicas di-

gitais, analógicas (ou híbridas) de computação que sozinhas parecem ser capazes de ajudar a mente humana a lidar com uma fina complexidade de dados e as relações lógicas entre esses dados. Pela velocidade de operação, elas permitem à mente reduzir ou comprimir a dimensão tempo, e assim possibilitar a concepção de orientações políticas indispensáveis ao controle racional de culturas que estão evoluindo com acelerada rapidez. (p. 156-157)

Pribam (1973) denuncia igualmente uma suposta não maximizada eficiência da tecnologia comportamental contemporânea:

A despeito de sua presente excelência com os engenheiros comportamentais, eu prevejo alguns perigos para os behavioristas operantes mesmo nesse papel. Já o equipamento que eles usam fluentemente é completamente fora de moda. A menos que eles se engajem com a tecnologia do computador, com sua flexibilidade ampliada pela fácil programação hierárquica, melhor e mais variado equipamento input-output, e assim por diante, os behavioristas operantes provavelmente se tornarão obsoletos, bons técnicos de uma tecnologia ultrapassada. (p. 105)

Restaria, assim, aos planejadores comportamentais vencer, além dos outros medos, o medo ao computador, o que se faria certamente acompanhar de uma intensificação das acusações a eles dirigidas pelos defensores da concepção do homem autônomo e de sua inviolabilidade prática.

(6)- O problema da reação ao planejamento social foi já amplamente explorado e enfrentado segundo a perspectiva mannheimiana. As respostas de Skinner, algo mais drásticas do que as de Mannheim, originam-se da (e se subordinam à) sua própria rejeição básica do conceito de homem autônomo ou auto-determinado. Skinner quer ir "além da liberdade e da dignidade", em busca dos efetivos determinantes da conduta social, opondo-se a todo momento às posições mentalistas e voluntaristas tradicionais. São bastante conhecidas as reinterpretações elaboradas por Skinner, à luz dos parâmetros da Análise Experimental do Comportamento e do Behavioris-

mo Radical, para as abstrações humanistas da liberdade e da dignidade. Acreditamos ocorrer aqui uma interpenetração confusa de postulados científico-filosóficos e estratégias de intervenção social, de cuja trama o próprio Skinner parece às vezes não conseguir escapar. Ocupemo-nos, neste momento, em obediência mesmo à temática deste capítulo, exclusivamente com a questão estratégica, tentando identificar em que medida parece ter havido uma contaminação desnecessária do pensamento estratégico pelo pensamento teórico e em que medida a explicitação da teoria parece ter sido conscientemente assumida como elemento estratégico. Rozyngo, Swift, Swift e Boggs (1973), por exemplo, apontam que Skinner assume realmente essa segunda posição, em suas prescrições para a mudança:

Skinner sustenta que é necessário, para a sobrevivência da nossa sociedade, reconhecer o papel do ambiente no controle do nosso comportamento. Nós presentemente enfatizamos a importância de sermos livres e capazes de tomar nossas próprias decisões. Quando falamos e pensamos desta maneira, no entanto, nossa atenção é desviada da consideração dos fatores relevantes do ambiente que controlam o nosso comportamento. É tese de Skinner que, se, ao invés de falar sobre liberdade, dirigíssemos nossa atenção para as contingências no ambiente que controlam o nosso comportamento, seríamos mais provavelmente capazes de mudá-lo. (p. 84)

Esses autores concordam plenamente com tal atitude, na própria medida em que enfatizam a importância do comportamento verbal no condicionamento operante aplicado à produção da mudança social. Vejamos seu argumento definitivo:

A distribuição da riqueza não pode ocorrer, sem grave perturbação social, na ausência de uma concomitante mudança nos valores e atitudes; em outras palavras, mudanças no comportamento verbal. O comportamento verbal cria a nossa realidade, estabelece os nossos reforçadores, e, em grande extensão, controla o nosso comportamento não verbal. No início do processo de mudança social tão neces

sário para a sobrevivência da nossa sociedade, devemos nos orientar primeiro para o problema de como mudar tanto o nosso comportamento verbal manifesto quanto o encoberto e em que direção. (p. 84)

Em total oposição a esse ponto de vista, Rosen (1973) discute as repercussões de "Beyond Freedom and Dignity", concluindo pela vacuidade mesmo dessas polêmicas julgadas desnecessárias:

Muito do calor gerado pelo livro de Skinner, parece-me, origina-se menos das reivindicações substantivas feitas por Skinner com relação ao condicionamento operante como um agente causal no comportamento do que das afirmações posteriores de Skinner de que as realidades do condicionamento operante nos forçam a desistir da idéia de estados mentais internos autônomos como uma causa do comportamento. Assim, ele diz (com efeito) que nós só podemos começar a implementar o condicionamento operante em uma maneira específica às expensas dos mitos da "liberdade e da dignidade". Eu gostaria de brevemente demonstrar que esse argumento inteiro levanta uma falsa questão, que tem distraído a atenção dos problemas substantivos reais suscitados por Skinner.

Resumidamente, parece-me que a linguagem do condicionamento operante e a linguagem da "liberdade e dignidade" (isto é, de estados internos reais da mente como uma agência causal no comportamento), pertencem a dois diferentes e distintos níveis discursivos de explicação que surgem na discussão sobre o comportamento. É perfeitamente possível usá-los ambos de um modo significativo, sem ambiguidade ou conflito, desde que não os misturemos, ou pretendamos que se refiram ambos ao mesmo nível explicativo. A existência de tais diferentes níveis de explicação, empregando modos de discurso aparentemente contraditórios, é característica de sistemas complexos hierarquicamente organizados: tais sistemas aparecem constantemente na biologia e nas ciências humanas, mas não são familiares na discussão tradicional de sistemas extraídos da física e da engenharia.

Uma vez que isso seja reconhecido, vemos que podemos falar sobre condicionamento operante e estabelecimento de contingências de reforçamento sem nos envolver absolutamente na "literatura da liberdade e dignidade", e vice-versa. Negar que o condicionamento o-

perante possa ser usado até que as idéias tradicionais de liberdade e dignidade (isto é, a linguagem pertinente ao nível de estados internos da mente como agentes causais do comportamento) sejam eliminadas é análogo à recusa de um médico em prescrever uma medicação a um paciente até que este repudie uma perspectiva particular em fisiologia. Exatamente como o ato da medicação neste exemplo não se encontra relacionado a qualquer preconceito particular por parte do paciente, assim também existe a possibilidade de uma tecnologia comportamental independente vir a ser ou não útil para falar sobre estados internos da mente; a confusão entre as duas linguagens é uma irrelevância que serve meramente para distrair a atenção das questões substantivas. (p. 146-148)

É interessante notar ainda que o próprio Skinner, em outra parte ("Walden II", p. 260), não parece julgar necessária a destruição da idéia e da sensação de liberdade para a vida em uma sociedade planejada. Seu personagem Frazier diz: "Com planejamento hábil, com uma escolha sábia de técnicas, nós aumentamos a sensação de liberdade". É provável mesmo que Skinner e seus seguidores não estejam verdadeiramente convencidos da necessidade absoluta de uma alteração drástica da linguagem na vida cotidiana como condição prévia para a promoção efetiva dos tipos de mudança social por eles pretendidos. Inclusive Rozyrko e seus colegas, que tanta importância concedem ao condicionamento do comportamento verbal, admitem uma espécie de gradualismo na adoção popular da filosofia do behaviorismo radical, possivelmente ao mesmo ritmo de expansão do emprego das técnicas de modificação do comportamento em variados setores da vida cotidiana durante o seu próprio processo mais geral de mudança. Dizem eles, em um tom bastante realista e behaviorista:

A sociedade não será subitamente "convertida" a uma "filosofia operante", mas a total aceitação das proposições operantes não constitui um pré-requisito para a utilização das técnicas operantes. Ao invés disso, a tecnologia operante será parcialmente aceita, e

termos tais como "aproximações sucessivas" e "modelagem" são maneiras operantes de falar sobre aceitação parcial. Um recém-chegado à realidade operante só pode ser ensinado de um modo gradual, através de uma série de aceitações parciais. Este problema não é, naturalmente, peculiar ao neófito operante. Todos os recém-chegados — sejam eles bebês, estudantes, imigrantes, aprendizes, recrutas ou prosélitos religiosos — parecem caminhar através do mesmo processo. A proposição operante acerca de tal fenômeno não é a de que o recém-chegado "decide" aceitar os novos comportamentos, mas antes a de que cada "aceitação parcial" (nova resposta ou série de respostas) é reforçada. O problema de um repertório limitado (aceitação parcial) não é também peculiar ao estudante dos operantes. Um bebê que é apenas capaz de engatinhar está limitado em suas viagens, e os aprendizes estão limitados por seu nível de competência. De modo geral, não falamos disso como aceitação parcial, mas, antes, como aprendizagem parcial. Entretanto, a pessoa que "aceita" parcialmente a realidade operante está assim também limitada àquela extensão das espécies de fenômenos com as quais é capaz de lidar adequadamente. (p. 87)

Para, finalmente, fechar este capítulo, deveríamos fixar duas questões principais, que parecem ter sido as dominantes ao longo de toda a argumentação desenvolvida. Referimo-nos ao caráter necessariamente gradual da promoção da mudança social e à desejabilidade do controle democrático do processo de mudança rumo à sociedade planificada. Percebendo, entretanto, que as temáticas dos capítulos anteriores também estão envolvidas na discussão de uma ou outra dessas questões ou de ambas, e considerando ainda que tais questões constituem elementos básicos daquilo a que chamamos em nossa introdução de "decidido compromisso intelectual com o imperativo da mudança social progressista", preferimos abordá-las de modo mais geral e pessoalmente definitivo em nossa conclusão do presente trabalho.

C O N C L U S Ã O

Procurei tratar, no decorrer deste trabalho, da questão humana do controle social, em vários de seus aspectos psicológicos, referindo-as, entretanto, exclusivamente ao contexto da sociedade ocidental contemporânea. Acredito que seja útil, agora, para ampliar o próprio grau de sustentabilidade das presentes considerações conclusivas, dar conta da generalidade histórica do fenômeno do controle social e de sua relevância circunstancial como objeto de preocupação e/ou estudo pela cultura. Preferi louvar-me, para isso, exclusivamente, na perspectiva psicológico-histórica desenvolvida por Schneider (1978), devido a uma já consolidada coincidência entre a sua tese da continuidade bio-psico-social da conduta humana e as minhas próprias hipóteses implícitas de trabalho. Diz Schneider, com relação, especificamente, às dimensões históricas do problema do controle social e suas implicações psicológicas e culturais:

Antes da era liberal e da Revolução técnica e científica, que acompanharam e sucederam as Revoluções Mercantil e Industrial, simplesmente controlava-se o comportamento e pensamento humanos de maneira que dessem mais segurança à dominação e atuação dos controladores, mais ou menos poderosos, mas preocupados principalmente em evitar e prevenir dissensões, oposições, dúvidas e rebeldias ameaçadoras ao poder e à origem em que se apoiavam. Das preocupações e ansiedades aos medos, e das suposições às suspeitas, envolviam-se os controladores nas mais diversas táticas e estratégias, práticas e experiências de dominação segura pela intimidação, imposição, pregação, ilusão, arregimentação, persuasão, mistificação, corrupção, punição, terror, atração, premiação, promessas, etc. Restava, assim, muito pouco a explorar e pouquíssimo se

poderia esperar de novo e imprevisto da atividade dos indivíduos e grupos humanos, realmente amoldados, modelados e programados para a obediência, identificação, mistificação, credulidade e lealdade; controle cerrado do comportamento, sentimento e pensamento.

Ampliando-se o comércio internacional e o intercâmbio de informações sobre povos, culturas e religiões de todo o planeta, com o processo civilizatório e, na história ocidental, após a redescoberta e retomada de contato dos europeus com a civilização grega, idéias, dúvidas e crenças as mais diversas tornavam difícil o controle do pensamento individual pelos dominadores das coletividades, e menos fácil o do comportamento e sentimentos humanos. A complexidade progressiva e a cultura da dúvida e da crítica, o renascimento do prestígio dos pensadores originais e divergentes, criadores e reformuladores de idéias e crenças, inspirados e reforçados pela Revolução Copernicana, tudo isso no mundo ocidental, e, nas civilizações orientais, a subdivisão em seitas e escolas éticas e espirituais bastante diferenciadas, implantavam na sociedade humana a opinião individual e o entrelaço de opiniões, que ainda mais variavam, graças ao pensamento privado e mais independente que as artes gráficas proporcionavam com a imprensa e o livro mais acessíveis.

As noções e expectativas de progresso e mudança numa "civilização em mudança" não só começaram a ser valorizadas na cultura: influíam na mudança e variação já consagradas na atividade econômica, que crescia com a "livre iniciativa - livre empresa" e o princípio fisiocrático do "laissez-faire, laissez aller, laissez passer". As surpresas e incógnitas, e os atos e manifestações inexplicados e inexplicáveis, já tão versáteis nos homens primevos, multiplicavam-se simplesmente ao infinito. Além de falhar como controle, o apelo de muitos dominadores pelo controle absoluto tradicional passava a ser mais um fértil provocador de divergência e variação. Complexidade, heterogeneidade, variabilidade, instabilidade e imprevisibilidade, enfim, passaram a se apresentar como desafios inacessíveis à curiosidade humana em torno do comportamento humano. Apesar de rica, a sabedoria tradicional conhecia poucos, rudes e pobres recursos eficazes de controle e orientação da atividade humana. Passou-se a compreender que tais recursos limitavam quando não mutilavam ou anulavam o desenvolvimento humano, inclusive no que tange a mudanças, inovações, correções, aprendizagem, aperfeiçoamentos e criati

vidade. Passou-se a compreender também que virtudes tradicionalmente valorizadas, como as de cooperação, amor, caridade, altruísmo, cumprimento dos mandamentos religiosos e das convenções espirituais e morais, virtudes que se sabia favorecerem o convívio e intercâmbio sociais, eram muitas vezes praticadas parcialmente apenas por medo dos castigos, ou impostas frequentemente pela intimidação, e associadas amiúde e conseqüentemente a ressentimentos e rancores que desencadeavam sentimentos de culpa, e a frustrações e medos que pediam proteção. As ciências humanas em geral e a psicologia individual e social em particular, procuravam seguir a trilha do sucesso das ciências físico-químicas, na expectativa de um conhecimento e controle equivalentes, i. e., acima do estilo "nó Górdio", visando a eficácia complexa para problemas cada vez mais complexos. Chegamos, assim, à Tecnocracia, à Engenharia social e econômica, à fantasia de Walden II e à perspectiva de planejamento cultural e da Tecnologia comportamental skinneriana. (p. 134-137)

Evidencia-se, assim, que as atuais e controvertidas propostas de planejamento social não constituem criações arbitrárias ou idiossincrásicas de uns poucos indivíduos obsessivos. Elas são, de fato, uma das muitas opiniões criativas divergentes, cuja coexistência passou a caracterizar a nossa era, em função mesmo dos próprios desenvolvimentos históricos — de ordem econômica, política e cultural-científica — que a precederam e a determinaram. É, portanto, segundo essa perspectiva, ou seja, considerando-as como um fenômeno sócio-intelectual contemporâneo concreto, que se deve apreciá-las.

É bem verdade que, em uma primeira aproximação, se poderia ser tentado a tratá-las, especialmente a de Skinner, como tentativas de retrocesso histórico, como iniciativas que contrariam mesmo a marcha do processo histórico-cultural humano, como projetos altamente sofisticados de retorno à sociedade fechada. Realmente, pela ampla associação culturalmente induzida entre os termos "planejamento" e "padronização", pode-se ser levado a

julgar que o planejamento proposto por Skinner tenha como objetivo explícito a padronização dos comportamentos humanos e, para uma maior facilidade de controle, a redução da gama de suas manifestações. A contestação de Skinner a essa suposição é bastante direta:

Se uma cultura planejada significasse necessariamente uniformidade e arregimentação, realmente ela poderia funcionar contra a evolução posterior. Se os homens fossem muito parecidos, teriam menor probabilidade de encontrar ou planejar novas práticas, e uma cultura que tornasse as pessoas tão parecidas quanto possível poderia escorregar para um modelo padronizado do qual não haveria mais escapatória. Isto seria mau planejamento ,... (p.159)

Mas, o que dizer das restrições impostas em "Walden II" à comunicação verbal entre seus membros com relação às práticas de controle? Não seria isso uma maneira de impedir uma excessiva proliferação de opiniões divergentes, e consequentemente reduzir a gama de objetivações verbais do comportamento no seio daquela população? Certamente, seria isso. Como vimos no último capítulo, Skinner e seus seguidores frequentemente condenam o tipo de comportamento verbal que o homem historicamente teria desenvolvido, com seu praticamente interminável vocabulário de expressões mentalistas, ou seja, de objetivações do comportamento em função do conceito abstrato de "mente". A literatura humanista abstrata da "liberdade e dignidade", fazendo amplo emprego de "ficções mentalistas", é considerada evidentemente por Skinner como uma enorme ampliação do repertório humano de comportamentos verbais, porém uma ampliação não apenas atualmente desnecessária como prejudicial mesmo, na medida em que desvia a nossa atenção dos verdadeiros determinantes do comportamento. Skinner reconhece que essa ampliação fora extremamente útil nas fases históricas em que o homem começou a se contrapor ao controle aversivo, mas se tornara ineficaz quando

os controladores em geral passaram a empregar mais extensamente o controle pelo reforço positivo. Além disso, constatando, perplexos, que sua conduta verbal de contra-controle resultava facilmente suplantável pelas novas técnicas adotadas pelos controladores espúrios, os defensores do homem, ao invés de deixar de lado suas velhas armas e sair à procura de novas, intensificaram-nas e as estenderam de modo a atingir toda e qualquer forma de controle. Incapazes de discriminar entre usos egoístas e usos socialmente benéficos do controle, e de diferenciar respostas eficazes em relação a eles, enredados que estavam em seu vocabulário mentalista e libertário confuso, os defensores do homem simplesmente generalizaram sua resposta de oposição a tudo o que pudesse receber o rótulo de "controle". Paradoxalmente, então, na origem de tais respostas simplistas encontra-se a ampliação histórica do comportamento verbal. Acrescente-se, ainda, que os mesmos jargões libertários e a maleável estrutura da terminologia mentalista passaram a ser amplamente empregados pelos controladores inescrupulosos, para encobrir com relativo êxito suas manipulações, confundindo os controlados e tolhendo assim suas iniciativas de outro modo eficazes de contra-controle. Não parece necessário introduzir aqui novas ilustrações para esses argumentos; basta volver às dramáticas citações de Orwell e de Macciocchi nas páginas 45 e 109, respectivamente. Compreende-se, pois, que Skinner, em sua simplificação utópica tenha transformado suas críticas ao caos das objetivações verbais mentalistas/voluntaristas do comportamento em uma simples proibição, pelo código Walden e pelas práticas de socialização, da possibilidade de surgimento de um fenômeno semelhante naquela comunidade.

Mas, e quanto ao planejamento cultural no mundo real? As propostas skinnerianas incluem algum tipo de proibição drástica

à livre manifestação dos hábitos humanos cultural e historicamente desenvolvidos? Quero crer que não, apesar das opiniões em sentido contrário frequentemente veiculadas pelos críticos do pensamento skinneriano. O próprio Skinner responde aos seus críticos da seguinte maneira:

Eu simplesmente peço ao meu leitor que considere a possibilidade de que o comportamento humano seja sempre controlado, e por condições que estamos lentamente chegando a compreender. Como observei, o controle não significa restrição física ou manipulação no sentido etimológico. O cientista do comportamento simplesmente muda o ambiente de uma maneira tal que o comportamento é mudado.

Até o ponto que concerne ao planejamento cultural explícito, um sistema social emerge como um compromisso entre os supostos controladores e aqueles que eles controlariam. Alguma espécie de equilíbrio instável é mantido entre nação e nação, nação e cidadão, capital e trabalho, terapeuta e paciente, professor e estudante, ou pai e filho. Controle e contracontrole explicam o comportamento das partes envolvidas — embora, tradicionalmente, tal comportamento tenha sido erroneamente atribuído a traços pessoais, tais como compaixão ou benevolência. Cometemos o mesmo engano quando confiamos em traços pessoais para nos assegurarmos de que o poder de uma tecnologia do comportamento não será mal usada. Eu argumentei em alguma outra parte que certos exemplos clássicos de mau tratamento — em asilos para crianças ou pessoas idosas, em prisões, em hospitais para psicóticos, e em casas para retardados — ocorre não porque aqueles que dirigem tais instituições não tenham compaixão, mas antes porque os que lá vivem não podem exercer contracontrole.

Alguma estabilidade entre controle e contracontrole pode ser um primeiro passo no planejamento de uma cultura efetiva, e um resultado bem sucedido disso pode ser dito que produz o maior bem para o maior número.

Se queremos estar seguros de que nenhum indivíduo ou pequeno grupo emergirá para usar despoticamente o poder conferido por uma ciência do comportamento, devemos planejar uma cultura na qual ninguém possa emergir em tal posição. Um sistema de controle e contracontrole constitui um esquema primordial que pode refrear o despotismo, e é sustentado por poderosas contingências que afetam todas as

partes, mas deve ser suplementado por práticas que tragam as pessoas sob o controle de um futuro mais remoto. Isto não é uma escolha a ser feita; é uma questão de seleção. Se a regra despótica é má, imoral ou anti-ética, então é o sinal de uma má cultura, e uma outra espécie de cultura terá mais probabilidade de sobreviver — se puder ter sua oportunidade. Tal oportunidade pode concebivelmente ser suscitada por acidente, mas nós chegamos a um ponto no qual ela pode surgir de um planejamento explícito. Aqueles que tenham sido induzidos pela nossa cultura a se preocupar com o seu [dela] futuro têm a oportunidade de alterar a evolução daquela cultura de uma maneira a mais importante. (1973 b, p. 263-265-266)

Está já implícita nesta resposta a defesa das duas questões fundamentais, em grande parte interpenetrantes, sobre o controle social no mundo contemporâneo, e que haviam sido assinaladas ao final do último capítulo — o exercício do controle para a mudança gradual e o controle democrático dessa mudança.

Sobre a política do gradualismo na mudança social, cabe inicialmente uma ressalva quanto à anterior categorização de Popper, por um lado, e de Mannheim e Skinner, por outro, em diferentes "famílias de reações" ao estado da sociedade contemporânea. A aceitação da realidade presente parece, na verdade, constituir um denominador comum para as posições assumidas por esses três autores. Há, certamente, um elemento utópico no discurso de Mannheim e, mais nitidamente, no de Skinner. Suas respectivas obras, entretanto, superam no todo os limites estreitos da alienação utópica. O esteticismo, perfeccionismo e utopismo neles presentes são plenamente contrabalançados por suas proposições realistas quanto à maneira de se progredir em direção àqueles estados vagamente idealizados. Popper, por seu turno, dedica-se principalmente à denúncia, como contra-produtivas, das concepções mais radicais e imediatistas da mudança social. Diz ele, reservando flagrantemente um espaço para as soluções mannheimiana e skin-

neriana:

Tanto Platão como Marx sonham com a revolução apocalíptica que deverá transfigurar radicalmente todo o mundo social.

Este radicalismo extremo da concepção platônica (e também da marxista) se encontra relacionado, na minha opinião, com um esteticismo, ou seja, com o desejo de construir um universo que não apenas seja algo melhor e mais racional que o nosso, mas também que se ache livre de toda a sua fealdade; não se trata de remendar mal ou bem seus velhos farra - pos, mas sim de cobri-lo com uma vestimenta inteiramente nova e formosa. Esse esteticismo constitui uma atitude perfeitamente compreensível; na realidade, creio que todos nós padecemos um pouco desses sonhos de perfeição . (...) Mas esse entusiasmo estético somente resulta de valor se obedece aos ditames da razão, do sentido de responsabilidade e do impulso humanitário a ajudar aos necessitados . De outro modo, poderia ser perigoso por sua facilidade de se converter em um processo de neurose ou histeria coletivas. (p. 256)

A posição de Popper com relação à mudança social se faz mais explícita em sua comparação entre a engenharia utópica, com que descreve o enfoque platônico, e o seu próprio tipo de engenharia social, que ele chama de parcial ou gradual. Sobre a engenharia social utópica, encontramos em Popper os seguintes comentários:

A concepção utopista poderia ser descrita da seguinte forma: todo ato racional deve obedecer a certo propósito; assim, é racional na medida mesma em que persegue seu objetivo consciente e conseqüentemente em que determina seus meios de acordo com este fim. A primeira coisa que devemos fazer se queremos atuar racionalmente é, portanto, eleger o fim, e devemos ter o maior cuidado ao determinar nossos fins reais ou últimos, pois não devemos confundí-los com aqueles fins intermediários ou parciais que, na realidade, somente são meios ou passos do percurso até o objetivo final. Se passarmos por alto essa diferença, podemos passar por alto também a questão de se esses fins parciais são ou não aptos para conduzir ao fim fundamental e, em consequência, não lograremos atuar racionalmente . Estes princípios, se os aplicamos ao campo da atividade política, exigem que determinemos nossa meta política última, ou o Estado Ideal, antes de empreender qualquer ação prática. Só

uma vez determinado esse objetivo final, ainda que mais não seja senão em linhas gerais, só uma vez que tenhamos em nossas mãos algo assim como o plano da sociedade a que aspiramos chegar, poderemos começar a considerar o caminho e os meios mais adequados para sua materialização, e a traçarmos um plano de ação prática. Tais são os preliminares necessários de qualquer movimento político que aspire a ser chamado racional, especialmente na esfera da engenharia social. (p. 245)

Vejamos, em seguida, como Popper descreve o outro tipo de engenharia social — a engenharia gradual:

A engenharia gradual deverá adotar, em consequência, o método de buscar e combater os males mais graves da sociedade, em lugar de encaminhar todos os seus esforços para a consecução do bem final.

O engenheiro gradualista pode aduzir em favor de seu método que a luta sistemática contra o sofrimento, a injustiça e a guerra tem mais probabilidades de receber o apoio, a aprovação e o acordo de um grande número de pessoas, que a luta pelo estabelecimento de um ideal. A existência de males sociais, vale dizer, de condições sociais que fazem sofrer muitos homens, pode ser estabelecida com relativa precisão. Os que sofrem podem julgá-lo por eles mesmos, e os demais dificilmente se atrevem a negar que não se acham dispostos a trocar seu lugar com aqueles. É, ao contrário, infinitamente mais difícil raciocinar acerca de uma sociedade ideal. A vida social é tão complicada que poucos ou nenhum homem poderiam julgar um plano da engenharia social em grande escala, para apreciar se é ou não praticável, se pode ou não acarretar melhorias reais, se deverá envolver ou não algum novo mal, e decidir quais são os meios adequados para sua materialização. Em oposição a estes, os planos de que se serve o engenheiro gradualista são relativamente simples. Com efeito, estes se referem a instituições isoladas, legislando acerca do seguro de saúde e contra o desemprego, acerca dos tribunais de arbitragem, dos pressupostos antidepressionistas, ou da reforma educacional. No caso de que o plano esteja equivocado, o dano não será muito grande nem o reajuste muito difícil. Posto que: menos arriscados, não são tão facilmente objeto de controvérsia. Mas se é mais fácil chegar a um acordo razoável acerca dos males existentes e dos meios para combatê-los, que com respeito ao bem ideal e aos meios para materializá-lo, então será maior a nossa espe

rança de que mediante o uso do método gradual se supere a dificuldade prática mais séria de toda reforma política razoável, a saber, o em prego da razão, em lugar da paixão e da violência, na execução do programa social. Sempre existirá a possibilidade de chegar a uma transação razoável das partes e, por conseguinte, de alcançar as melhorias mediante métodos democráticos. (p.246-248)

Não se pode deixar de perceber, aqui, uma estreita semelhança entre a proposta de Mannheim e a de Popper, seja no que se refere às práticas gradualistas específicas de mudança, seja no que se refere à circunscrição do processo ao contexto da interação político-social democrática vigente. Talvez esses pontos — gradualismo e controle democrático — estejam menos evidentes no discurso tecnológico de Skinner. Defendo aqui a tese de que isso se deve ao fato de a análise skinneriana se expressar em termos sócio-comportamentais mais básicos e potencialmente mais abrangentes, ou, se se preferir, politicamente (no sentido do conjunto de opções políticas atualizadas e institucionalizadas) neutros.

Em primeiro lugar, o gradualismo skinneriano não exclui necessariamente, como intrinsecamente incompatível, a mudança social revolucionária. Pode-se adotar uma posição teórica política que considere a tomada, violenta ou não, do poder e as providências subsequentes de alteração dos comportamentos institucionalizados como fases de um processo revolucionário uno, ou uma posição que faça distinção entre a revolução como tomada em si do poder e um processo complementar de reforma da ordem social, que haverá lugar para a formulação e implementação da engenharia comportamental skinneriana. No segundo momento, caso a mudança iniciada deva ser contínua e permanente, ou, nos termos de Skinner, caso a cultura recém-direcionada deva sobreviver, ter-se-á que fazer uso de algum tipo de tecnologia comportamental, que será mais ou menos orientada por uma análise científica do comporta-

mento, e consequentemente mais ou menos eficaz.

Que a engenharia skinneriana seja gradualista e não utópica, deve ficar patente a partir das próprias críticas a ela endereçadas, e reproduzidas em algum lugar neste trabalho, por Wilkinson e Pribam quanto à sua incapacidade para uma previsão de longo alcance nas atuais sociedades complexas, pelo fato de não haver incorporado a tecnologia do computador. Certamente, isso será desnecessário para os tecnólogos comportamentais concretos, porque estes não têm exatamente a pretensão de elaborar infalíveis planos globais para a sociedade humana, mas tão somente aperfeiçoar o seu poder de previsão e controle em um número cada vez maior de instâncias da vida social. A inexistência em Skinner sequer de um princípio político teórico para a produção da mudança global é bem detectada por Neal (1973):

Imediatamente, uma comparação vem à mente entre as teorias de Skinner e os conceitos marxistas. A principal diferença no pensamento subjacente parece ser a de que, enquanto Skinner generaliza sobre a necessidade e possibilidade de se alterar o comportamento humano através da alteração do ambiente social, Marx é específico sobre ela em termos de aplicação. Marx viu a propriedade privada dos meios de produção como a contingência reforçadora básica — para utilizar a linguagem de Skinner — responsável por todos os controles aversivos e pelo bloqueio de todos os reforçadores positivos que poderiam conduzir ao aperfeiçoamento humano. Os próprios homens, uma vez que compreendessem isso, de acordo com Marx, poderiam mudar o ambiente social total pela eliminação da propriedade privada e, assim, produzir um totalmente diferente — e melhor, se não ideal — comportamento humano. (p. 171)

Explica-se, dessa forma, porque a utopia de Skinner — Walden II — é essencialmente uma comunidade socialista. Skinner não tem um plano global próprio para a sociedade, a não ser uma firme convicção genérica de que "a única técnica eficaz de controle é altruísta" (1972 a, p. 286). Quando intentou criar uma sociedade imaginá

ria, sem portanto ter podido testar experimentalmente o valor/eficácia daquelas contingências idealizadas de reforço, tomou emprestado o paradigma marxista. Não fê-lo, com certeza, aleatoriamente, pois, como notório e notável materialista humanitarista que é, não poderia se ter sensibilizado por nenhum outro modelo alternativo. Cabe, no entanto, ressaltar que, da mesma forma como a sua tecnologia comportamental otimizou o funcionamento da sociedade socialista de "Walden II", poderia (ou poderá) provavelmente fazer o mesmo em qualquer lugar real onde se implante um socialismo não-dogmático experimental. O episódio, brusco ou gradual, de eliminação da propriedade privada, conquanto condição necessária para o advento da melhor sociedade humana, não parece poder prescindir dos processos intencionalmente dirigidos, e forçosamente gradualistas, de modificação dos padrões habituais de comportamento social.

Em segundo lugar, o pensamento de Skinner é verdadeiramente democrático em seu todo, embora talvez aparentemente não o seja. Não se subordina às formas históricas, e frequentemente adulteradas e ineficientizadas, que a democracia, enquanto princípio de convivência humana, eventualmente tenha assumido. É por isso que Skinner — crítico democrático da democracia, como Sócrates — pode dizer, pela boca de seu personagem Frazier: "Você não achará muita 'simples democracia' aqui". Simples democracia, ou democracia simplista, a que Skinner alude, designa o direito assegurado a todos os cidadãos de julgar a política do governo, de emitir livremente suas opiniões sobre os atos e iniciativas dos homens que governam. Sem embargo, esses direitos individualmente atribuídos são inócuos em termos de exercício de contra-controle sobre os controladores, a menos que as opiniões de oposição cheguem a se coordenar de modo a produzir uma "maioria". Mas, e se a

maioria, como tem frequentemente acontecido na história da humanidade, apoiar o governo de um tirano? Aqueles que se opõem ao tirano, mas que são simples democratas por convicção, terão obviamente suas iniciativas de contra-controle, senão paralizadas, pelo menos grandemente debilitadas. É este o paradoxo da soberania da maioria, que nada mais é, segundo Popper, do que uma manifestação particular dos paradoxos comuns a todas as teorias da soberania, ou seja, as teorias políticas que tratam da questão de quem deve governar. Popper propõe como alternativa uma "teoria do controle e equilíbrio". Argumenta ele:

Nossa tese é a de que toda teoria da soberania omite a consideração de um problema muito mais fundamental, isto é, o de se devemos ou não nos esforçar por conseguir o controle institucional dos governantes mediante o equilíbrio de suas faculdades com outras faculdades alheias aos mesmos. (p. 190)

... o princípio da política democrática consiste na decisão de criar, desenvolver e proteger as instituições políticas que tornam impossível o advento da tirania.

Vista deste ângulo, a teoria da democracia não se baseia no princípio de que a maioria deve governar, e sim, de preferência, no de que os diversos métodos igualitários para o controle democrático, tais como o sufrágio universal e o governo representativo, devem ser considerados simplesmente como salvaguardas institucionais, de eficácia provada pela experiência, contra a tirania, repudiada geralmente como forma de governo, e estas instituições devem ser sempre suscetíveis de aperfeiçoamento. (p. 195)

A psicologia do condicionamento operante aplicada à sociedade e à política busca justamente prover instrumentos de análise psicológica para tal aperfeiçoamento das instituições democráticas de contra-controle. Não se encontra muita "simples democracia" em "Walden II", no sentido da emissão de julgamentos verbais e do voto da maioria, porque lá se dispõe de outras formas mais eficazes de controlar os controladores. A grande contribuição de Skinner

nesse sentido consistiu, assim, em nos proporcionar um novo paradigma com o qual podemos analisar objetivamente os processos e episódios específicos de controle social, e a partir dessa análise projetar experimentalmente instrumentos institucionais eficazes de contra-controle. É isso também o que Mannheim quer dizer quando exorta a nossa democracia a se tornar militante. As seguintes passagens extraídas de Rozyenko, Swift, Swift e Boggs (1973) traduzem com fidelidade a contribuição skinneriana:

A pergunta "Quem controlará os controladores?" pode ser refraseada para "O que controlará os controladores?" A resposta à última pergunta é a de que diferentes formas de dados de "feedback" controlarão os controladores, os quais estarão eles próprios sob um conjunto de contingências ambientais específicas planejadas para aumentar as probabilidades de respostas apropriadas aos dados.

O passo inicial no processo de projetar técnicas mais efetivas de controle dos controladores é a identificação dos próprios controladores, suas áreas de operação, seu comportamento, e os reforçadores que controlam o seu comportamento. Controladores não são apenas agências públicas mas também corporações privadas cujos investimentos e operações alteram o ambiente físico e social da nossa sociedade. A identificação das organizações significativas, seus comportamentos e seus reforçadores cria condições sob as quais seu comportamento se torna sujeito a controle. (p.78-79)

Cumprido, finalmente, observar que esse modo de interpretar as relações de controle social não constitui uma derivação ou extensão artificial dos conceitos originais da Análise Experimental do Comportamento, mas emerge sim de relacionamentos entre variáveis tipicamente evidenciados já nas pesquisas empíricas de laboratório realizadas por Skinner. Uma última transcrição do comportamento verbal científico de Skinner (1972 b) parece suficiente para demonstrar isso:

Existe uma relação recíproca entre conhecedor e conhecido, que é comum a todas as

ciências. Mencioná-la aqui é muito importante. Um laboratório onde se estuda a conduta contém um grande número de instrumentos para controlar o ambiente e para registrar e analisar o comportamento dos organismos. Com a ajuda desses instrumentos e das técnicas que estão associadas a eles, podemos mudar a conduta de um organismo de várias maneiras e com uma grande precisão. Mas devemos levar também em conta que o organismo em estudo ou sob controle muda a nossa conduta de um modo não menos preciso. Nossos aparelhos foram projetados levando em consideração o organismo que estudamos; foi precisamente esse organismo o que nos levou a eleger um tipo especial de "manipulandum", umas determinadas categorias de estimulação, uns modos específicos de reforçamento, assim como outras coisas mais. (...) As medidas que, em nossa investigação, nos conduzem ao êxito são retidas, enquanto que as outras são, por assim dizer, extintas.

Um efeito recíproco, semelhante, está implicado na ação social, especificamente dentro do planejamento cultural. As instituições governamentais, religiosas, econômicas, educacionais e terapêuticas têm sido analisadas de formas muito diferentes — por exemplo, se as considerou como entidades que repousam sobre a soberania, a virtude, a utilidade, a sabedoria ou a saúde. Quando estas instituições começam a ser consideradas como simples tecnologias comportamentais, obtém-se uma apreciável vantagem, pois é possível, então que cada uma delas utilize um conjunto perfeitamente identificável de técnicas destinadas ao controle da conduta humana. O que as fará distinguirem-se entre si, serão, pois, as variáveis que manipulem. (p. 585-586)

Por isso, pelo fato de proposições políticas mais amplas sobre a democracia — que se situam em um nível superior de estudo da conduta humana — apresentarem uma total compatibilidade conceitual e operacional com o nível mais básico da análise experimental do comportamento, é que pude afirmar que o pensamento skinneriano é democrático, ou seja, provê uma "teoria do homem" que autoriza teórica e praticamente o aperfeiçoamento da convivência democrática.

Os motivos que levaram Skinner a se empenhar ativamente na transposição (ou na divulgação e defesa das vantagens des-

sa transposição) daquelas descobertas para o contexto político-social humano, certamente não se originaram da sua história individual de reforço no ambiente de laboratório, mas sim do seu interesse intelectual e afetivo pelo drama humano contemporâneo projetado para o futuro. Foi esse interesse, ou, dizendo de outra maneira, essa sensibilização a um determinado tipo de reforço, que fez com que Skinner não permanecesse confinado ao laboratório de psicologia animal, e também com que não apenas reunisse um punhado de discípulos e tentasse viabilizar para o usufruto de uns poucos o projeto de uma "Boa Vida" como a de "Walden II", mas sim com que escrevesse "Walden II" para ser lido e discutido por um número seguramente maior e crescente de pessoas. É a sua maneira de contribuir para a sensibilização de outros aos reforços grandemente intangíveis dos comportamentos que favoreçam a "sobrevivência da cultura". Como observou Neal, Skinner em "Beyond Freedom and Dignity" apenas "generaliza sobre a necessidade e possibilidade de se alterar o comportamento humano através da alteração do ambiente social"; e, realmente, parece-me que, no presente estágio de evolução da sociedade, ele só quer, e só acha possível, fazer isso mesmo — convencer as pessoas quanto a tal necessidade e possibilidade. As alterações efetivas virão gradual e democraticamente (no sentido mais amplo), em função de iniciativas individuais e grupais múltiplas e diversas, porém orientadas por uma "filosofia operante" comum.

Como, pode-se enfim perguntar, foi desenvolvida em Skinner, em Mannheim, em Marx, e em tantos outros homens, essa insistente preocupação pelo estado atual da humanidade e pelo seu consequente futuro? Suas respectivas histórias de reforço ambiental terão, certamente, constituído um determinante de tal espécie de comportamento generalizado e persistente. No caso de

Skinner, foi também responsável pela emissão, em algum momento da sua vida, desta peça específica de comportamento verbal — "Meu coração está com as eternas minorias, sempre perdedoras". Minha própria história particular de reforço ambiental levou-me a escolhê-la para epígrafe do presente trabalho.

B I B L I O G R A F I A

- BAER, D. M.; WOLF, M.M. & RISLEY, T. R. - Algunas Dimensiones Actuales del Análisis Conductual Aplicado - In: ULRICH, R. et alii (ORG.) - Control de la Conducta Humana - Mexico : Trillas, 1972.
- BANDURA, A. & WALTERS, R. H. - Social Learning and Personality Development - New York: Holt, Rinehart & Winston, 1965.
- BECKER, H. S. - Uma Teoria da Ação Coletiva - Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BEM, D. J. - Convicções, Atitudes e Assuntos Humanos - São Paulo: Herder , 1973.
- BERGER, P. L. - Perspectivas Sociológicas - São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. - A Construção Social da Realidade - Petrópolis: Vozes, 1974.
- BLACK, M. - Some Aversive Responses to a Would-Be Reinforcer - In: WHEELER, H. - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- BLONDEL, C. - Introducción a la Psicología Colectiva - Buenos Aires: Troquel, 1966.
- BOTTOMORE, T. B. - Introdução à Sociologia - Rio de Janeiro:Zahar, 1975.
- CLINARD, M. B. - Las Implicaciones Teoricas de La Anomia y La Conducta Desviada - In: CLINARD, M. B. (ORG.) - Anomia y Conduc

ta Desviada - Buenos Aires: Paidós, s/d.

DEUTSCH, M. & KRAUSS, R. M. - Teorías en Psicología Social - Buenos Aires: Paidós, 1974.

DUCHAC, R. - Sociologia e Psicologia - Lisboa: Bertrand, 1975.

FANON, F. - Os Condenados da Terra - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, F. - Elementos de Sociologia Teórica - São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1974.

FREEDMAN, A. E. - Uma Sociedade Planejada: Uma Análise das Proposições de Skinner - São Paulo: E. P. U. 1976.

FRENKEL-BRUNSWIK, E - Environmental Controls and the Impoverishment of Thought - In: HEIMAN, N. & GRANT, J. - Else Frenkel-Brunswik: Selected Papers: Psychological Issues, Vol. VIII, N. 3 - New York: International Universities Press, 1974.

FREUD, S. - Psicologia de las Masas y Analisis del Yo - In: FREUD, S. - Obras Completas - Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GEISER, R. L. - Modificação do Comportamento e Sociedade Controlada - Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GERTH, H, & MILLS, C. W. - Caráter e Estrutura Social - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GILLIN, J. (ED.) - For a Science of Social Man - New York: Mac Millan, 1954.

GOFFMAN, E. - Manicômios, Prisões e Conventos - São Paulo: Perspectiva, 1974.

HEBB, D. O. - Introdução à Psicologia - Rio de Janeiro: Atheneu, 1971.

- HEIDER, F. - Psicologia das Relações Interpessoais - São Paulo :
Pioneira, 1970.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. W. - Temas Básicos da Sociologia -
São Paulo: Cultrix, 1973.
- JACOBY, R. - Amnésia Social - Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- KINTSCH, W. - Learning, Memory and Conceptual Processes - New
York: John Wiley & Sons, 1970.
- LEFCOURT, H. M. - Locus of Control - Current Trends in Theory
and Research - Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1976.
- LEMERT, E. M. - Estructura Social, Control Social y Desviación -
In: CLINARD, M. B. - Anomia y Conducta Desviada - Buenos Ai-
res: Paidós, s/d.
- LINDZEY, G.; HALL, C. S. & THOMPSON, R. F. - Psicologia - Rio de
Janeiro: Guanabara Koogan, 1977.
- LINTON, R. - O Homem - Uma Introdução à Antropologia - São Paulo:
Martins Fontes, 1976.
- LORENZ, K. - A Agressão - Santos: Martins Fontes, 1973.
- LORENZ, K. - Três Ensaios sobre o Comportamento Animal e Humano -
Lisboa: Arcádia, 1975.
- MACCIOCCHI, M. A. - A Favor de Gramsci - Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 1977.
- MANNHEIM, K. - Sociologia Sistemática - São Paulo: Pioneira ,
1962 a.
- MANNHEIM, K. - O Homem e a Sociedade - Rio de Janeiro: Zahar ,
1962 b.
- MANNHEIM, K. - Diagnóstico de Nosso Tempo - Rio de Janeiro: Zahar,
1973.

- MANNHEIM, K. - O Problema de Uma Sociologia do Conhecimento - In: BERTELLI, A. R. et alii (ORG.) - Sociologia do Conhecimento - Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- MANNHEIM, K. - Ideologia e Utopia - Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MAQUIAVEL, N. - O Príncipe - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MARTIN, R. - Sociologia do Poder - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, K. & ENGELS, F. - La Ideologia Alemana - Buenos Aires: Pueblos Unidos, 1973.
- MONTAGU, M. F. A. et alii - Hombre y Agresión - Barcelona: Kairós, 1970.
- MOREL, E. - A Revolta da Chibata - Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.
- NEAL, F. W. - Questions - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- ORWELL, G. - A Revolução dos Bichos - São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- ORWELL, G. - 1984 - São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- PIRAGES, D. C. - Behavioral Technology and Institutional Transformation - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- PLATT, J. R. - The Skinnerian Revolution - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- POPPER, K. R. - La Sociedad Abierta y Sus Enemigos - Buenos Aires: Paidós, s/d.
- PRIBAM, K. H. - Operant Behaviorism: Fad, Fact-ory, and Fantasy? -

- In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- ROSEN, R. - Can Any Behavior Be Conditioned? - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- ROUX, J.- A Irrracionalidade em Psicologia - Petrópolis : Vozes, 1978.
- ROZYNKO, V.; SWIFT, K.; SWIFT, J. & RISLEY, T. R. - Controlled Environments for Social Changes - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- SCHILLING, K. - História das Idéias Sociais - Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SCHNEIDER, E. - Psicologia Social - Cultural, Histórica, Política - Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1978.
- SECORD, P. F. & BACKMAN, C. W. - Social Psychology - New York: McGraw Hill, 1964.
- SKINNER, B. F. - Ciência e Comportamento Humano - Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1967.
- SKINNER, B. F. - Walden II - São Paulo: E.P.U., 1972 a.
- SKINNER, B. F. - El Diseño de las Culturas - In: ULRICH, R. et alii (ORG.) - Control de la Conducta Humana - Mexico: Trillas, 1972 b.
- SKINNER, B. F. - Beyond Freedom and Dignity - Milddlesex:Penguin, 1973 a.
- SKINNER, B. F. - Answer for My Critics - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973 b.

- SKINNER, B. F. - Registro Acumulativo - Barcelona: Fontanella, 1975 a.
- SKINNER, B. F. - Sobre El Conductismo - Barcelona: Fontanella, 1975 b.
- ULRICH, R.; STACHNIK, T. & MABRY, J.-Control de La Conducta Humana - Mexico: Trillas, 1972.
- WILKINSON, J. - How Good is Current Behavior Theory? - In: WHEELER, H. (ED.) - Beyond the Punitive Society - London: Wildwood House, 1973.
- ZAJONC, R. B. - Psicologia Social - São Paulo: Herder, 1969.
- ZIGLER, E. & CHILD, I. L. - Socialization - In: LINDZEY, G. & ARONSON, E. (ED.) - The Handbook of Social Psychology, vol. III - Reading: Addison-Wesley, 1969.

A dissertação "A S P E C T O S P S I C O L Ó G I C O S
D O C O N T R O L E S O C I A L"

foi considerada aprovada.



Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1978

ELIEZER SCHNEIDER
Professor Orientador

ANTÔNIO GOMES PENNA
Membro da Comissão Julgadora

LUIZ FELIPE BAÊTA NEVES FLORES
Membro da Comissão Julgadora